



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA - MESTRADO

LILIAN PAULA DE SOUZA ALVES MACHADO

ESCREVIVÊNCIAS CLÍNICAS:
VIOLÊNCIA SEXUAL NA VIDA DE MENINAS NEGRAS – UM TRIPLO TRAUMA

RECIFE – 2021

Coautora LILIAN PAULA DE SOUZA ALVES MACHADO

ESCREVIVÊNCIAS CLÍNICAS:

VIOLÊNCIA SEXUAL NA VIDA DE MENINAS NEGRAS – UM TRIPLO TRAUMA

Dissertação de Mestrado apresentada às membras da banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, vinculado à Linha de Pesquisa Práticas Psicológicas Clínicas e Demandas Contemporâneas, como exigência parcial para sua aprovação e defesa pública, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Francisco.

RECIFE - 2021

M149e Machado, Lilian Paula de Souza Alves
Escrevivências clínicas: violência sexual na vida de meninas negras: um triplo trauma / Lilian Paulo de Souza Alves Machado, 2021.
128 f.

Orientadora: Ana Lúcia Francisco.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Mestrado em Psicologia Clínica, 2021.

1. Esquizoanálise. 2. Violência Sexual. 3. Subjetividade.
4. Mulheres negras. 5. Psicologia Clínica. I. Título.

CDU 159.9

Ana Figueiredo - CRB4/1140

Nome/ coautora: Lilian Paula de Souza Alves Machado

Título: *ESCREVIVÊNCIAS CLÍNICAS: Violência Sexual na Infância de Meninas Negras – um triplo trauma.*

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Doutora Ana Lúcia Francisco (UNICAP – Orientadora)



Profa. Doutora Jaileila de Araújo Menezes (UFPE)



Profa. Doutora Paula Cristina Monteiro de Barros (UNICAP)

Dedico este trabalho a todas as crianças. Sem elas o meu sorriso adormece. Dedico, sobretudo, a todas as meninas negras que encontrei já mulheres nessa pesquisa e das quais sou coautora – Abayomi, Ade, Aisha, Badu, Meeca e Onira. Desejo que vivam livres e felizes.

AGRADECIMENTOS

À Ancestralidade que me guia, rege e protege, por me permitir ser passagem do fio Ancestral que nos conduz a mim e a meus descendentes.

Às mais velhas Guiné e Benguê – nomes fictícios – por terem entrado em contato por telefone no início da pesquisa e por quebrarem seus longos anos de silêncio dizendo o que e como o puderam. Agradeço também por suas bênçãos expressas!

Às extraordinárias Mulheres Negras: Abayomi, Ade, Aisha, Badu, Meeça e Onira por permitirem que eu adentrasse seus sagrados e dolorosos territórios existenciais e por, juntas, termos tido condições de compor as rodas de conversa que nos nutriram em reciprocidade! Vocês me ensinam que pesquisa pode e deve ser sempre pensada e executada como um dispositivo transformativo. E mais, ensinam-me a sonhar-fazendo.

A Raimundo Irineu Serra – em memória – meu mentor espiritual pelos preciosos ensinamentos! Encontrar-me com seu legado durante minha adolescência foi um acalanto que me nutriu de esperança, fortaleceu-me e fez com que muitos caminhos fossem abertos!

Às minhas avós Maria e Lourdes e aos meus avôs Raimundo e Luiz, por tudo que recebi a partir de minha mãe e meu pai.

À minha Mãe por ser a minha mãe. Como quinta filha, herdei muitas coisas da minha irmã e dos meus irmãos mais velhos. Mas herdei, sobretudo, uma mãe mais amadurecida pelas tentativas anteriores a mim. Agradeço por me ensinar a sonhar com as transformações sociais e por me mostrar a potência que somos em coletivo. Ao seu lado, ainda criança, participei do primeiro mutirão popular para construir uma casa de taipa e abrigar uma família sem moradia. Ali comecei a aprender a sonhar-fazendo e a descobrir a potência que somos em coletivo.

A meu Pai - homem negro -, vivo na memória do coração, por me ensinar mesmo quando não sabia nem para ele e, então, me apontava caminhos, como quando, eu ainda criança, me perguntou ao cantar uma música de Lupicínio Rodrigues: - *Lili, o que é chatô?* Ao responder que eu não sabia, ele me disse: - *Se tiver curiosidade de saber, vai até a casa de dona Mazé que talvez ela saiba.* Dona Mazé era uma senhora professora de Língua Portuguesa aposentada. Fui em busca da informação. E ela, que também não sabia, em uma de suas viagens a Fortaleza, foi também em busca da resposta. Foi então que ele passou a cantar com o significado em português.

A meus filhos por me ensinarem cotidianamente que mãe não nasce pronta. Marcos é minha primeira experiência de trazer uma vida ao mundo e à minha. O desafio mais cheio de

amores e medos. Ao Max - meu segundo filho – com quem, como mãe de segunda viagem, eu a prendia a ser mãe de novo; e à Rose – minha nora – pelo presente mais incrível da vida: fazer com que me tornasse avó.

A meu neto, Lorenzo, por chegar me fazendo viver um amor que nunca senti.

A Iriel, meu terceiro filho, por ter habitado meu ventre durante algumas semanas.

A Sérgio, meu Grande Companheiro, por lado a lado e dia após dia mostrar que o masculino pode sim viver harmoniosamente com o feminino, mesmo em uma sociedade patriarcal.

À Neleen Bianchi e ao Núcleo São José pelos anos e amor compartilhados.

Ao Céu de Tarumim pela irmandade que me nutre espiritual e emocionalmente. Cada uma e cada um, farol em meu caminho!

À Jesus Moura, minha única professora negra da Psicologia, com quem compartilhei a alegria e os anseios de fazer meu primeiro atendimento clínico e sob suas vistas, ombro a ombro, me tornei psicoterapeuta e teci um olhar clínico ético. Por incentivo dela é que me lancei rumo ao Mestrado.

À Ceça Costa, minha amiga querida e parceira de militância que, apresentada por Jesus Moura, foi com quem alimentei a chama de trabalharmos por uma Psicologia Descolonizada. Também a agradeço por me apresentar à minha futura orientadora.

À Articulação Nacional de Psicólogas/es/os Negras/es/os e Pesquisadoras/es – ANPSINEP por nos propiciar aquilombamento e nutrição afetiva, teórica e política. Agradeço especialmente à Alyne Macedo e Gioconda Sousa minhas companheiras, aquelas com quem divido o pão da militância afetiva à frente da Coordenação do Núcleo Pernambuco.

À Dra. Ana Lúcia Francisco pela orientação, por adentrar meu coração e minha vida para além de seu papel profissional. Sua afetividade muito me fortalece!

Às demais professoras de nossa linha de pesquisa Carmem Barreto, Cristina Amazonas e Danielle Siqueira pelos encontros possíveis que, embora mediados por telas, foram potentes, animadores e nutridores de sonhos.

À banca examinadora: Professora Dra. Jaileila de Araújo Menezes e Professora Dra. Paula Cristina Monteiro de Barros. Suas delicadas, sensíveis e preciosas contribuições me animam no caminho do esperar!

E agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela bolsa concedida. Sem ela, minha inserção e permanência na pós-graduação privada não teria sido possível.

A nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos.

(Conceição Evaristo, 2020, p. 30)

RESUMO

ALVES-MACHADO, Lilian. P. S. (2021). *ESCREVIVÊNCIAS CLÍNICAS: Violência Sexual na Infância de Meninas Negras – um triplo trauma*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Católica de Pernambuco.

Este trabalho, de início, intentou cartografar a experiência da violência sexual na infância - VSI de meninas negras e as ressonâncias em suas subjetividades. Para tanto, traçamos os seguintes objetivos específicos: 1. Delinear o lugar da mulher negra na sociedade e as formas de violência a elas dirigidas - especificamente a violência sexual, historicamente constituídas e legitimadas; 2. Propiciar um espaço de escuta para a expressão da experiência de violência sexual na infância de mulheres negras; e 3. Analisar os modos processuais de subjetivação das Mulheres Negras ante a experiência da violência sexual. Adotamos a concepção de subjetividade tal como proposta por Guattari e Rolnik, construída a partir de um campo de forças no qual o social, o político, o econômico, entre outros vetores, têm participação ativa. E, ainda, o de interseccionalidade, uma proposição do feminismo negro que concebe a indissociabilidade entre cis-hetero-patriarcado (heteronormatização e naturalização do poder do pai), racismo e capitalismo. Como abordagem, apoiamo-nos provisoriamente na esquizoanálise fazendo uso da cartografia como caminho metódico que privilegia o hódos - metá (o primado do caminhar que traça no percurso suas metas). Provisório pois, tomamos, também, os estudos de Frantz Fanon e suas contribuições para a reflexão do racismo, racialização e colonialismo. Inicialmente, especial atenção foi dada às três pistas da abordagem cartográfica: o estabelecimento de um *ethos* da confiança (experiência compartilhada e aumento da potência de agir); criação de uma zona de inter-esse; e o coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. Para a escuta dos relatos de experiência, foram realizadas quatro (04) rodas de conversa em ambiente virtual, em manhãs consecutivas, aos domingos, que aconteceram a partir da solicitação de que nos contassem suas experiências. As rodas de conversa foram gravadas em áudio e registradas em diário de bordo e tornaram-se espaço de acolhimento, escuta, cuidado, legitimação, reconhecimento recíproco e campo de produção de dados. Conceituamos VSI como trauma sexual e, a partir dos planos de análises, no caso da perpetração contra meninas negras, compreendemos a articulação deste com o trauma colonial – racismo. E, ainda, uma tripla articulação – dos dois anteriores – com o trauma social. Pelos efeitos da relação do *dentro-fora-dentro*, observamos as ressonâncias inferidas por nossas colaboradoras e certos assentados subjetivos que apontam para a fixidez e enrijecimento que a tripla experiência traumática produziu e continua a produzir, não sendo possível delinear qual efeito é produzido por qual trauma. Compreendemos, ainda, que tais efeitos foram internalizadas agenciando modos de existência cindidos temporariamente de potência e que resvalam em seus modos de ser, de desejar, de pensar e de sonhar. Quando foi necessário, nossas colaboradoras foram encaminhadas para acompanhamento psicoterapêutico gratuito.

Palavras-chave: Esquizoanálise; Mulher Negra; Violência Sexual; Subjetividades; Interseccionalidade.

ABSTRACT

This work, at first, intended to map the experience of sexual violence in childhood - VSI of black girls and the resonances in their subjectivities. To this end, we outlined the following specific objectives: 1. delineate the place of black women in society and the forms of violence directed to them - specifically sexual violence, historically constituted and legitimated; 2. provide a listening space for the expression of the experience of sexual violence in childhood of black women; and 3. Analyze the procedural modes of subjectivation of Black women in the face of the experience of sexual violence. We adopted the concept of subjectivity as proposed by Guattari and Rolnik, constructed from a field of forces in which the social, the political, and the economic, among other vectors, have an active participation. And, also, intersectionality, a proposition of black feminism that conceives the inextricability between cis-hetero-patriarchy (heteronormatization and naturalization of the father's power), racism, and capitalism. As an approach, we provisionally rely on schizoanalysis, making use of cartography as a methodical path that privileges the *hódos - metá* (the primacy of walking that traces its goals along the way). Provisional because we also took Frantz Fanon's studies and his contributions to the reflection on racism, racialization, and colonialism. Initially, special attention was given to three clues of the cartographic approach: the establishment of an ethos of trust (shared experience and increased potency to act); the creation of a zone of inter-interest; and the collective of forces as a plan of cartographic experience. In order to listen to the experience reports, four (04) conversation rounds were held in a virtual environment, on consecutive Sunday mornings, when they were asked to tell us about their experiences. The conversations were audio recorded and registered in a logbook and became a space for welcoming, listening, care, legitimization, mutual recognition, and a field for data production. We conceptualized VSI as sexual trauma and, from the analysis plans, in the case of perpetration against black girls, we understood its articulation with the colonial trauma - racism. And, also, a triple articulation - of the two previous ones - with the social trauma. Through the effects of the inside-outside-inside relationship, we observed the resonances inferred by our collaborators and certain subjective settlements that point to the fixity and hardening that the triple traumatic experience produced and continues to produce, not being possible to delineate which effect is produced by which trauma. We also understand that such effects have been internalized, agenciating modes of existence temporarily deprived of power and that have an effect on their ways of being, of desiring, of thinking, and of dreaming. When necessary, our collaborators were referred for free psychotherapeutic counseling.

Keywords: Schizo-analysis; Black Woman; Sexual Violence; Subjectivities; Intersectionality.

RESUMEN

Este trabajo, en un principio, pretendía cartografiar la experiencia de la violencia sexual en la infancia - VSI de las niñas negras y las resonancias en sus subjetividades. Para ello, trazamos los siguientes objetivos específicos: 1. Esbozar el lugar de las mujeres negras en la sociedad y las formas de violencia dirigidas a ellas - específicamente la violencia sexual, históricamente constituida y legitimada; 2. Proporcionar un espacio de escucha para la expresión de la experiencia de la violencia sexual en la infancia de las mujeres negras; 3. Analizar los modos procesales de subjetivación de las mujeres negras ante la experiencia de la violencia sexual. Adoptamos el concepto de subjetividad propuesto por Guattari y Rolnik, construido a partir de un campo de fuerzas en el que participan activamente lo social, lo político y lo económico, entre otros vectores. Y también el de la interseccionalidad, una propuesta del feminismo negro que concibe la inextricabilidad entre el cis-heteropatriarcado (heteronormatización y naturalización del poder del padre), el racismo y el capitalismo. Como enfoque, nos apoyamos provisionalmente en el esquizoanálisis, haciendo uso de la cartografía como camino metódico que privilegia el hódos - metá (la primacía del caminar que traza sus metas en el camino). Provisional porque también tomamos los estudios de Frantz Fanon y sus contribuciones a la reflexión del racismo, la racialización y el colonialismo. Inicialmente, se prestó especial atención a tres claves del enfoque cartográfico: el establecimiento de un ethos de confianza (experiencia compartida y mayor potencia para actuar); la creación de una zona de interés; y el colectivo de fuerzas como plan de experiencia cartográfica. Para escuchar los relatos de experiencias, se realizaron cuatro (04) rondas de conversación en un entorno virtual, en mañanas de domingo consecutivas, que tuvieron lugar después de que se les pidiera que nos contaran sus experiencias. Las conversaciones fueron grabadas en audio y registradas en un cuaderno de bitácora y se convirtieron en un espacio de acogida, escucha, atención, legitimación, reconocimiento recíproco y campo de producción de datos. Conceptualizamos la VSI como trauma sexual y, desde los planos de análisis, en el caso de la perpetración contra las niñas negras, entendemos su articulación con el trauma colonial - el racismo. Y, además, una triple articulación -de las dos anteriores- con el trauma social. A través de los efectos de la relación dentro-fuera-dentro, observamos las resonancias inferidas por nuestros colaboradores y ciertos asentamientos subjetivos que apuntan a la fijación y endurecimiento que la triple experiencia traumática produjo y sigue produciendo, no siendo posible delinear qué efecto es producido por qué trauma. También entendemos que tales efectos fueron interiorizados, agenciando modos de existencia temporalmente privados de poder y que recaen sobre sus modos de ser, de desear, de pensar y de soñar. Cuando fue necesario, nuestros colaboradores fueron derivados para un seguimiento psicoterapéutico gratuito.

Palabras clave: Esquizoanálisis; Mujer negra; Violencia sexual; Subjetividades; Interseccionalidad.

LISTA DE SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

CFP - Conselho Federal de Psicologia

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EV - Estupro de Vulnerável

MPP - Ministério Público do Paraná

OMS - Organização Mundial de Saúde

PNMB - Pele Negra Máscaras Brancas

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

VS - Violência Sexual

VSI - Violência Sexual Infantil

Fragmentos do Diário de Bordo

Tomo I - “Gente da minha idade vai ser mais difícil de falar com você sobre isso.”

Entrou em contato comigo dona Benguê – nome fictício. Ela me disse: *“Minha filha, parabéns por seu trabalho! Vai ajudar muitas mulheres. Eu tenho fé. Viver isso, não tem palavras e nem sei se tem jeito. Mas eu sei que você tem sangue no olho de mexer com isso. Cuidar de gente sofrida que se tornou saco de pancada da vida é pra quem tem axé. Deus te abençoe!”*

Ouvi esse áudio e me perguntei: - Será que ela está falando da pesquisa? Se sim, será que ela viveu isto? Se viveu, será que esse áudio é sinal de interesse?

Pela voz, parecia ser uma senhora, mas na foto aparecia uma jovem negra.

Bem, só saberia ligando.

Respondi, agradecendo pelo contato e pelas palavras e perguntei se eu poderia ligar. Ela, imediatamente, respondeu que sim.

Liguei e me identifiquei. Ela disse que sabia quem eu era: “A moça da pesquisa”.

Mais uma vez agradei a mensagem e disse: - Bem, se a senhora sabe quem eu sou, quer falar do motivo de seu contato? E ela me respondeu: - *Não sei se eu teria coragem. Faz tanto tempo, mas é uma ferida que nunca sara. Eu queria muito ter coragem de falar sobre isso, mas eu sei que se eu começar a cavucar, vou ter que fazer escolha. Escolha nunca é fácil. A gente leva a vida sendo maltratada, mas quando a gente olha pra um bando de boca pra dar de comer, é a hora da prova. Eu acho que gente da minha idade vai ser mais difícil de falar com você sobre isso.*

Sobre isso o quê? – perguntei.

Estupro. - Respondeu ligeira e em voz mais baixa do que estava a falar antes.

Veja – retomei a palavra – você será muito bem-vinda, caso tenha interesse em estar conosco. E sim é um assunto muito delicado, doloroso, cheio de desafios e eu nada posso garantir sobre o quanto pode doer, entristecer. O que posso garantir é que estarei atenta para que doa o menos possível e você se sinta acolhida. E caso não tenha interesse, mas ainda assim quiser conversar um pouco mais, podemos marcar outro dia.

Do outro lado do telefone ela chorava...

Esperei.

- *Eu agradeço, minha filha. Eu agradeço. Tenho 54 anos e é a primeira vez que conto isso pra alguém. Parece que foi ontem, mas eu ainda era menina. Parece que depois a gente vai ficando calejada de sofrer, mas vai é só encobrindo uma dor com outra dor. Muito obrigada por você querer cuidar que outras meninas não passem por isso. Eu tô falando do celular da minha neta e ela já tá chegando, então, eu vou mudar de assunto.*

Pensei: - Por isso a voz não corresponde à foto do *WhatsApp*.

Respondi: - Tudo bem, dona Benguê! Se cuide e bem. Qualquer coisa, dê notícias para eu ver como posso ajudar.

E ela me disse: - ***Você já me ajudou! Nunca disse isso nem ao padre.***

E então, nos despedimos.

Tomo II - “Comi o pão que nem o diabo quis”.

Um áudio deixado em meu *WhatsApp* sem nome, rosto ou referência ao assunto, dizia: - *Minha filha, quando, ligue pra mim.* A voz não me era conhecida. Ouvi o áudio algumas vezes. O pedido me parecia tão familiar, uma voz cansada que temi ser de alguma parente minha do Ceará...talvez uma má notícia familiar em meio à pandemia.

Atravessei os pensamentos e respondi: - Bom dia! Obrigada por sua mensagem. Estou em atendimento e logo que eu possa, dou retorno.

O longo dia de trabalho se passou, mas ao fundo dos acontecimentos do dia aquela voz me voltava ao pensamento... muitas tentativas inúteis de reconhecimento...nenhuma imagem possível para aquela voz tranquila, mansa.

À noite, olhei a mensagem que a havia enviado. Ela a tinha visto, mas não respondeu. Então, com tempo mais livre e me achando pronta para a possível má notícia, perguntei: - Você pode falar? Aqui o dia foi corrido e só agora consigo ligar para você. De lá a resposta veio novamente em áudio: - *Ligue, por favor.*

Imediatamente, fiz a chamada de voz pelo *WhatsApp* e fui recebida com: - *Que bom que você tá ligando. Meu nome é Guiné – nome fictício – e você não me conhece.* Por um lado, meu coração bateu mais suave. E percebendo a voz cansada, achei mais respeitoso tratá-la por senhora e me apresentei: - Eu sou Lilian. – *Eu sei* – disse ela. – *Sei também que você é psicóloga e que tá fazendo uma pesquisa. Eu recebi uma mensagem no grupo de mulheres. Ninguém sabe que eu tô querendo falar com você.*

Não se preocupe! – a respondi. Tudo que for conversado aqui é sigiloso.

Ela, então, continuou: - *Sou uma mulher de 74 anos, negra, do interior de Pernambuco. Aliás, eu era de um quilombo e por causa dos dias de fome, ainda menina, vim trabalhar em casa de família. Tinha nove para dez anos. Naquela casa comi o pão que nem o diabo quis. Tudo da casa era comigo: lavar, varrer, passar, cozinhar, fazer mandado...e apanhava... apanhava muito. Mas eu não fazia ideia de onde ficava o lugar de onde eu vim. Para mim, era tão longe. Toda vez que eu pensava em fugir, tinha medo de me perder. Desse*

sofrimento, muita gente hoje sabe. O que ninguém sabe, e que eu tinha medo de levar pro caixão, é que eu não fui feita mulher desde cedo só nos serviços da casa não.

Como assim, dona Guiné? – Perguntei.

- O marido da mulher da casa onde eu vivia, me fez de mulher desde a primeira noite que cheguei.

Um silêncio...

A senhora está aí? – Sondei.

De lá ela toma um fôlego, faz um fungado no nariz e responde: - *Tô sim, minha filha.*

Estou aqui para a senhora, tá? – Disse eu, como que buscando acolhê-la, se é que é possível, do lado de cá do telefone. Ela suspira a ponto eu a escutá-la. Pensei que fosse parar o relato por ali... até pensei em interromper por achar que estava sendo demais para ela. Mas quem sabe a medida do demais? Ao mesmo tempo, lembrei do que havia me dito Benguê, também por ligação, que pessoas com mais idade teriam mais dificuldade para falar sobre estupro. Então, resolvi aguardá-la escolher por onde seguiria.

Eis que ela retomou a palavra e disse: - *Tirei um saco de cimento das minhas costas. Eu vivia como alguém em quem se amarra uma pedra muito pesada junto ao pé e é jogada em um lago fundo. Jamais, jamais eu desejo isso a nenhuma menina. Quando me fiz mulher por mim mesma, arrumei um companheiro. Passei muitos anos da minha vida apanhando dele pra pagar o preço dele não ter se casado comigo virgem. Até que um dia, tive coragem e larguei ele. Se você me perguntar quem é minha mãe ou meu pai, eu não sei dizer. Nunca mais voltei lá... não por falta de vontade. É que foi ficando cada vez mais difícil... A mulher que me levou morreu e levou com ela grande parte da minha vida. Com toda maldade que ela me fez, antes tivesse morrido o marido dela. Essa dor sim, é uma que a gente nunca se esquece. Obrigada por me escutar, minha filha. Oxum te abençoe e abençoe cada mulher que chegar a você. E eu sei que você sabe que mulher quando se junta, nem o diabo pode.*

Eu que suspirei dessa vez e respondi: - Sei sim! Sei sim, dona Guiné. Eu estou por aqui. Qualquer coisa, dê notícia! Muito obrigada também por tudo dito, sentido e compartilhado. E, então, nos despedimos.

SUMÁRIO

1 É COMIGO OU É CONOSCO, MULHERES NEGRAS? – UMA TALVEZ LONGA INTRODUÇÃO	15
2 CAMPO-TEMA: MULHER NEGRA - VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL – CONSTRUÇÕES SUBJETIVAS	24
2.1 O campo é movediço, mas o diário de bordo... ..	27
3 ESTADO DA ARTE - MULHER NEGRA, VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E SUBJETIVIDADES?	30
4 APORTE ANCESTRAL E ENCARNADO, POR VEZES, TEÓRICO.....	34
4.1 Adentrando os solos sagrados existenciais – domingos de encontros, escuta e acolhimentos.....	36
5 CAMINHOS: UM <i>HÓDOS/ METÁ</i>	53
6 <i>MEXENDO COM ISSO</i> - TOMANDO PELAS BORDAS, RETICÊNCIAS E MOVIMENTOS DO <i>DESEJO</i>	59
7 <i>POR QUE COMIGO?</i> – VSI NA PERSPECTIVA DA INTERSECCIONALIDADE: RAÇA, GÊNERO, GERAÇÃO, CLASSE E TERRITÓRIO.....	64
7.1 Abuso sexual ou Estupro de Vulnerável?.....	64
7.2 Insterseccionalidade – contribuições afetivas para além do teórico-político	65
7.3 VSI contra meninas negras: um olhar interseccional	66
8 VSI CONTRA MENINAS NEGRAS – TRIPLO TRAUMA: COLONIAL, SEXUAL E SOCIAL.....	71
8. 1 Contribuições de Frantz Fanon para a compreensão do trauma colonial	71
8.2 O triplo trauma: colonial, sexual e social	74
8.3 Triplo trauma e Subjetividades.....	81
9 ENTRE O VIVIDO E O NARRADO	92
9.1 Um nome para si.....	100
9.2 Cuidando das meninas – circulando afetos	105
10 VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA DE MENINAS NEGRAS - UMA <i>ESCREVIVÊNCIA</i> DE NÓS	112
11 REFERÊNCIAS	121

1 É COMIGO OU É CONOSCO, MULHERES NEGRAS? – UMA TALVEZ LONGA INTRODUÇÃO

*Quando as teias de aranha se juntam, elas podem amarrar um leão.
Provérbio Africano*

Esta dissertação teve por objetivo *cartografar* a experiência de mulheres negras vítimas de violência sexual na infância e suas ressonâncias em suas construções subjetivas.

De modo específico, pretendeu-se: a) Delinear o lugar da mulher negra na sociedade e as formas de violências a elas dirigidas - especificamente a violência sexual, historicamente constituídas e legitimadas; b) Propiciar um espaço de escuta para a expressão da experiência da violência sexual infantil e dos modos de subjetivação constituídos a partir dessa experiência; e c) Analisar as ressonâncias dos modos de subjetivação dessas mulheres ante a experiência da violência sexual.

Inicialmente, tivemos como título *Subjetividades de Mulheres Negras vítimas de violência sexual na infância – uma cartografia*. No entanto, já na primeira roda de conversa, compreendemos que o processo de pesquisar nos levou mais ao caminho da escuta, do acolhimento e do cuidado face às traumáticas e silenciadas experiências.

Nesses termos, o objetivo principal desse trabalho, pela sua própria natureza cartográfica, exigiu um reposicionamento e a exigência de um outro olhar/lugar/intervenção, passando a ser aquilo que havíamos considerado como o segundo objetivo específico, qual seja, propiciar um espaço de escuta para a expressão da experiência da violência sexual infantil e dos modos de subjetivação constituídos a partir dessa experiência.

Assim, com vistas a esse novo objetivo e dada a carência de espaços para escuta de grupos como esse, silenciados, as escutamos, as acolhemos, acompanhamos em seus anseios por legitimação, conforto, validação, aconchego, credibilidade, por transformações, realizações de sonhos, entre tantos outros desejos.

Esse é um texto-grito. Um texto-manifesto. Um texto-denúncia. Um texto-gemido. Um texto-cansaço. Um texto-pedido-de-socorro. Pedimos socorro! Por nossas crianças, pedimos socorro. Esse é um texto-curetagem. Mas esse deveria ser apenas um texto-acadêmico, afinal é o que se espera dele.

Esperamos que seja também um texto ativador de potências e que a escuta dessas narrativas dê visibilidade acadêmica às populações não escutadas de forma a retirá-las da subalternidade e reposicioná-las em suas falas/existências. O campo-tema é sensível, delicado

e desafiador, mas urgente, necessário e carente de aprofundamentos teóricos e práticos; e de políticas públicas estruturais, sem deixar de mencionar a transformação do olhar da própria sociedade e o compartilhamento de responsabilidades.

Falar de/com outras Mulheres Negras é também falar de mim. Historicamente, somos submetidas a sucessivas e diversas experiências compartilhadas de dor, humilhações e opressões. Por isso, começo esta introdução passando um pouco por minha história de vida, na medida em que se trata de um estudo implicado e situado.

Sinto-me como que rompendo uma linha de chegada que é, ao mesmo tempo, uma linha de partida, após correr uma maratona de longa distância. É a primeira vez que sou contemplada com uma bolsa de estudos para o que quer que seja. E não por falta de tentativas!

É a primeira vez que posso relaxar um pouco na vida fazendo algo que gosto sem tanta preocupação com a vida material – não que seja um valor que contemple todas as minhas despesas mensais - mesmo que imersa em uma pandemia que me desterritorializa de lugares conhecidos, que me aparta dos afetos presenciais, me tira o chão e me desrotiniza os dias e, ao mesmo tempo, me impele a empenhar esforço para (me) reinventar ante o caos.

Tomo uma postura narcísica, e não narcisista, para partir de minha história familiar como impulso inicial para o pesquisar de um fenômeno. É voltando-me para esse lugar, meu lugar na família, que posso me lançar aos possíveis caminhos e descaminhos que continuamente percorro ao me questionar sobre os atravessamentos que essa pesquisa efetiva em mim e poderá também realizar em nossas colaboradoras.

Com isso, foi possível perceber o quanto nós mulheres, negras ou não e, embora de modos diferentes, somos atravessadas pelas violências de gênero e que, no caso de nós Negras, outras opressões se coadunam.

Por vias de um caminhar *cartográfico*, começo a falar de mim como primeiro ponto de contato para, então, se fazer ponto de passagem para o que propomos a investigar.

É uma postura política a forma como este trabalho está organizado apresentando primeiro um relato pessoal, depois o delineamento do campo-tema, estado da arte, objetivos e os possíveis caminhos do método da pesquisa, para só então articular as contribuições teóricas.

Sou Mulher Negra com traços de minha avó paterna, sou avó, quinta filha dentre oito filhas e filhos de um casal interracial, da região serrana no interior do Ceará. Minha bisavó materna de origem indígena, estatura mediana, cabelos pretos lisos e longos, trabalhava numa

grande fazenda cafeeira em troca de moradia, salário algum e um pouco de comida. Deixou seu casamento por não “aturar homem metido a valente” – esse é o relato familiar.

Após a separação, engravidou de seu patrão, descendente de holandês, de quem teve seu primeiro filho, meu avô, no começo dos anos de 1910. A conhecida forma de relação que estudiosos como Freyre (2005) costumam chamar de *miscigenação* harmoniosa sem que sejam analisadas as relações de poder nas quais se normatiza o “Manda quem pode. Obedece quem tem juízo”. Minha bisavó trabalhou naquela fazenda pelo resto de sua vida. Meu avô – seu filho, também. Ambos morreram sem qualquer direito material pelos longos anos trabalhados.

Mesmo que se soubesse quem era seu pai, meu avô cresceu e se tornou homem sob o estigma de filho bastardo constando em sua certidão de nascimento a informação de “pai ignorado”.

Quando adulto, casou-se com aquela que veio a ser minha avó. Ela era do Sertão de Canindé. Tiveram dez filhas e filhos, adotaram outras/os cinco e, ao ficar viúvo, casou-se novamente e teve mais outras/os cinco. Minha mãe teve dezenove irmãs e irmãos. Somos mais de oitenta netas e netos.

Minha avó paterna, mulher negra, da mesma região serrana onde nasci, casou-se com meu avô, de origem também indígena. Do Sertão de Quixeramobim, ele migrou para a serra para também trabalhar em grandes propriedades de terra. Meu pai, homem negro, teve treze irmãs e irmãos, das/dos quais sete biológicos por parte de pai e de mãe, uma adotiva e outras/os também cinco, fruto de uma relação extraconjugal de meu avô. Por este outro lado da família, somos quase trinta netas e netos.

Tanto minhas avós quanto meus avôs não tiveram a oportunidade de estudar. As/os quatro, advindas/os de diferentes lugares do Estado, cresceram trabalhando com seus pais para donos de grandes latifúndios e ao se casarem, repetiram o ofício.

Minha mãe, mulher não negra, foi a única a enfrentar seu pai para poder estudar. Para ele, o mais importante era aprender a cuidar da agricultura de subsistência, da casa e da família. É ela também a única a ter ensino superior entre todas/os minhas/ meus tias e tios maternas/os e paternas/os. Conseguiu o feito após as filhas e filhos terem crescido. Aprendi a amá-la ao longo da vida por guardar em mim uma raiva de não parecer fisicamente com ela e por isso crescer exposta a perguntas como: ela é sua filha mesmo? Não parece não. Ela é adotada? “E o cabelo pixaim dela, puxou a quem”? O racismo de cada dia.

Como menina negra, cresci ouvindo ser chamada menos por meu nome e mais por apelidos que, aos olhos de quem os pronunciava, pareciam engraçados. No entanto, para quem

os recebe é uma contínua exposição a um decreto social: você é menos. Você pode ser ridicularizada publicamente sem nenhum constrangimento às/aos que te constroem. Assim, impunemente e por anos a fio fui chamada de: “neguinha”, “cabelo de bombril”, “cabelo de arame”, “neguinha pajeú”, “cabelo de cupim”, “a neguinha”.

Aos 11 anos, uma senhora “branca” e “rica” - pelo menos aos nossos olhos, foi até a casa de minha mãe pedir a ela que me deixasse passar as férias em sua casa e “brincar” com seu sobrinho – um garoto branco da mesma idade que eu. Depois de muitas indagações de minha mãe àquela senhora, elas perguntaram se eu desejava ir. E diante de tantas coisas legais e bonitas que a mulher relatava ter em sua casa, eu disse sim.

Lá, experienciei as mais diferentes formas de privação. Acordava cedo ainda escuro, às quatro e trinta da manhã, para ir à vacaria buscar leite e comprar o pão para o café da manhã da família. Era a última a comer e sozinha. Comia o que sobrava, mas o que sobrava de melhor, a senhora da casa guardava para a próxima refeição de seu neto.

Para encurtar três meses em algumas linhas, o final da história quase foi trágico. Afundada em um medo gigante, tornei-me a criança mais rebelde que já conheci e a ameacei com uma faca. Só então um rapaz, filho da referida senhora, foi contatado, informado de que eu estava lá e que, naquele momento, todas nós: eu, a senhora, suas três filhas adultas e seu neto da mesma idade que eu, corríamos perigo. Com isso, fui devolvida para minha mãe que jurava toda semana ter ido pedir notícias minhas e a resposta que ela recebia era: - *Ela tá super feliz! Não quer nem voltar.* E guardava as promessas de nos colocar em contato logo que estivesse de volta à Capital.

Naquele ano, 1989, um ano antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, após ser devolvida para minha mãe e imersa em profunda tristeza, eu repeti a 5ª série. Assim, se com meu ato de rebeldia eu tivesse machucado alguém, talvez tivesse sido vista e considerada uma *de menor* – modo como eram chamadas as/os adolescentes “infratoras/es”, sinônimo de delinquente.

Nas fugas para os mundos criados nas ideias, escrevia o que as palavras não davam conta de dizer por meio de contos que por vezes me salvaram do soterramento e do emudecimento que me matava em vida, como o microconto que segue, chamado *A Menina Djagatu*:

Meu nome é Djagatu! Sou uma menina negra. Às vezes me sinto murchar feito uma bola de futebol. Sabe quando uma bola fica velhinha e seca até ficar amassada? Às vezes me sinto assim. Tem dias que meus amigos riem de mim por causa da minha cor, do meu cabelo e eu fico feito essa bola:

vazia, amassada e jogada em um lugar qualquer. O meu canto é em cima da minha cama. Quando a bola tá assim, ela não corre com a mesma velocidade de uma bola cheia. Não quica. O corpo dela falta. Não tem leveza para rolar até alcançar o objetivo da partida. Faltam a ela pontos de contato e de aderência para ser inteira. E a pior parte disso? Qualquer pessoa se sente no direito de chutá-la e de sacá-la fora do campo por supor que não serve para nada. É assim que me sinto quando riem da minha cor! A bola murcha não deixa de ser bola. E eu, não deixo de ser eu! Mas, assim como a bola murcha, não sou tudo que poderia ser. Como ela, cada vez que levo chute de risos... de desdém... mais fico murchinha, me entristeço... Sabe por que meu nome é Djagatu??? Porqueee...

A ideia do microconto aconteceu durante minha adolescência, pois era como eu me sentia. Mas foi somente em 2019, aos 41 anos de idade, após viagem ao Continente Africano, que consegui compreender a menina amarga que fui e só então a menina do conto ganhou nome.

No auge de minha adolescência, aos 14 anos de idade, fui vítima de violência sexual por parte de um “amigo” da família. Aquela experiência pareceu que havia me arrancado de mim e foram interpostas às violências – sexual e racismo, isto é, fui enterrada viva no meu mundo interno.

A fuga da realidade que maltrata, que machuca, que fere e faz sangrar literalmente, é prática recorrente entre pessoas vitimadas pela violência sexual. Nossas colaboradoras também recorreram a ela como artimanha para sobreviver.

A violência sexual nos fere justo naquele lugar em que ser algum poderia sofrer vilipêndio: a dignidade. Alguém te submete a um sistema de lei próprio, individual, te expropria e te carimba com um certificado: seu corpo não é seu. Nesta experiência, rompe-se qualquer vestígio de fronteira de salvaguarda, de proteção, de cuidado e de afetos. Para mim, ali, algo em mim cindiu, e perdurou por muitos anos. Cindi-me por um longo tempo de minhas capacidades, espontaneidade, da confiança em mim mesma e na vida e do restinho de beleza que eu via em mim, quando não escarafunchada pelo racismo. E para fazer esse caminho de volta, de retomada de mim, foi e ainda é necessário trabalho árduo.

Existir num corpo negro feminino tem sido uma infindável saga!

As passagens por mim aqui narradas, parecem ser do tipo de experiência que acontece uma vez perdida na vida de uma criança /mulher negra. Mas não, não percamos de vista!

Uma pesquisa divulgada pelo Ministério Público do Paraná -MPP em março de 2019 apontou que **a cada hora no Brasil três crianças ou adolescentes são violentadas sexualmente**. Por outro lado, o Boletim Epidemiológico nº 27 (2018) revela que as crianças negras foram vítimas em 55,5% dos casos de violência sexual reportados. Se esta já é uma

realidade que não deveria existir, vale denunciar que o número de casos atendidos não é necessariamente o número de casos ocorridos, visto que nem todos são notificados e a quantidade de crianças violentadas, sobretudo as negras, pode ser ainda maior que os registrados.

Conforme o Boletim (2018), em sua análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes entre 2011 e 2017, tais violências, que ocorrem contra meninas e meninos, são consideradas um “problema de saúde pública e violação dos direitos humanos”, e “geram graves consequências nos âmbitos individual e social” (p.1). Por acontecer em maior frequência nos ambientes: doméstico, familiar e escolar, dificulta a visibilidade na esfera pública o que impacta diretamente na redução do acesso aos serviços de saúde.

Segundo o Observatório do Terceiro Setor (2020), em 2019, o Brasil registrou **um estupro a cada oito minutos**, sendo que quase 58 % das vítimas tinham, no máximo, 13 anos de idade.

Somos o país em que uma criança negra de 10 anos, após ser estuprada e engravidar, tem seu direito de aborto legal negado, necessitando deslocar-se a outro Estado da Federação para consegui-lo acessar. Somos o país em que as balas da polícia são achadas nos corpos de crianças negras estejam elas fardadas indo para a escola, segurando na mão da sua mãe ao voltar para casa ou, ainda, estejam em casa cuidando das crianças mais novas.

Integramos e somos o país em que uma criança negra, no caso de Miguel, aos seis anos de idade, pode ser colocada sozinha em um elevador para ir em busca de sua mãe com o botão apertado no sentido contrário ao que ela, a mãe, estava.

Seria diferente se pertencêssemos a outra classe social?

Em 2017, a atriz global, mulher negra e ativista, Taís Araújo em sua conferência: *Como criar crianças doces num país ácido* para TEDxSão Paulo, relatou naquela ocasião ser mãe de um menino e de uma menina. Disse ainda que ao ser perguntada sobre a diferença entre criar um e outra, ela costumava responder que não havia diferença. No entanto, ela disse perceber que sua resposta era uma mentira, pois, para ela, o gênero é uma questão.

Durante a primeira gestação, a atriz afirmou ter ficado aliviada por carregar um homem em seu ventre, pois ela tinha certeza de que ele estaria livre de passar por situações pelas quais nós mulheres passamos. No entanto, ela pondera ao tempo em que questiona: “teoricamente ele está livre, certo?”.

Após uma pausa, ela mesma responde: “Errado. Errado porque meu filho, ele é um menino negro e liberdade não é um direito que ele vai poder usufruir se ele andar pela rua

descalço, sem camisa, sujo - saindo da aula de futebol. Ele corre o risco de ser apontado como um infrator, mesmo com seis anos de idade”.

É importante observar que a atriz pertence a uma classe social diferente da grande maioria da população negra. Ora, se na estruturação das categorias de classe são articuladas geopolítica, economia e raça, dentre outras, para definir hierarquicamente os grupos colonizadores e quem serão os grupos colonizados, mesmo havendo mobilidade de classe social, a raça definirá que lugares pertencem a quem.

Um exemplo que se repete no meu cotidiano é: ao soar de minha campainha, dirijo-me para ver quem é, abro a porta e diante de mim de forma imperativa uma senhora ordena: - *Me chame sua patroa*. Para tal senhora, branca, de classe média, eu, com minha cor, só poderia ocupar o lugar de empregada doméstica da casa. Socialmente sou um corpo ocupando um espaço que, suposta e aprioristicamente, não é meu.

Então, observo a nossa realidade familiar “marginal” a que Grada Kilomba (2019) suscita em seu livro: *Memórias da Plantação – episódios de racismo cotidiano*. Marginais, pois não temos legado acadêmico. Tenho origem afrodescendente e indígena, de família de agricultores, lavradores, lavadeiras, cozinheiras e empregadas domésticas.

Tenho origem, portanto, nos mesmos grupos sociais que a maioria das Mulheres Negras do Brasil. Somos a população subalternizada (SPIVAK, Gayatri. 2010). E como Mulher Negra, ingresso no mestrado, a primeira dentre mais de uma centena de netas e netos - considerando-se os dois lados da família.

Assim, voltando à questão introdutória deste trabalho para afirmar que **as violências percorridas acontecem conosco, Mulheres Negras, desde a infância**, como veremos nos relatos de nossas colaboradoras. Essa é nossa realidade atual: **um estupro a cada oito minutos**. Com muita dor, esta é a minha narrativa.

Mas o que outras Mulheres Negras diriam de suas experiências de violência sexual na infância? Que travessias elas percorreram? Como experiências tão dolorosas e de expropriação, tornaram-se marcas constituintes de suas subjetividades? De que modo pesquisas neste campo-tema podem contribuir de forma interventiva para que falas historicamente silenciadas tenham espaço não só no meio acadêmico, mas para além dele?

Como as Mulheres Negras podem contribuir com a reflexão social, para a produção de conhecimento e reflexões não só para as políticas públicas de saúde, mas sobretudo com políticas de afeto, e propriamente para a psicologia?

Movida por tudo o que foi narrado e por tudo que não é possível dizer, encarei uma segunda graduação – a de Psicologia. No percurso, conheci primeiro Jesus Moura – referência

em relações étnico-raciais na psicologia, a nível estadual e nacional e, também, minha primeira professora negra.

Depois conheci Ceça Costa – com quem caminho nos estudos étnico-raciais por uma clínica que considere as violências interseccionalizadas em sua escuta, que me apresentou à Professora Dra. Ana Lucia Francisco. Esta tem se tornado preciosa orientadora e parceira na construção desta produção e na feitura da questão regente que nos guiou: **Como a experiência da violência sexual na infância incide na produção de subjetividade da Mulher Negra?**

Sinalizamos que chamaremos de alti-plano o que seria capítulo - ideia contida na proposta da postura cartográfica deleuze-guattariana (1996) como um lugar-ideia desvaloradamente mais elevado de onde se pode ver melhor. Compreendendo-o como sendo esse lugar-mirante para onde subimos no intuito de deitar nosso olhar o mais longe possível e, também, ver melhor é que o utilizaremos.

Na realização tanto da pesquisa quanto da feitura desta escrita, tomamos por empréstimo a *escrivência* (EVARISTO, 2020) como metodologia cuja pujança da ação-escrita de fazer-ver-ler-ouvir é sempre coletiva; e não se perde no plano da individualidade, bem como não se “limita” à produção de conhecimento baseada na “uma história de um eu sozinho” (p. 38).

Nessa direção, apresentar este trabalho é me tornar coautora na medida em que ele só é possível diante da disponibilidade das colaboradoras em compartilharem suas experiências e as trazerem tão dolorosamente de suas entranhas. Em reciprocidade, tecemos. Assim, assumir uma postura de coautoria se faz para conferir menção honrosa a esta por este trabalho, ainda que a única diplomada, serei eu. Infelizmente.

Com este ato político, embora sem título coletivo, serei/seremos comestra(s) fazendo desse trabalho uma “**escrita de mulheres negras**” que “**pretende borrar**” e “**desfazer uma imagem do passado**” - na qual a “**potência**” de enunciação de nossos “**corpos-vozes**” era ceifada -, produzindo um *escrivido* pesquiso-clínico (EVARISTO, p. 30). Desse modo, nos relatos de nossas colaboradoras aqui transcritos manteremos o tamanho da fonte 12.

É posicionamento político nosso o modo como este trabalho está organizado. No **primeiro** alti-plano apresento uma longa introdução com minha experiência de, à época, menina, negra – assim como nossas colaboradoras - também vitimada por violência sexual; no **segundo**, como o campo-tema foi se configurando, ainda fora da academia; no **terceiro**, o estado da arte, ou seja, o que a academia, sobretudo a psicologia, tem produzido sobre a violência sexual infantil – VSI perpetrado contra meninas negras.

No **quarto** altiplano, adentramos os solos sagrados de nossas colaboradoras a partir de um aporte ancestral e encarnado; no **quinto**, apresentaremos os caminhos e pistas percorridos a partir, também, da abordagem cartográfica; no **sexto**, *mexemos* teoricamente com a temática da violência sexual infantil contra meninas negras e de modo transeunte, vamos pelas bordas, acompanhando as reticências e movimentos do desejo.

No **sétimo**, apresentamos uma visão interseccional da VSI contra meninas negras tensionando e refletindo sobre os termos utilizados quanto à temática; no **oitavo**, conceituamos VSI enquanto trauma sexual e o articulamos com outros dois traumas – o colonial e o social, ao passo que apresentamos uma visão de triplo traumática da experiência da VSI e as ressonâncias nas subjetividades de meninas negras.

No **nono**, apresentamos como nossas colaboradoras se sentiram por terem narrado, o processo de escolha de um nome para si e o de cuidado para com elas, em vias de finalização de nosso encontro.

E, por fim, no **décimo**, apresentamos essa escrita como uma *escrevivência* de nós, a partir da conceituação de Conceição Evaristo e da experiência do pesquisar ter se tornado, também, um espaço clínico-terapêutico.

Importa salientar que, como atitude política e feminista de reconhecimento às produções acadêmicas femininas, optaremos pela manutenção do primeiro nome e sobrenome das autoras nas primeiras citações, visto que agindo assim evitamos referenciar apenas seus sobrenomes que além de as invisibilizar, as coloca por trás dos nomes familiares, geralmente masculinos. Tal posição se dará em toda escrita.

2 CAMPO-TEMA: MULHER NEGRA - VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL – CONSTRUÇÕES SUBJETIVAS

Da voz outra, faço a minha, as histórias também.
Conceição Evaristo (2016, p. 7)

Como narrado, nossas experiências coletivas como Mulheres Negras forjam-me a tomar um lugar no mundo: um lugar político e implicado nas/pelas transformações sociais.

A vontade de pesquisar o campo-tema objeto desta dissertação aconteceu de forma mais delineada durante uma condução de um Círculo de Mulheres - atividade que realizo desde 2014 e que aprendi em vivências e iniciações com mulheres xamãs, benzedadeiras, raizeiras, parteiras e uma sacerdotisa peruana do povo Wari.

Chamados também de Rodas do Sagrado Feminino, ou ainda Rodas do Sagrado, os Círculos de Mulheres têm origem em diferentes culturas como a africana e a indígena. São espaços de partilhas, autoconhecimento e práticas de saberes e técnicas milenares como banho de ervas, vaporizações, ingestões de chás, dentre outras tantas atividades.

Em 2018, estávamos em uma imersão de final de semana. Éramos 18 mulheres reunidas durante três dias realizando dinâmicas grupais com a realização de rituais de diferentes tradições e rodas de partilhas com discussão de várias temáticas. Uma das companheiras sugeriu que trabalhássemos a temática da sexualidade. Todas nós concordamos e o assunto atravessou todas as atividades do encontro.

Naquele sábado, segundo dia da imersão, era final da tarde e estávamos sentadas em círculo. Após algumas atividades e sensibilização, pedi que ficassem de pé todas aquelas que de alguma forma já havia se sentido violentada sexualmente. Apenas uma de nós permaneceu sentada. Ela mesma se questionou: - *Olhando todas vocês, pergunto-me se realmente eu não sofri violência sexual. Será que sou uma privilegiada ou fiz questão de apagar da memória?*

Conforme cada uma foi expondo a cena que guardara de sua experiência, transbordávamos em lágrimas. Nós nos escutamos, acolhemos e, depois de alguns minutos de silêncio, concordamos em continuar a dinâmica proposta.

Na sequência, pedi para que sentassem somente aquelas que não considerassem estupro, a violência sofrida. Quatorze mulheres se sentaram e uma assim já estava. Permanecemos em pé eu e mais duas mulheres. Nós três, as únicas Mulheres Negras do grupo.

As mulheres que estavam sentadas em círculo nos olharam por um tempo. Aproximei-me das duas que estavam de pé comigo, nos demos as mãos, olhamo-nos demoradamente nos olhos, suspiramos e choramos sem nada nos dizer. As outras quinze se levantaram e nos rodearam. Ficamos as três aconchegadas em um abraço e soluços coletivos. Aquele momento pareceu de alguma forma tamponar uma ferida ainda aberta em nós.

Um silêncio pairou.

Quando sorrisos tímidos começaram a surgir, pedi que retomássemos nossos lugares no círculo. Foi então que nós nos abrimos para o compartilhamento de nossas compreensões.

A grande maioria relatou ser a primeira vez que falava sobre tais experiências com outras mulheres, assim como afirmou não ter noção do quão corriqueira é a violência sexual em nossas vidas. Todas nós, as dezessete mulheres daquele grupo de dezoito, experienciamos a violência sexual na infância e/ou na adolescência. Nenhum dos nossos casos fora judicializado.

Nós ali, mulheres de diferentes idades, anos a fio de silêncios sendo guardados e naquele momento, sendo rompidos. Choros tantas vezes chorados às escondidas e outros nunca, antes, chorados tão profundamente. Raivas, tristezas, rancores, arrependimentos e culpas! Muitas culpas!

Por diferentes motivos relatamos sentir culpa: pela roupa que nos acusaram vestir, pelo horário que voltamos para casa, por sermos “ingênuas” em confiar em amigos, por desobedecermos às nossas mães ao ter saído para brincar... enfim, os olhares das/dos que chegaram a saber das perpetrções dos crimes sexuais ao invés de colo, tornaram-se dedos a nos acusarem e nos responsabilizarem pelas violações sofridas.

Aquele encontro me levou a inquietantes, desafiadoras, angustiantes e irrespondíveis indagações: Como deve ter sido para as Mulheres de minha família suas experiências de dor? Como podemos nós Mulheres silenciar por tanto tempo tantas dores? Como nós Mulheres Negras nos tornamos ou fomos tornadas alvo de cem por cento dos estupros naquele grupo de 18 Mulheres? Como tal experiência forja em nós uma visão de mundo?

E ainda, por diferentes motivos, quantas de nós Mulheres Negras não têm a oportunidade de cuidar de suas dores? Seria prepotência achar que posso fazer algo ou seria covardia não ter ânimo suficiente para tentar fazê-lo?

Constatou-se também naquele final de semana, diante de relatos experienciais da violência sexual em sua forma mais grave compartilhada por nós Mulheres Negras, a **hipótese** de que há ressonâncias subjetivas nas mulheres negras que sofreram violência sexual infantil - ou seja, a experiência da violência sexual infantil afeta a vida cotidiana dessas mulheres para

além do campo da sexualidade; que a vontade desejante por contribuir com possíveis transformações dessa realidade tomou forma e se delineou.

E parte dessa vontade se faz corpo neste projeto no intento de fazer dele uma produção colaborativa de conhecimento por compreender que na coletividade movemos moinhos e podemos trabalhar por uma clínica e produção acadêmica ética – *estética* e política (SOUZA, Letícia; RAMAGNOLI, Roberta, 2012). Digo parte por, continuamente, realizar trabalhos com grupos de mulheres, alguns só para Mulheres Negras propiciando espaço de acolhimento, escuta, vivências e partilhas.

Assim, para começarmos a falar de Mulher Negra, apresentamos o Poema *Sonho* de uma ancestral nossa, ativista dos/nos movimentos negro e feminista e importante intelectual na produção de conhecimento sobre os quilombos no Brasil, Beatriz Nascimento, assassinada em 1995, após aconselhar uma amiga a se separar do marido violento:

Seu nome era dor
Seu sorriso, dilaceração
Seus braços e pernas, asas
Seu sexo seu escudo
Sua mente, libertação
Nada satisfaz seu impulso de mergulhar em prazer
Contra todas as correntes em uma só correnteza
Quem faz rolar quem tu és?
Mulher!...
Solitária e sólida
Envolvente e desafiante
Quem te impede de gritar do fundo de sua garganta único brado que alcança
Que te delimita
Mulher!
Marca de mito embotável
Mistério que a tudo anuncia e que se expõe dia-a-dia
Quando deverias estar resguardada
Seu ritus de alegria
Seus véus entrecruzados de velharias
Da inóspita tradição irradias
Mulher!

*Há corte e cortes profundos em sua pele, em seu pelo
Há sulcos em sua face que são caminhos do mundo
São mapas indecifráveis em cartografia antiga
Precisas de um pirata de boa pirataria
Que te arranques da selvageria e te coloque, mais uma vez, diante do mundo
Mulher.*

A autora denuncia de forma contundente e poética as diversas opressões sofridas por nós Mulheres Negras - opressão de cor, física, psicológica, de lugar; e as inúmeras supressões e privações de direitos, de sonho, de raízes, de Ancestralidade. Mas ela nos propõe, por outro lado, uma cartografia de nós mesmas de modo a nos inspirar a ficarmos em pé em cima de nossas próprias pernas.

E de sobre nossas próprias pernas, dizemos: importa-nos que nossa história seja contada por nossas perspectivas, já que experienciamos a sociedade de lugares diferentes. Pessoas brancas vão experienciá-la do lugar de quem se beneficia da opressão e nós, pessoas negras, de quem sofre a opressão.

No nosso caso, Mulheres Negras, entrecruzam-se sobre nós diferentes opressões como raça, classe, gênero e geração, dentre outras. Intentamos que, do nosso lugar de fala, sejamos as falas que também produzem conhecimento (RIBEIRO, Djamilá, 2019; DAVIS, Angela, 2016; CARNEIRO, Sueli. 2003).

No Brasil, ser negra (o) é um processo de tornar-se. Há uma processualidade no sentido de que é o branco que cria o (a) negro (a), mas é o (a) negro (a) que cria a negritude e dela se apropria para forjar outro estado de ser. Assim, é um processo de tomar consciência do processo social ideológico que tenta a todo custo nos alienar e só de posse de tal consciência é que se faz possível criar uma outra que reassegure o respeito às diferenças e reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração (SOUZA, Neusa, 1983, p.77).

Neste sentido, ao dizermos que buscamos pesquisar **com** Mulheres Negras, indicamos que elas já percorreram o caminho dessa consciência e que, ao olharem para si, se reconhecem como tal e o que produzimos é em voz nossa. Uma voz coletiva.

2.1 O campo é movediço, mas o diário de bordo...

Delimitar um campo-tema é sempre arbitrário, posto que as linhas fronteiriças com as quais buscamos conformá-lo são sempre imaginárias e movediças. Quando me disponho a

pesquisar algo, foi assim na sociologia e tem sido nessa experiência, o próprio campo vai se movendo com meu andar me impelindo continuamente a me reposicionar ou a me agarrar a algumas linhas de corte para não ser arrastada junto com o movimento dele.

Após todas as tramitações e respostas necessárias relacionadas aos cuidados e compromisso éticos junto ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP e com a devida autorização e Certificação de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE de nº 43726621.2.0000.5206, escrevi um pequeno texto sobre a pesquisa que, com um *card*, continha o título provisório e uma foto minha. Divulguei nos grupos de *WhatsApp* constituídos por mulheres, bem como entre colegas de profissão.

Fui contactada por mulheres de diferentes partes do Brasil: Rio de Janeiro, São Paulo, Bahía, Paraná; interior de Pernambuco: Caruaru, Petrolina e, até, Argentina. Senti-me operando cortes simbólicos em suas línguas ávidas por falarem.

Por um lado, foi animador saber que tantas mulheres estavam ávidas por falarem. Observo o desejo de falarem como uma postura posicionada necessária para alardearmos aquilo que nos oprime. Que falemos! Por outro, gostaria que este não fosse um assunto necessário em nossas pautas de militância, mas o é.

O fato é que me entristeceu não contemplar essas vozes que estavam fora do território de pesquisa supostamente delimitado. Uma vez que elas me contactam, embora não tendo participado diretamente da pesquisa, elas invadem essas linhas imaginárias, realocam contornos e forjam modificações no próprio campo, pois, de todo modo, o que elas me disseram passou a compor comigo meu caminhar.

Ainda bem que, comigo, ao alcance de minha mão encanetada, esteve sempre meu diário de bordo no qual eu podia fazer vazar lágrimas-palavras pela ponta da caneta. Determinados dias foram de uma sensação de pós-cirurgiada que me fizeram cair. Após as rodas de conversa aos domingos, quase sempre, eu me deitava.

Meu marido me dava colo. Seu ombro acolhedor me aconchegou nos momentos mais tristonhos e desafiadores.

Minha orientadora me proporcionava ombro, aconchego, segurança e feito mãe-pássaro, cuidava, nutria e me precipitava para fora do ninho para que eu abrisse as asas e voasse com as minhas próprias. Ela me dizia: - *Força, Lili, força! E adelante!*

Minha psicóloga desbravava comigo as minhas entranhas cheias de memórias de dor.

Em meu diário de bordo, havia registrado: este é um trabalho-curetagem.

Hoje, posso constatar: é sim!

Há uma limpeza profunda acontecendo em mim que me reposiciona na vida.

Assim, nesse caminho, o diário de bordo não é apenas lugar de registro escrito, mas um dispositivo ativador das memórias e das emoções jorradas pelo experienciado. Ele é útero do *escrevivo* no qual, entrebordadas, as palavras, as agonias, os deciframentos e as indecifrações abrigam possibilidades criativas. Com ele, pude fazer solitárias e importantes travessias.

Voltando, o campo é movediço, mas o diário de bordo...ah! o diário de bordo é companheiro íntimo no qual bordei por vezes com linhas imaginárias, por vezes com fios azulados ou avermelhados de uma caneta.

Ao tempo em que nele transbordo, ele me ajuda a dar borda ao campo, assim como a mim bordando, retecendo e alinhavando pedaços de mim mesma em de-re-composição coletiva feita de delicados traçados fugidios, escapáveis.

Nessa direção, ele – o diário de bordo -, toma a proporção dos relatos de experiência de nossas colaboradoras e com isto, compõe com eles a nossa escrita.

3 ESTADO DA ARTE - MULHER NEGRA, VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E SUBJETIVIDADES?

*A água sempre descobre um meio.
Provérbio Africano*

Para conhecermos o solo em que pisamos, realizamos o estado da arte acerca desta temática que apresentaremos aqui. Pedimos desculpas às nossas colaboradoras por trazê-lo antes de suas falas. Desculpas, pedimos, por compreendermos que dada a urgência por transformação de vossas realidades, seus relatos de experiência deveriam vir antes.

No entanto, apresentar o estado da arte, ou seja, o que se tem produzido sobre a realidade sobre nós, mulheres negras, torna-se uma denúncia de uma academia apartada do contexto em que ela própria se produz. Por outro lado, não é um pedido para que nos retirem a culpa (des-culpa), mas um pedido de compreensão com o nosso fazer que é posicionado e implicado no campo-tema pesquisado e aqui apresentado.

Orientadas pela questão fundamental deste trabalho “*Como a violência sexual incide na construção de subjetividades da Mulher Negra?*”, direcionamos nossas buscas com o intuito de verificar o que vem sendo produzido pela academia a respeito desta temática, motivo pelo qual recorreremos preferencialmente à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.

Nesta base, buscamos produções acadêmicas (teses e dissertações) realizadas no período entre 2015 e 2019, em português, a partir de descritores e de termos livres em diferentes combinações: subjetividade, violência sexual/abuso sexual, mulher negra, racismo, mulher.

A primeira equação de busca conteve os principais descritores da proposta deste projeto de dissertação: (subjetividade AND “violência sexual” AND “mulher negra”), não sendo encontrado resultado algum. Repetimos a mesma equação substituindo o descritor “violência sexual” por “abuso sexual” assim ficando: (subjetividade AND “abuso sexual” AND “mulher negra”), e o resultado foi o mesmo.

De início, é no mínimo curioso. Ora, se o Boletim Epidemiológico (2018) informa que as crianças negras são a maioria das vítimas de violência sexual, e ainda conforme os relatos de nós Mulheres Negras no tópico anterior, nos quais nos vimos em maior número nos casos de violência sexual mais grave - o estupro, por que a categoria de “raça/cor” não aparece nas

produções acadêmicas correspondentes ao mesmo período buscado? Como o conhecimento produzido na academia tem considerado a realidade étnico-racial dos fenômenos estudados?

Visto que o descritor “violência sexual” representa melhor o nosso olhar como pesquisadoras, mais que “abuso sexual”, optamos por continuar as buscas mantendo o primeiro. Contudo, por ser o termo mais utilizado, o segundo foi incluído posto que aparece mais na mídia supomos que nos ajudaria a ampliar as buscas - o que não ocorreu.

Assim, diante do resultado insatisfatório, alteramos novamente a equação substituindo o termo livre “mulher negra” pelo descritor “racismo”. A sentença então ficou: (subjetividade AND “violência sexual” AND racismo). O resultado foi novamente nulo. Entretanto, surpresas ficamos ao retirarmos somente a palavra “negra” da equação antes de realizarmos nova busca e inserirmos o descritor “mulher”. A nova sentença de busca então ficou da seguinte forma: (subjetividade AND “violência sexual” AND mulher). Neste caso, foram encontradas **dez** produções acadêmicas, sendo oito dissertações e duas teses.

Mais uma busca foi realizada considerando o mesmo período – entre 2015 e 2019, dessa vez, sendo retirado o descritor “subjetividade” e mantida o restante da sentença: (“violência sexual” AND “mulher”). Com ela, o resultado encontrado foi de **132** documentos, sendo **101 dissertações** e **31 teses**.

Mesmo que se tenha encontrado um aumento significativo em relação ao resultado anterior, a quantidade de pesquisas realizadas em torno da temática, ainda assim, parece pouco expressiva se considerarmos **o volume total das produções depositadas** na BDTD, desde a sua criação até aquele momento - fevereiro do ano corrente -, que era de **635.892**, sendo **465.962 dissertações** e **169.930 teses**.

Grosso modo, se por um lado a temática da subjetividade parece não estar contemplada nos estudos sobre violência sexual, por outro, as questões étnico-raciais também não. Mesmo que de modo tímido, a categoria “mulher” é contemplada pelas produções acadêmicas. Mas a que “mulher” as pesquisas parecem se referir?

Intelectuais Feministas Negras reivindicam que as epistemologias vigentes precisam compreender a categoria “mulher” não como sendo um conceito universal, dadas as diferentes formas de ser mulher no mundo. Mulher Branca e Mulher Negra experienciam realidades diferentes dentro de uma mesma sociedade, justamente pelo entrecruzamento de opressões que resvala sobre o segundo grupo, diferentemente do primeiro (RIBEIRO, 2019).

Os dez documentos encontrados com a quarta e penúltima equação foram analisados por contemplarem de forma direta as palavras-chave relevantes para este projeto: “subjetividade” e “violência sexual”, embora não tenha ocorrido o mesmo com a categoria e

termo livre “mulher negra”, mas que poderá vir a ser uma de nossas contribuições. Assim foram realizadas leituras dos resumos e das conclusões/ considerações das dissertações e teses para selecionarmos aquelas que mais se aproximassem do objetivo deste projeto de pesquisa.

Dentre os dez trabalhos, três foram desconsiderados como relevantes neste momento por não contemplarem pontos importantes do que se propõe a pesquisa. Um por tratar da vulnerabilidade sexual de usuários de crack, outro por tratar da violência sexual masculina na experiência “michê” e outro por tratar da violência sexual em idosos.

Dos sete documentos restantes, foram produzidos por diferentes áreas do conhecimento: um na área da saúde; um na saúde coletiva; um na Filosofia, Comunicação, Letras e Artes; dois na psicologia clínica; dois na psicologia social.

Em linhas gerais, as pesquisas analisadas buscaram: descrever o perfil epidemiológico de vítimas de violência sexual em casos notificados; analisar as concepções de violência sexual contra a mulher para profissionais de atendimento às vítimas e/ou em discurso literário; investigar de forma teórica e conjugada a violência sexual e o conceito de segredo; e, ainda, analisar a violência sexual entre casais.

Dentre os sete, dois nos chamaram a atenção: o primeiro) lançou atenção sobre homens perpetradores da violência sexual contra mulheres. Consistiu por um lado, em compreender a percepção daqueles homens diante do acompanhamento psicossocial recebido e observou-se mudança de olhar e de discurso por parte de tais homens.

Por outro, buscou-se compreender como as/os profissionais envolvidas/os na prestação do serviço avaliam o fenômeno. Aquelas/aqueles informam compreender a violência sexual como um fenômeno influenciado pela cultura por considerarem que **os sujeitos perpetradores da violência sexual são educados para reproduzirem a diferença de poder nas relações.**

O segundo trabalho nos chamou a atenção por contemplar grupos majoritariamente invisibilizados: travestis e mulheres e homens transexuais. Nele, foram categorizadas diferentes violações: agressão verbal, ameaça/tentativa de morte, ameaças (exceto de morte), assassinato, discriminação, negligência, prejuízo financeiro, violência física e violência sexual. O estudo observou que **quanto mais uma/um sujeita/o se diferencia daquilo compreendido socialmente como “normal”, mais exposição a violências diversas e em maior frequência.**

Os trabalhos analisados fazem importantes ponderações e apontamentos que aqui salientamos: a) a mulher cis ou trans são as maiores vítimas de violência sexual e muitas vezes são violentadas por seus próprios parceiros; b) **a maioria dos crimes são perpetrados**

por homens cis-hetero; c) a **intangibilidade dos impactos físicos e psicológicos da violência sexual** para as vítimas; d) a violência sexual se dá tanto em atos quanto em discurso; e) a **dificuldade das mulheres em denunciar e a manutenção da experiência em “segredo”**; f) a violência sexual é ainda menos comunicada quando acontece na relação conjugal; g) a **necessidade de atenção política, social e econômica para a temática para que transformações aconteçam** (KATAGUIRI, Leidiene. 2017; TAMBORIL, Bruna. 2017; CAPUTO, Ubirajara. 2018; CHAGAS, Luciana, 2014; OLIVEIRA, Juliana de. 2018).

A disposição de tais considerações não pressupõe uma categorização ou hierarquização de importância e sim em função da ordem dos trabalhos encontrados e obedecida a sequência de análise de seus resumos e conclusões.

Como já explicitado, os resultados encontrados na BDTD, embora tenham contemplado as temáticas da “*subjetividade*” e da “*violência sexual*” contra grupos *subalterizados*, a categoria raça/cor em nenhum momento foi vista de modo que nós Mulheres Negras não nos reconhecemos tendo nossas pautas pensadas academicamente, o que contribui com a proposição desta pesquisa, qual seja que falemos e falemos por nós mesmas.

Ao término desse estado da arte, entre assustada, preocupada e indignada, perguntava-me: O que se fez ou se faz no campo acadêmico a respeito da temática da mulher negra? O que justifica que nem a sociologia, a antropologia e mesmo a psicologia não se manifestem a este respeito? Será isto um produto das epistemologias do norte feito para contextos e pessoas brancas? As interrogações e o desejo de, neste trabalho de dissertação, ajudar a mudar este estado de coisas, foi o que nos moveu, afinal, somos como as águas e sempre caçamos jeito de não permanecermos contidas em realidades que nos inferiorizam e maltratam.

Colocando-nos em movimento, visávamos a *cartografar* a experiência de mulheres negras vítimas de violência sexual na infância e suas ressonâncias em suas construções subjetivas.

No decorrer, o propiciar um espaço de escuta para a expressão da experiência da violência sexual infantil e dos modos de subjetivação constituídos a partir dessa experiência é que se tornou nosso principal objetivo. Especificamente, buscamos analisar as ressonâncias dos modos de subjetivação dessas mulheres ante a experiência da violência sexual e, ainda, delinear o lugar da mulher negra na sociedade e as formas de violências a elas dirigidas - sobretudo a violência sexual, historicamente constituídas e legitimadas.

4 APORTE ANCESTRAL E ENCARNADO, POR VEZES, TEÓRICO

*Se quiser ir rápido, vá sozinha/o/e. Se quiser ir longe, vá em grupo.
Provérbio Africano*

A opção por apresentar as narrativas das mulheres negras que foram submetidas à violência sexual na infância antes mesmo de apresentar o percurso metódico e mesmo os aportes teóricos a serem adotados, ocorre por uma questão de respeito humano e coerência epistemológica.

Na medida em que, consonantes com as reflexões concernentes à subalternidade, procuramos viabilizar falas, ficaremos à escuta dessas mulheres para que, a partir disso, o conhecimento possa ser construído. Daí, importa-nos situarmos às/aos que chegaram até aqui que ele – o percurso metódico – se encontra imediatamente subsequente aos relatos de experiência de nossas colaboradoras. Interessadas/os em contemplá-lo antes podem se direcionar diretamente ao altiplano a seguir.

Advertimos, ainda, às/aos leitoras/es que por se tratar de uma escrita cartográfica/escrivente que não haverá um momento específico e isolado para a análise dos dados, sua discussão e articulação teórica. Esses elementos, por se constituírem entrelaçados como os fios de uma teia, serão articulados, sempre que possível, nos entremeados dos relatos de experiências, o que não impede que, em algum momento, essa articulação se dê de modo mais enfático.

As passagens dos relatos de experiências de nossas colaboradoras remarcadas em itálico e em alto relevo – para não dizer: “**negrito**” - “que significa que ou aquele que apresenta traços mais grossos que o normal”, é para dar destaque e evocar atenção e reflexão sobre o que está sendo expresso por elas.

Nossas colaboradoras estão sendo designadas por nomes africanos escolhidos para si, por cada uma delas. A escolha se deu no momento final das rodas de conversa, ao decidirem por não serem identificadas. A partir dos significados de cada nome retirados de uma lista, por mim apresentada, elas se autoneomaram.

Em ocasião mais adequada, será compartilhado como isso se deu. A primeira colaboradora a narrar foi **Abayomi** - que significa “que traz paz, alegria, felicidade”. A segunda, **Badu** – “poderosa”. A terceira, **Aisha** – “ela é vida”. A quarta, **Ade** – “homem afeminado”. A quinta, **Meecca** – “que será forte e valente”. E a sexta, **Onira** – “qualidade de

Iansã com Oxum; ventania, tempestade”. Importa dizer que as escolhas dizem, também, de como elas, as colaboradoras, se viam naquele momento ou como gostariam de passarem a se ver.

Dito isto, adentrar à intimidade das pessoas é pisar em solos sagrados existenciais. E esse é o saber-fazer de nossa profissão que exige profícua dedicação para que, ao fazê-lo, seja a partir do lugar ético nossa escuta – nossa principal ferramenta de trabalho – que nos permita efetivamente escutar.

Reverenciar à Ancestralidade faz parte de minha postura de vida. Por isso, agradei inicialmente a ela ao tempo que pedi bênção, proteção e guiança para que junto às colaboradoras pudéssemos dar início a essa jornada. Pedi, também, licença às/aos suas/seus guardiãs/ões com quem caminharíamos por entre seus pedregulhos internos.

À primeira mensagem da senhora – a quem nomeei *Guiné* - que abre essa escrita como *Tomo I*, meu coração cintilava emoções diversas: alegrias, dores, sorrisos, tristeza, esperança, desencorajamento e muitas escaparam e ainda estão por serem assentadas e nomeadas. Mas observando esse fluxo intenso a cada mensagem ou ligação, mantive-me atenta ao que me inspirava sonhar com transformações.

Recebi muitas mensagens:

- *“Oi, tô entrando em contato primeiro porque você é uma psicóloga negra e segundo, porque essa dor me persegue todo dia. Acho que falar com outras mulheres sobre isso, vai ser bom pra mim. Ainda dá tempo participar?”*;
- *“Oi, boa tarde. Sou negra e sofri abuso sexual quando criança. Não sei se está dentro do seu perfil. Se sim, me interesse em participar”*;
- *“Oi Lilian, fiquei sabendo de sua pesquisa e gostaria de participar”*;
- *“Olá, boa tarde, me mandaram mensagem sobre a Roda de Conversa de Mulheres Negras – vítimas de violência sexual na infância. Tenho interesse em participar.”*;
- *“Oi Lilian, eu tenho infelizes vivências nessas questões e tenho interesse na roda”*.

Foi doloroso dizer não às mulheres que estavam fora do Recife e Região Metropolitana. Fiz chamada de áudio para cada uma delas e as escutei. Conforme pude, dei os encaminhamentos que me foram possíveis naquele momento: pesquisei clínicas-escolas

próximo a elas; indiquei leituras para quem já estava em terapia; indiquei colegas para aquelas que podiam pagar. E as agradei pela coragem de manifestarem o desejo de falarem.

Em muitas culturas, deixamos nossos calçados do lado de fora dos “terreiros”, das igrejas, dos templos, das sinagogas e mesquitas. Então, entre as ligações e mensagens, em prece íntima, agradecia a todas que vieram antes de nós, que resistiram às mais cruéis formas de exploração e que, pela filosofia do aquilombamento, se mantiveram de pé e nos transmitem o legado da sabedoria, da resistência e da potência.

Reverenciava também aquelas que do lado de lá do Oceano Atlântico ficaram a chorar seus amores arrancados que para cá foram desterrados, para nunca mais. E, ainda, as que aqui desumanamente aportaram. Pedi que, por aqueles encontros, pudéssemos continuar seguindo seus passos pelas veredas da liberdade.

Foi então que, saudadas/os/es nossas/os/es benquerenças em meus muitos silêncios, retirei meus calçados empoeirados dos pés e, partindo da compreensão de que confluem em nós muitos saberes, comecei por tatear os sagrados solos existenciais a que me permitiam adentrar.

Assim, depois de selecionadas as seis mulheres negras que seriam nossas colaboradoras, com data e formato remoto acordadas coletivamente, marcamos nossa primeira roda de conversa na sala virtual pela plataforma *Google Meet*. E, também, com a autorização de todas elas, nossos encontros foram gravados.

4.1 Adentrando os solos sagrados existenciais – domingos de encontros, escuta e acolhimentos

Naquela manhã, eu estava em meio a natureza. Tinha ido passar o final de semana na certeza de que junto a ela estaria mais tranquila para adentrar nessa temática que mais parece uma mata fechada. Conforme havíamos combinado, as colaboradoras e eu, estávamos prestes a realizar a nossa primeira roda de conversa.

Ao amanhecer, olhei pela janela o verde, as pedras, a vaquinha a pastar com seu recém-chegado bezerrinho. Os passarinhos cantarolavam sobre o telhado. Quanto mais o sol subia, mais eles diminuía o canto.

Organizei um espaço para confortavelmente me encontrar com as demais mulheres, virtualmente. Antes de abrir a sala virtual, fechei os olhos e em silêncio pensei nas palavras de bênçãos pronunciadas pelas duas senhoras que ligaram: - *Deus te abençoe!* E, *Oxum te abençoe e abençoe cada mulher que chegar a você!* Essas palavras ressoavam em mim para

além da técnica, dos conceitos apreendidos e continuamente experienciados na clínica. Eu estava prestes a navegar pela comunalidade acre de experiências coletivas em que as minhas não passariam incólumes.

Com tudo pronto, sentei-me diante do computador e aguardei a chegada delas. Foram chegando uma a uma e, quando todas já estavam presentes, nos apresentamos, conversamos sobre como cada uma estava se sentindo, as expectativas e sobre como estava sendo se achegar a esse grupo.

Feito isto, começamos pela leitura dos documentos: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o de Confidencialidade e o de Autorização de identificação. Este último foi uma retomada de direito que se deu a partir da reflexão de, ao pesquisarmos junto-com grupos historicamente silenciados – nesse caso com mulheres negras – em consonância com o desejo manifestado de algumas delas de saírem do anonimato, uma vez que, de pronto o TCLE e Termo de Confidencialidade, explicitam a obrigatoriedade de sigilo sem antes oportunizar possibilidade de escolha.

Em consonância, ainda, com o Código de Ética de nossa profissão que em seu artigo 2º dos Princípios Fundamentais assegura que nós psicólogos/es/as temos de trabalhar visando à promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas e das coletividades e que contribuiremos “para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Assim, na alínea “a” do Art. 2º – nos é vedado praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão; no Art. 9º, é nosso dever respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional; no Art. 16º, alínea “c”, em se tratando de estudos e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, garantiremos o anonimato das pessoas, grupos ou organizações, salvo interesse manifesto destes/as.

Nessa direção, compreendemos que, ao propiciarmos espaço para a discussão em torno da identificação, não sendo um interdito *a priori*, manejamos possibilidades de não estarmos em nosso fazer profissional, contribuindo com a produção e manutenção do silenciamento existente.

Seguindo, lemos juntas, ponto por ponto, todos os documentos.

Após quase uma hora de iniciado o nosso primeiro encontro, conforme acordamos, propus abriremos para que uma ou duas mulheres pudessem narrar suas experiências. Entre si

conversaram e Abayomi, 35 anos, foi a primeira a se voluntariar dizendo: - *Bom* (riso trêmulo), *deixa eu ver se eu começo*. Ela era a de mais idade no grupo. - *Como eu já tinha dito antes, eu já tava um pouco ansiosa por esse momento. O fato de partilhar momentos e situações difíceis, me deu um pouco de gás por ter esse espaço aqui*. – Disse ela.

Importante dizer que os relatos de experiência produzidos por nós são extremamente importantes para essa pesquisa e são humana e profissionalmente acolhidos por nós. No entanto, serão apresentadas somente a primeira parte de cada relato, dada a quantidade de dados produzidos que aqui não teremos condições nem tempo de analisá-los completamente e nem é nossa pretensão.

Já nas primeiras frases, estávamos todas emocionadas. Muito emocionadas. Em mim, um fluxo de intensas emoções. Senti meu coração acelerar um pouco, respirei e agradei em pensamento pela confiança dessas mulheres e por, mesmo diante dos seus medos, terem tido disponibilidade de participar. Agradei também a mim e a mim aconselhei: os seus medos também estão presentes, cuide deles tanto quanto dos delas. E mais uma vez, confiei.

Na tela, eu acompanhava os olhos marejados, os suspiros e as mordidas nos lábios. As agruras que estávamos prestes a ouvir e que aqui estão prestes a ser lidas, eram/são de uma realidade tão dura e desumana que não há ciência que dê conta. Eis, então, de forma não tão abreviada, a primeira narrativa:

Bom, é...é... Deixa eu ver por onde é que eu começo. Ela para em silêncio, eleva o olhar para o canto superior direito, respira e diz: *Eu me chamo Abayomi/ (...). Quando essa temática (...) me fez repensar: por que comigo? Por que essa situação ter acontecido comigo e no momento que foi? Bom, quando começou a acontecer teve uma duração de 4 anos. Foi dos 8 aos 12 e não foi só com uma pessoa. Eu passei pela mesma situação aos 16 anos, também. Foram dois momentos assim que são divisores de água pra mim. É... quando eu comecei a passar por isso eu tinha 8 anos. Eu tava com... eu tava em casa e um tio, né? - **cunhado do meu pai** - Ele... eu tava com o avô doente, na época tava toda atenção voltada pra esse meu avô, então, foi um momento de total fragilidade... assim, de **eu não ter como me defender. E eu nem sabia o quê que tava acontecendo na época. Era um carinho diferente, era um tratar diferente.** (...) Sou uma pessoa muito calada em relação a mim mesma. Ele me dizia: - oh! quando foi pra via de fato... que de início era só toque, era um beijo num lugar diferente, um beijo no pescoço... e quando ele teve a oportunidade de ir pra via de fato, ele tem um terreno - que hoje é um lava-jato – onde acontecia semanalmente essa violência. E quando eu ia comprar pão, pra mim, era um terror porque **comprar pão, eu sabia que ele iria me chamar e iria me abraçar. O abraçar dele até hoje eu sinto o cheiro, eu sinto a textura das mãos ásperas que ele***

*tinha. Eu ainda sinto tudo isso. Quando eu lembro do que acontecia, parece que a memória do corpo ela ativa de uma forma que não tem para onde correr. E eram momentos assim que não sabia o que fazer. Primeiro começou com sexo oral. Ele dizendo que era gostoso, que era isso, que era aquilo outro... Que em algum momento da vida eu ia fazer aquilo então, ele estava me ensinando como fazer (choro e soluços). (...) E assim, como ele dizia que ninguém iria acreditar, eu comecei a perceber que ninguém notava o que acontecia, sabe? Eu sentia: **ninguém tá me vendo**. E isso é minha maior mágoa até hoje. Eu passei quatro anos sendo violentada. **Não foram assim quatro vezes. Foram quatro anos**. Nas festas de Natal, ele dava um jeito de me tocar, ele dava um jeito de passar a mão em mim. (...) E eu lembro que eu tava na casa da minha avó e tinha um terreno lá que tinha a casinha do cachorro e as pessoas tinham ido dormir. Eu tinha ficado escutando música. E ele me puxou... **Ele me puxou pelo braço, mandou eu ficar calada e me levou pra casinha do cachorro**. E foi uma situação que foi muito tensa pra mim porque ele queria ver o cachorro me lambendo. Então, **além dos estupros, né, teve a zoofilia também**. Eu não tinha ideia do que era isso... eu não tinha ideia do... eu não sentia prazer. **Eu sangrei de várias formas**. Eu sangrei em vários lugares. (...) Ele me fez acreditar: - Oh, tu não vai ser escutada. Ninguém vai acreditar em você se você falar pra alguém. As pessoas não vão acreditar. Aí ele dizia: - Oh, vê, as pessoas tão preocupadas com teu avô que tá aí morrendo. E eu **comecei a ficar com raiva da minha família**.*

Na tela, rostos que se contorciam, mulheres que suspiravam e balançavam a cabeça em sinal de concordância com a fala de Abayomi. De meu lado, perguntava-me: por onde caminharemos? Onde é que eu fui me meter? Lembrei de professora Cristina Amazonas quando de minha entrevista no processo seletivo. Ela, ao franzir a testa, perguntou: - *É isso mesmo que você quer pesquisar?* Afirmei: - Sim, é isso que eu quero! Diante da minha resposta, ela arqueou as sobrancelhas e respondeu: - *Pois bem, boa sorte!*

Naquele momento de escuta, era também com isso que eu contava, além das bênçãos das mais velhas – Guiné e Benguê -, esperando que meu coração com sua sensibilidade, para além das técnicas, reverenciasse e soubesse acolher cada uma daquelas mulheres e suas experiências de dor que, por tanto tempo, foram guardadas a sete chaves.

Confesso: ouvi-la me exigiu das vísceras. Contorci-me por dentro. Senti emoções inominadas e inomináveis. Muitas perguntas sem resposta. Aliás, muitas perguntas e quase nenhuma resposta. As demais mulheres choravam, secavam suas lágrimas, escreviam no *Chat* palavras de conforto e seguiam atentas tentando cercar Abayomi de afetos e de cuidados.

Atenta também continuei a elas, à narradora e a mim que – nem firme nem forte - me sentia feito palha de coqueiro seguindo na direção do vento vivendo a enxurrada de

intensidades que me inundava, até que ela conseguisse atravessar as experiências que escolheu e conseguiu narrar. Uma certeza em mim: sim, era ali que eu queria estar escutando o que fazemos de conta não existir.

Ela terminou seu relato, a agradei e disse algumas palavras. Não havia um *script* a ser seguido. Havia uma abertura sensível ao que emanava daquela experiência. Então, abri para que as demais pudessem se manifestar. Cada uma, a seu modo expressou de forma comovida sua porção de colo, de emoção, de aproximação afetiva, de ressoamento de intensidades e de silêncios rompidos. Depois dela, naquele dia, ninguém mais quis compartilhar a própria experiência. O que queriam mesmo era cercar Abayomi de cuidados.

A semana passou ressoando o tudo dito e o tudo escutado. Foi cheia de trocas de afetos no grupo de *WhatsApp*. Até que chegou o sábado seguinte e, conforme combinado previamente, ali estávamos nós novamente. Reforcei os agradecimentos e algumas passagens-chave dos documentos como: a não obrigatoriedade de falar, o cuidado consigo mesma na escolha do que narrar e nosso respeito a cada dor mobilizada em cada uma.

Entre ressonâncias de dores e trocas de cuidados e afetos, o ter que dar conta da vida material também foi imperativo para algumas que não puderam estar presente a todas as rodas de conversa por, em suas labutas, estarem empenhadas em juntar o do aluguel – já atrasado -, o da conta de luz e de água.

Apesar de a proposta do grupo não ser, a *priori*, um encontro terapêutico, considerei importante e até imprescindível nos ouvirmos para darmos o próximo passo. Então, pedi que cada uma falasse um pouco de si, de como tinha sido sua semana diante do que escutaram de Abayomi. Ela foi a primeira a pedir a palavra naquela semana e nos disse que acessou “(...) *uma raiva que não conseguia reconhecer todos esses anos*” e que, ao “(...) *reconhecer: eu sinto raiva*”, pôde reconhecer em si também “*uma criança que nunca foi olhada e cuidada*” e que agora ela pode se cuidar melhor.

Ade também afirmou ter sentido “*muita raiva*” e “*revolta*”, mas que, ao longo dos dias, se sentiu “*acolhida*” pelo grupo e que isso a “*confortava*”. Badu disse que ficou “*balançada e, ao mesmo tempo*”, se sentindo “*amparada*”. Que foi “*tudo muito intenso*”, mas que depois “*veio a calma*” por se sentir em um “*colo coletivo*”.

Naquela manhã, Meeça estava doente e Onira estava trabalhando e por isso não puderam estar presentes. Já Aisha disse que durante a semana se perguntava: “*Como pode?*”, “*Será que isso um dia vai ter jeito?*” Essa pergunta todas nós nos fazemos, inclusive, também foi feita por Benguê, quase que em tom de afirmação durante o contato telefônico: - *Nem sei*

se tem jeito. Ainda assim, como e com Aisha seguimos quando ela diz ter “Esperança de que um dia isso aconteça”, que tenha jeito. Esperançar é o combustível desse trabalho.

Diante de tudo ouvido, meu coração batia um tanto aliviado. Pensei nos processos pelos quais também passei durante a semana. Alguns parecidos com os delas e outros, talvez por esse lugar de condução do grupo, também foram revistados por mim; por um lado, ter estado frente a frente com um sentimento de impotência diante de tantas dores expressas; por outro, que bom não as apressar em seu passo para que não se demorassem em suas dores. Que bom! Que bom que não!

Em terapia, percebi que esse desejo de ter pressa passava pela minha dificuldade em lidar com o tempo de marinada que cada uma precisava para que, juntas, continuássemos nos desterritorializando diante das estranhezas que emergiam do nosso encontro, que clamavam por decifração e que nos levavam a uma de-re-composição existencial.

Todas apontaram a relevância para si de ali estarem. Depois disso, entre oscilações da internet, sinal que falha, colaboradora que sai e entra novamente, foi a vez foi Badu, 34 anos, a segunda a compartilhar e a segunda mais velha do grupo que começou dizendo: - *Acho que hoje eu falo (risos)...vou seguir a escadinha aí. Abayomi foi a primeira e acho que vou pegar esse bonde.* E continuou:

*(...) Uma situação que eu achava que tinha sido algo bobo, um desconforto que eu passei, uma vergonha que eu passei quando eu era muito pequena. (...) Eu venho olhando com mais carinho pra essas, pra essas ... que não foi só uma, né, feridas. Eu tô falando assim da primeira que eu me recordo, né, da mais marcante – pra esses abusos que eu passei ao longo da minha vida (...). Morava [no interior] com meus pais e eu costumava passar as férias em [outra cidade] na casa da minha avó. É uma casa que morava minha avó e vários tios da família do meu pai. E aí era uma casa cheia de gente o tempo todo. E aos finais de semana ia o restante dos irmãos com os filhos, né. E num desses finais de semana que o pessoal ia e ficava bebendo, os tios todos, e foram meus outros tios e primos também pra esse final de semana. Eu era muito pequena, acho que eu tinha uns **6 anos** mesmo... eu era... eu acho engraçado que quando eu fui contar essa história, essa palavra ainda fica vibrando em mim (riso)... eu falo: - “Eu era muito abestalhada”. Na hora, a psicóloga atentou pra isso, né, como eu tava falando sobre mim... e eu ia fazer a mesma coisa agora: - “Eu era muito abestalhada”. Isso ficou muito forte assim... muito abestalhada. “Eu era muito abestalhada, tinha uns 6 anos e não sabia o que pensava da vida”... acho interessante falar que eu acho isso. É muito marcante. E era de dia... a gente tava na sala. Tinha muita gente andando de uma sala pra outra e tinha esse **primo** que nem era muito velho, acho que ele tava na adolescência. Eu tava*

sentada no sofá e ele sentou do meu lado. Depois ele me pegou e me colocou no colo (...) e começou a fazer carinho nas minhas pernas (...). (...) Foi subindo, foi subindo até chegar na minha vagina. Ficou tocando na minha vagina. Nunca ninguém tinha me tocado. Eu lembro que ficava dentro de mim uma sensação muito estranha (...). E quando eu tava nessa situação, a minha prima que era um pouco mais nova do que eu, ela viu aquilo e... e ela... ela apontou pra mim na hora e ela... eu não me lembro agora o que ela falou (...) Eu lembro que ela apontou pra mim e falou alto algo do tipo: - Olha o que ele tá fazendo contigo e tu tá deixando...uma coisa assim, sabe? Quando ela apontou pra mim e falou comigo alto, eu não conseguia entender o que era aquilo. E aí ela saiu e foi contar pros meus tios todos que tavam na casa. E eu não me recordo o que aconteceu. (...) E minha tia chegou, viu a situação, brigou comigo, fez uma cara feia e eu não lembro o que aconteceu... não me lembro. (...) O que mais me pegou assim foi que, eu não tava com meu pai e minha mãe nesse final de semana... (...) todos os meus tios pararam de falar comigo como se eu fosse a culpada (...). Eu fiquei sozinha. Ninguém me explicou o que tinha acontecido. A minha tia ficou com a cara muito feia pra mim (choro)... (...) E o pessoal me trava mal. E eu não sabia o que tinha acontecido... só tinha dentro de mim que eu tinha feito algo muito horrível e que a culpa era minha, né. (...)Depois (...) naturalmente as pessoas foram falando comigo e aquilo foi ficando abafado, né (choro). (...) Me traumatizou profundamente pela falta de amparo que eu tive, sabe (choro).

A essa altura, a intimidade entre as mulheres parecia acontecer. A reciprocidade com que elas acolhiam e se acolhiam umas nas outras me dava ânimo para esboçar o que vinha pensando sobre política de afetividade com vistas a afirmar que quando expomos nossas dores sem sermos julgadas por elas, alimentamos e alinhavamos em nós nossas capacidades e habilidades humanizadoras.

Não tem sido fácil, para elas, narrar suas experiências de violência sexual. Também não tem sido fácil ouvir. Para nenhuma de nós. Tais experiências não são facilmente lembradas nem prazerosas de se voltar a pensar sobre e, menos ainda, de se falar a respeito para outras pessoas. No entanto, quando uma narra, muitas coisas vão sendo colocadas em movimento e em perspectiva.

Nesse momento, fui convocada por uma das participantes a compartilhar como estava sendo minha experiência com elas: - *E pra ti, Lilian, como é que tudo isso aqui tá indo?* Em momento algum elas questionaram o que motivou meu interesse por este campo-tema. Refleti sobre isso em alguns momentos. Ao longo de nossos encontros, elas foram dando sinais de que, de algum modo, me acolhiam sem que eu precisasse relatar a minha experiência de violência.

Respirei e encarei a questão. Afinal, era uma roda de conversa e ela só acontece quando cada uma de nós ocupa seu lugar no círculo: - como tudo isso está indo?

Bem, mais uma vez agradeço por estarmos reunidas aqui hoje. Eu fico muito feliz com esse caminhar da gente que não é fácil. As coisas que vocês dizem reverberam em mim também. Como mulher negra e como psicóloga às vezes me debato no sentimento de impotência diante de determinadas coisas, falas, dores. Às vezes gostaria de fazer mais, cuidar mais, dar um suporte melhor. Mas, ao mesmo tempo entro em contato com esse sentimento de impotência, chega, também, a constatação da potência que é compartilhar com pessoas em quem se confia, que nos são semelhantes. Também traz certa segurança ao ouvir vocês dizendo que aqui “t[ê]m um chão”; “um pé no chão do sentir”; de ouvir de vocês: “puxa, aqui eu posso dizer”. Quando vocês trazem as histórias de vocês, em muitos lugares eu também me sinto afetada, eu também vou me refazendo existencialmente como pessoa e como profissional. Vocês me ajudam a ver práticas de cuidado que nos faltam na psicologia. A psicologia também é racista, também é excludente, também é inacessível. Então, vocês me ajudam a pensar sobre o lugar que ocupo e dele, fazer, mesmo que pequena, alguma diferença, mas que seja diferença que gere um mover das coisas com as quais eu não concordo.

Elas se mostraram pensativas. Na tela e com seus microfones fechados, sinalizavam com a cabeça suas concordâncias com o que eu ia dizendo e, ao final de minha fala, agradeceram por eu confiar e acreditar nelas. Há aqui um intensivo de forças - que será analisado adiante mais amplamente -, que intersecciona violências diversas (opressões de raça, de gênero, culpabilização da vítima, abandono e incredibilidade). Eu, que vinha agradecendo a confiança delas em mim e umas nas outras, agora, elas é que agradeciam.

Para além do que falei e do que elas compreenderam, constatei um alinhavo na reciprocidade de nossa confiança. Nesse movimento de passagem do papel de facilitadora-pesquisadora à colaboradora, na roda, sem ou com menos hierarquia, algo se assentava na dimensão do *ethos* da confiança para que seguissemos adiante.

Caminhando com elas, *pari passu* em cada lágrima, cada gesto, cada suspiro, cada silêncio, cada olhar a vaguear, cada desvio do assunto, não perdia de vista que é preciso se introduzir na existência a invenção (FANON, 1952; 2008) para que diante da experiência do *Desejo* se reconduza à dignidade do espírito posto que a “realidade humana em si-para-si” só pode se realizar na luta e pelo risco que a envolve” (*ibidem*, p.181). Diante dos muitos riscos de retraimento, vergonha, tristeza, sentimento de recusa, angústia, ansiedade, entre outros,

uma luta estava sendo/acontecendo: a luta pela negação e recusa do lugar social a nós destinado: o de objeto.

Há no confiar um enredamento entre elementos que potencializam a segurança, o reconhecimento de si e do desejo e o fortalecimento para agir. E é pela ação que se gesta a inventividade. Daí a importância do estabelecimento de um *ethos* da confiança para aliados tais elementos as colaboradoras, nesse caso, pudessem se lançar em suas trajetórias inventivas (SADE, FERRAZ; ROCHA, 2013, p. 284). Também é por vias dele – do *ethos* da confiança – que é tornada possível a *habitação de territórios*, isto é, o lançar-se para o compor-com enganando-se-nos na produção de mundos (ALVAREZ; PASSOS, 2014, p. 134).

Nessa direção, acompanhando as mensagens no *chat* e também o que verbalizavam, como: “Como esse espaço é importante!”; “Como é libertador falar sobre isso aqui com vocês!”; “Não quero que esse grupo acabe tão cedo”; ratifiquei que ficava à critério delas finalizarem ou não o grupo de *WhatsApp* – posto que ele estava funcionando como uma extensão para que as trocas de afetos continuassem para além dos nossos encontros e independente de mim.

Foi, então, que dei sequência à partilha, passando a palavra para que a terceira colaboradora, Aisha, 20 anos, pudesse narrar sua experiência.

Ah, meu Deus! (Disse ela entre risos e olhares que vagavam de um lado para o outro em busca de um ponto de partida). *É... acho que minha história vem muito com o **atravessamento do racismo**, né. (...)* *Na minha primeira situação de racismo, quando eu trouxe pra minha mãe, ela respondeu que se eu ignorasse, iria parar. (...) E isso me chegou como uma forma de silenciamento que hoje, só hoje, eu consigo perceber que esse silenciar começou a partir daí. Eu tinha uma madrinha, na verdade, meu irmão tem uma madrinha que não é da família. Ela é amiga da família, madrinha do casamento dos meus pais. Hoje em dia, meus pais são separados. Todas as férias eu ia pra casa dela. Era um lugar que, pra mim, sempre foi um lugar de conforto. Um lugar de muita alegria. Um lugar que eu ia desde muito pequena e que era o primeiro lugar que minha mãe tinha confiança de me deixar poque, ao mesmo tempo que ela tinha esses pequenos descuidos comigo, ela era uma pessoa muito super-protetora, e demorava muito pra eu ir pra casa de alguma coleguinha...e eu passava um mês lá. Um mês contado. (...) Então tinha essa madrinha do meu irmão, a filha dela e o filho dela. **Essas experiências desagradáveis começaram a partir de um “tio”** (ela faz aspas com os dedos) *que não era exatamente tio, mas eu o via como um tio. Só que pros meus pais era um lugar de muito conforto de eu estar, de segurança porque, a mesma coisa que eles fizeram com meu irmão, de**

ele passar o mês de férias lá. Também era o mês que eu passava de férias lá. Acho que o meu silenciamento é por isso, por saber que era um lugar de confiança...assim...pro meus pais. Mas eu percebo que essa situação desconfortável, essa agressão não foi só comigo...foi também com essa “prima”. Começou muito superficial. **Sempre começa como um meio que “sem querer”, assim... eu tinha por volta de uns 8 ou 9 anos e se perpetuou até eu ter uns 13** (ela faz um semblante de tristeza e de desânimo). Mas era sempre nesse lugar das férias. **Começava sempre com um me ver tomando banho, um me ver trocando de roupa**, algo muito sutil...meio que imperceptível numa casa com muitas pessoas. Tinha uma confiança das pessoas da casa nessa pessoa sim. E com o passar dos anos que eu fui tendo um crescimento corporal parece que se teve uma liberdade de “Já é um corpo formado”, “Já é uma mulher formada”... (...) Quando teve essas primeiras situações, pra mim é tudo muito turvo... é tudo muito misturado e é algo que eu não falo... até na minha terapia eu falei que era um relato que ia trazer, mas é algo que pra mim vai ficar inconclusivo porque é algo que eu não vou falar para minha mãe o que aconteceu... eu não vou chegar pra essa minha prima pra perguntar se, como eu penso, o que eu sofri, ela também sofreu. E eu não vou chegar pra essa minha tia pra dizer que o filho dela fez isso comigo. Com os olhos cheios de lágrimas e alteia os ombros e afirma: **num vou mexer nisso**. (...) E esse movimento de eu vim falar é muito disso de saber que eu não quero falar e pra mim, vai ser desconfortável falar e que eu vou ficar mal. (...) Eu sempre dormia com essa minha prima. Era uma casa bem humilde, a gente dormia com mosqueteiro – que nem se usa mais – e eu lembro, **no meio da noite, ele abria o mosqueteiro** e, antes eu percebia um movimento mais voltado pra mim, dele comigo. E a última situação, eu acho que eu tinha uns 13 anos quando isso aconteceu, eu percebi que foi uma movimentação não só comigo, mas com minha prima também. A gente sempre não queria dormir, mas éramos crianças...**nós éramos só crianças que não queríamos dormir, né...** E ele usava isso como um subsídio: - não, a gente vai brincar... **vocês não queriam brincar? A gente vai brincar agora...** de ele fazer como que fosse uma brincadeira. **Sempre era um toque...(silêncio) na minha vagina... e estimulava que eu fizesse a mesma coisa com a minha prima...** (silêncio) e nessa última vez, acho que eu tinha mais consciência e **me veio assim uma... um peso do erro**. O que tá acontecendo aqui? **E eu nunca mais fui pra casa dessa minha tia**. E, por mais que eu não vá pra passar o mês lá, eu vou pra visitá-la, né... E quando eu vou pra visitá-la, ele está lá. E me dá a sensação de que ele acha que tá certo, de que ele não errou e de que ele me fez ter esses sofrimentos. (...) Ela se questionava: **Como minha mãe nunca me perguntava?** (...) **Como assim nunca ninguém nunca percebeu? Eu era uma criança que tava com medo de ir pra o lugar que eu mais gostava de ir antes e que, do nada agora não quer ir mais...** Como assim? **Como não dar voz a essa criança pra perguntar a ela o que aconteceu?** E nas últimas vezes que eu tinha ido lá, toda vez eu tinha que dar aquele cumprimento. E da última vez ele fez um comentário sobre o meu

corpo que parece que ele pegou aquele paviozinho que tava ali bem curtinho, bem pequenininho e acendeu... foi aquela bomba de sentimentos que tavam dentro de mim. (...) Mas, quando ele fez o comentário, eu não falei nada... eu só travei. Fui pra casa, não falei nada pra ninguém e dei perpetuação a esse silenciamento que tanto eu vivo.

Aisha começa sua partilha, como as demais, tateando as palavras. Ela vai, para, tenta de novo. Até que acha um modo a partir do momento em que assume para si mesma que traria seu relato, mas que “*não [iria] mexer com isso*”.

Compartilhando de sua dolorosa experiência acessei em mim que “*não mexer com isso*” foi o que me manteve viva por um bom tempo. Tive momentos de extrema angústia e de uma vontade sem-fim de tirar minha própria vida quando as lembranças de violências sexuais sofridas me vinham à mente. Não sabia o quê, como nem a quem dizê-las. Parecia não fazer sentido dizer à minha mãe, pois a sensação era de que eu seria desamparada novamente e o desamparo vivido naquelas ocasiões já me era insuportável.

Então, “*não mexer com isso*” parecia ser uma estratégia porque, de tempos em tempos, não lembrar disso, era um alívio. A partir do momento que falei pela primeira vez, isto sim, passou a ser estratégia de vida, de possibilidades de reinvenção e de atuação política.

O “*não mexer com isso*” parece ter sido a mesma tentativa de estratégia de sobrevivência das senhoras que telefonaram e que não conseguiram se colocar na roda de conversa, mas aqui a incluímos. No entanto, de algum modo e apesar dos tantos anos transcorridos, elas quebraram seus pactos internos de *não mexerem com isso* relatando as experiências de violências sexuais sofridas por telefone a uma pessoa que nunca viram na vida. O que nos leva a acreditar que sim: precisamos mexer com isso, respeitando e suportando o tempo de cada uma.

Após o relato de Aisha, muitas atitudes de acolhimento, de validações, de agradecimento e de trocas de afetos, de carinhos, dengos e desejos por abraços. E é pela saudade dos abraços presenciais que Ade, 21 anos, nossa quarta colaboradora, inicia seu relato: - *Só um adendo, uma coisa que eu tenho muita saudade na pandemia, é abraço. Eu sinto muita falta... nossa, eu vejo alguém que eu tenho muito carinho e eu não posso abraçar, sabe? Puxa vida! Mas é sobre se proteger e se cuidar também dessa forma, estando longe.* E continua:

- É... é... Eu acho que vou começar do fim pra depois ir pro começo porque eu acho que faz mais sentido na minha cabeça. (...) Assim,

*desde agora, indo pra trás, parece que aconteciam coisas fragmentadas... com meus 18, quando eu fiz minha primeira tatuagem, também rolou assédio. (...) E aí, foi algo que depois eu trouxe pra minha mãe, eu trouxe pra muita gente e eu queria ir denunciar – porque depois de tanta coisa ter acontecido na minha vida eu pensei: - Não, eu preciso fazer alguma coisa. Eu tô cansado de não fazer. Porque antes, por volta dos meu 16, 17 teve dois acontecimentos que foi: o meu treinador de Muay thai (...). E um outro assédio foi... eu tava (...) com minha prima, na casa dos pais da namorada dela e aí o padrasto [da namorada da prima], numa certa noite, a gente dormindo, ele entra no quarto e me chama: Oh, vamos ver os fogos. Aí eu disse: eu não quero. E ele alisando meu cabelo... Isso era tipo madrugada. (...) E aí eu lembro dele **alisando meu cabelo e tentando passar a mão nos meus peitos**, sabe? E eu lembro de dizer **NÃO!** E me virar e encolher o meu corpo. E no outro dia eu falei com a mãe dela, falei tudo... E mandei, no final de tudo, disse que eu que queria ficar o macho dela... enfim. E aí, levei a culpa, né. Foi uma coisa que foi muito forte porque **minha prima me culpou** por ter acontecido isso. (...) E aí a gente volta mais um pouco e a gente chega nos meus **15 anos**. (...) E aí eu lembro de ele só me deitando na areia e metendo em mim, sabe? [ela coçava a cabeça de modo impaciente]. **Eu lembro de chegar em casa sangrando** porque pra mim não aconteceu nada...assim... só lembro dele em cima de mim... eu não tava sentindo nada. (...) É uma coisa que inclusive eu não penso muito por que foi um acontecimento tão estranho, tão sem nexo...sabe? Assim... **foi uma coisa tão doida**. E aquele menino, a gente já tinha uma amizade, **fazia tempo que a gente se conhecia e ter acontecido foi uma coisa muito...** (...) **E o primeiro**, que até então eu me lembro, que foi o dia que, **eu fui pra casa de um cara... eu tinha tipo 6 anos...sei lá, 4, 5...** Eu lembro que tinha **um cara que passava todo dia com um poodle**. E eu lembro que **um dia eu fui com ele**. A gente começou a conversar e eu fui com ele, entrei na casa dele. **E a partir do momento que eu entrei na casa dele, eu não lembro de nada... tipo nada, nada, nada**. Eu não lembro o que aconteceu. (...) **Foi algo que apagou da minha mente e minha mente só volta no momento em que minha mãe me chama**. Eu escuto ela me chamando na rua e aí eu saio da casa dele. (...) É isso... é esse processo de ter se silenciado nisso tudo... é... (...) Eu fiquei: **poxa véi... eu... sei lá, eu queria um acolhimento e acabei não tendo**. (...) E sim, o outro acontecimento que eu não falei, que **esqueci de falar** e vou falar agora é... **foi com meu irmão** e que eu descobri recentemente assim falando com a psicóloga sobre a minha relação com meu irmão e aí eu lembrei de um dia que ele tava lá, né, comigo. A gente tava sozinho em casa - minha mãe tinha saído e meu pai também – e aí ele, enfim, **ele tirou minha roupa, tirou a roupa dele e deitou em cima de mim**. E aí eu lembro só de sentir uma pessoa em cima de mim e eu quase sem respirar porque eu era muito novinho... e aí, só isso. Eu acho que não aconteceu mais nada. E aí, é... com o decorrer do tempo, meu pai separou da minha mãe e aí ele assumiu uma postura de autoridade e, ao mesmo tempo, continuou sendo uma pessoa*

agressiva comigo. Ele sempre foi uma pessoa agressiva comigo. Hoje em dia, eu sinto raiva do meu irmão e sinto uma repulsa, sabe. E ele tem umas brincadeiras... (...) Mas assim, ele tinha brincadeiras comigo de pegar na minha bunda, sabe...

O relato de Ade, teve muitas idas e vindas que pela supressão aqui feitas na tentativa de enquadrar a temática “central” – a violência sexual na infância – não é possível perceber tanto, mas as frases e palavras não finalizadas, as muitas situações que ela ensaiava relatar e que em um movimento de margeamento em algum momento entrava e delas saía, às pressas, como quem coloca sanativo em ferimento aberto e imediatamente assopra perseguindo não se demorar no ardor. O que é compreensivo! Parecia inquieta e confusa com os próprios relatos.

Quando ela, enfim, parecia ter finalizado, perguntei: - Como é olhar para sua vida hoje e compartilhar com a gente?

- É... isso pra mim hoje, é muito confuso...foram muitas coisas que foram acontecendo e parece que eu nem respirei, sabe? Nesses momentos todinhos da minha vida...num sei, não respirei. E então, pela primeira vez, chora. Paramos e respiramos enquanto ela chorava.

De algum modo, tentamos dar contorno ao que ela expunha relembando os passos que ela havia conseguido dar ao partilhar a sua história, ainda tão jovem em relação àquelas que só conseguiram fazê-lo por telefone. Depois, ela retoma os ânimos e agradece por “esse movimento, por essa roda” - mais uma vez, chora - “e por ter tido esse lugar”. Finaliza dizendo: - “É importante pra mim”. Até que seca os olhos e fica em silêncio.

Ade também, assim como as demais, recebeu muitos afagos. E quanto mais carinho recebia, mais abria detalhes de suas experiências. Encerramos aquela manhã conversando sobre suicídio e autolesão, temática suscitada por ela. Conforme acordos anteriores, reforçamos a importância da psicoterapia e foram disponibilizadas vagas para atendimento com psicólogas negras parceiras. Além disso, durante a semana, elas foram acompanhadas individualmente - no privado - e no grupo de *WhatsApp*. Acompanhei também os movimentos de cuidado delas umas com as outras. Aqui e ali, falavam de suas crianças e uma delas até brincou de levar sua criança para passear, andar de bicicleta e cuidar de plantas.

A semana se passou até que chegou o dia de nosso último encontro da roda de conversa para partilhas. O clima não parecia de despedida, ao contrário, era de reafirmação do desejo de se encontrarem presencialmente logo que tenham oportunidade e pela manutenção do grupo de *WhatsApp* por tempo indeterminado.

O quinto relato foi de Meca, 18 anos, que começou de forma direta:

*É, o meu caso foi envolvendo um **padrasto meu**. Minha mãe engravidou de mim muito cedo. Com 14 anos ela me teve ou 15. (...) Minha relação paterna não aceitou, não quis arcar com os compromissos, não registrou nem nada. E aí, sempre foi assim: eu, minha mãe e minha vó – de parte de mãe. E aí, (...) minha mãe conheceu essa pessoa com quem ela engravidou novamente e teve meu irmão. (...) Meu irmão nasceu e aí eles decidiram morar juntos... natural, até, né? Nesse morar junto, claro, eu fui incluída, né. **Não lembro ao certo quando tudo começou** (...) mas quando eu vim tomar consciência... assim, consciência não, mas quando eu vim ter noção que eu tava sendo invadida e que tava acontecendo coisas que eu não gostava, eu tinha uns 5 anos, por aí. Essa relação entre eles dois era extremamente abusiva. Ele era totalmente agressivo, ele batia na minha mãe. Tanto eu quanto meu irmão presenciava várias cenas de violência doméstica. E minha mãe não conseguia sair disso porque ele fazia constantes ameaças pra ela, certo? Comigo era cenas assim de **quando minha mãe precisava sair pra trabalhar e me deixava sozinha** (...) e aí acontecia de ele me invadir, de ele passar a mão em mim, de me obrigar a ficar beijando os órgãos dele (choro)... **tudo isso. Sempre que minha mãe saía e eu ficava sozinha, eu já sabia que alguma coisa ia acontecer** (choro). Quando eu passei a ter consciência eu não queria mais tá sozinha ali. Não queria mais. E mesmo às vezes quando eu não tava sozinha, quando eu tava dormindo ... assim...**eu dormia junto com meu irmão e aí ele chegava tarde da noite e acontecia. Acontecia muitas vezes também brincadeira...** isso que era pior... **que eu tava lá brincando com meu irmão e aí ele chegava como que fosse brincar com a gente também e ele começava a me pegar no braço, me levantar e...** não notavam, **mas ali ele estava me invadindo, sabe** (choro e voz embargada). **E isso durou por muito tempo. Junto a isso e que era mais constante, eram as ameaças...** porque eu recebia muitas ameaças de que: - **se você contar, sua mãe vai morrer, sua avó vai morrer. E eram as únicas pessoas que eu tinha na minha vida** (choro). **Então, eu não contava. Não contava de forma alguma. E vim contar isso esse ano pra uma amiga minha.** (...) **E quando eles se separaram eu tinha uns 8 anos mais ou menos. E foi isso. Era bem horrível pra mim, pensar nisso até hoje porque eu tentava esquecer que isso tinha acontecido. Era algo que me machucava muito, sabe? E aí eu não queria lembrar.***

Meeça foi a caçula da roda. Quando entrou em contato para dizer do seu interesse em participar da pesquisa, disse ter sabido desta por meio da referida amiga com quem havia comentado sobre a violência sexual sofrida. Ou seja, chegou pela mão de uma em pessoa em quem ela confia. Isto me levou a refletir sobre a importância também do cuidar para que o modo como disponibilizamos as chamadas para a participação em pesquisa com seres humanos chegue a quem de interesse por vias afetivas que também prezem pelo bem-estar das pessoas com as quais lidaremos e construiremos conhecimento.

Apesar de ser algo que ela gostaria de “não lembrar”, ela chegou, narrou suas dores. Chegou a dizer que “fingia” não ter passado por isso, “mas existiu”. Terminou seu relato chorando e dizendo que sabia da “importância de olhar tudo isso”. Suas lágrimas foram acompanhadas de manifestações de muito carinho até que nos conduzimos para o acolhimento do sexto e último relato de experiência.

Dessa vez, foi Onira, 19 anos. No primeiro contato, disse que a informação sobre a pesquisa e roda de conversa chegou por meio de sua *irmã de terreiro* e disse ter interesse, pois acreditava que poderia lhe ajudar. Ela assim começa:

*Aí! Eu não sei nem por onde começar. É tão difícil pra mim falar sobre isso, mas eu vou falar. É... eu acho que era... eu acho que eu tinha uns 10 anos... 10 anos assim... quando esse meu tio – marido da minha tia – ele, bêbado... é... Como minha mãe não tinha condições de me criar e criar o meu irmão, ela me deixou na casa da minha vó. E aí, na casa da minha vó tinha eu, minha tia, minhas duas primas, esse marido da minha tia e meu avô e minha vó. (riso nervoso). E aí, eu fui crescendo, fui criando corpo. (...) **Aí ele, no ano novo, me chamou pra assistir vídeo de sexo.** Eu não entendi o porquê daquilo. Eu fiquei super assustada. E eu dizendo a ele que não porque eu era de uma ONG e nessa ONG tinha formação sobre diversas coisas, inclusive, sobre abuso sexual. Aí eu já era um pouquinho ligada sobre isso, sabe? E também, a **espiritualidade** sempre teve comigo. (...) E aí, como eu era mais nova, eu fazia xixi na cama e aí meus avós não deixavam eu dormir com eles na cama. **Eu dormia no colchão na sala, no chão.** Eles fechavam a porta e eu ficava sozinha na sala. Aí passou isso de ele ter me chamado pro filme, eu fui pro quarto (dos avós) deitar e **ele tocou na minha vagina me chamando.** Aí eu **dei um grito** e tava todo mundo bêbado que **ninguém escutou**, ninguém acordou nem nada. Aí ele saiu, eu tranquei a porta e a parti daí eu comecei a ficar mais ligada nele em relação a tudo. (...) Ele sem beber, não fazia nada. Ele não olhava nem pra minha cara, praticamente. Aí passou um tempo, já em outro ano, **eu tava dormindo na sala** e tava eu e uma prima minha, a mais nova e **ele tava de cueca andando pela casa** e eu não achei isso normal porque ele nunca fez isso. Ele nunca andou de cueca pela casa, sabe? Ele dormia de bermuda, por ter crianças em casa, por não ser nada meu... então, assim, ele sempre andava de bermuda dentro de casa. **Aí, de imediato, eu pedi a minha vó e meu avô pra dormir com eles, só que pelo fato de eu fazer xixi na cama, eles não deixaram.** – Não, vai mijar na cama, num sei quê...vai dormir aí. Aí eu só sei que eu fiquei a noite todinha acordada...todinha assim, né. Só que chegou uma hora que eu num consegui ficar acordada e dormi. Eu tinha o sono muito pesado. Eu tinha um sono pesadíssimo. **Nem alarme me acordava.** E aí eu lembro que quando eu acordei, ele já tinha tirado minha roupa e ele tava atrás de mim. Eu acho que eu acordei no impulso, na tentativa porque pra eu acordar só sendo algo*

muito...sabe?...que me desse um: páá. Aí eu lembro que eu acordei e fui dizendo: sai, sai, sai. Eu vou dizer, eu vou dizer, eu vou dizer. E o pessoal tudo bêbado porque essas coisas só aconteciam final de semana, só em datas comemorativas que ele sabia que o pessoal tava bêbado e não ia acordar pra me ajudar, que não ia me escutar. Mas eu sempre tive um instinto, uma personalidade muito forte. Então, assim, eu saí gritando, eu saí falando, saí... E ninguém me escutava. E se escutaram, não quiseram vim, sabe? Eu não sei o que fato aconteceu. Mas eu gritei, eu falei alto. E aí ele se levantou do colchão e fez assim: - Oh, num conta pra ninguém que ninguém vai acreditar em tu mesmo. Aí no outro dia, que eu não dormi mais, eu fiquei acordada, minha avó foi trabalhar e meu avô foi deixar ela na parada, aí eu aproveitei pra falar com eles sobre o que tinha acontecido. Eu falei no outro dia, assim. No outro dia. Aí eles pegaram e falaram sabe o quê? – Num fala nada pra tua mãe não porque tu sabe como tua mãe é. Se naquele momento eu dissesse pra minha mãe, ela ia me pegar no braço, ia me levar pra delegacia, ia fazer algum exame pra provar que aquilo tinha acontecido, sabe? Como eu amava muito a minha avó e confiava muito nela, eu pensei: minha avó vai me proteger, ela não vai deixar mais eu dormir na sala, num sei quê... Aí ela mandou foi eu ficar calada. (...) (choro) Eu fui uma criança que tive que me criar sozinha, sabe? Eu sempre fui muito abandonada. Sempre fui muito deixada de lado pelas pessoas, mas a espiritualidade tava sempre comigo e me mantendo. Mas, é, esse acolhimento eu não tinha na minha casa. Eu não tinha acolhimento de ninguém. Minha tia passava comida na minha cara, esse marido dela também implicava muito comigo, eu era a empregada da casa. Pra eu comer, eu tinha que fazer as coisas.

Onira se encaminha para finalização de seu relato dizendo que, ao contar para sua mãe, recebeu acolhimento por parte dela, mas que, por toda sua família, ela, criança e sozinha - pois a mãe estava perto – foi acusada de “inventar história” e que ela, diante dessas pessoas adultas afirmava chorando: - “Né mentira não. Né mentira não”. Lamentou que a própria família tratou de criar uma história para desmentir a sua suposta mentira. E termina chorando ao dizer: - “Aí, de noite, ele foi lá tentar destelhar a casa pra tentar matar eu e minha mãe com aquelas facas de cortar capim que é envergada, sabe? E aí a gente teve sorte por conta dos vizinhos”.

Eu estava inundada de diferentes emoções: pelos relatos, por tantas dores escutadas e compartilhadas, por ser o último relato, por todos aqueles encontros, por tantos choros coletivos, por sonhos tecidos e rompidos – os ditos e não ditos – por todo o caminho percorrido. Olhei aqueles rostos todos também emocionados então, agradei à Onira e passei a palavra às demais que se diziam “impactadas”, “reviradas” e choravam com a Onira, ao tempo em que diziam: “Estamos aqui”; “Eu te acolho”; “Conta comigo”.

Enquanto isso, eu tentava me reorganizar internamente. Após ouvir todos os relatos, eu estava imersa em um campo caótico de intensidades que, ao ouvir, ler e sentir o que cada uma expressava, feito poeira levantada pós-vendaval, elas – as intensidades – foram tomando assento. Eis que havíamos chegado ao ponto que nos propus desde que entrei para cursar psicologia: escutar mulheres negras vítimas de violência sexual na infância. Ali estávamos. Minha sessão psicoterápica é somente na sexta-feira – pensava eu.

Tive momentos de me sentir sem chão e nos quais pensei que não daria conta por escutar tantas dores, mas a potência daquelas mulheres e dos encontros, do trabalho sincero e profícuo ao qual me dedico em meu processo psicoterápico e o acompanhamento íntimo e de suporte de minha orientadora, não me deixaram titubear nem deixar de confiar na sensibilidade humana e clínica dessa proposta.

Entre as palavras de conforto, de cuidado, de mimos e presteza que cada uma manifestava, eu também fui retomando o fôlego, respirando melhor e seguindo o percurso coletivo. Tomei a palavra novamente, agradei à Meeça e Onira que relataram suas experiências de violência sexual sofridas naquele dia e a cada uma por tudo que conseguimos produzir juntas. Foi tudo muito transformador e as palavras deixam órfãos os sentires quando a elas não se ajustam. Emocionada, muito emocionada, rendi honradez por todos aqueles encontros!

5 CAMINHOS: UM *HÓDOS*/ *METÁ*

O/a/e africano/a/e nunca vê a sombra de seu/sua próximo/a.
Provérbio Africano

Chegando a este altiplano compreendo que poderíamos prescindir dele para ser o mais possível epistemologicamente leal ao autor que me inspira nesse pesquisar.

É de bom tom preceder uma obra de psicologia por uma tomada metodológica. Fugiremos à regra. Deixemos os métodos para os botânicos e matemáticos. Existe um ponto em que os métodos se dissolvem (FANON, 1952; 2008, p. 29).

Frantz Fanon, ao abrir mão do método, faz uma convocação para que possamos acompanhá-lo em seu *estudo clínico* investindo nossa atenção para a experiência vivida da pessoa negra inserida na catastrófica, aprisionante e desumanizadora realidade colonial, ao passo que busca produzir vias de assunção em massa para a construção de um novo humanismo.

Portanto, prescindir do método nesse trabalho seria possível na medida em que gostaria de confluir toda atenção possível aos relatos de experiência de nossas colaboradoras. Afinal, sendo também um trabalho clínico, a condição *sine qua non* do nosso fazer é, primeira e primordialmente, escutá-las/ lê-las para, daí em diante, caminharmos juntas/os/es movimentando nossa humanidade e nossa escuta por um fazer ético.

E ainda compreendendo que os aportes teóricos ao serem discutidos em interface com os relatos de nossas colaboradoras reposicionam saberes, a teoria, no nosso caso, se corporifica pela experiência das mulheres e não contrário. Assim, os elementos conceituais serão respaldados pela experiência, ou seja, um caminho inverso.

Contudo, em correspondência ao que academicamente se espera de um trabalho produzido em sua seara e para facilitar a localização textual das pessoas que porventura venham a se interessar nessa leitura, ei-lo.

Para subsidiar esse trabalho de dissertação, realizamos uma pesquisa-interventiva de natureza cartográfica na qual nosso interesse se voltou para a experiência de mulheres negras vitimadas pela violência sexual infantil e suas ressonâncias em suas construções subjetivas.

Tivemos por base os pressupostos teóricos indicados nos livros *Pistas do Método da Cartografia*, Vol. 1 e 2, organizados por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Silvia Tedesco

(2015), bem como Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2014), respectivamente.

Orientando-nos por pistas, como o é na abordagem cartográfica, especial a atenção foi dada a algumas delas: a) estabelecimento de um *ethos* da confiança (experiência compartilhada e aumento da potência de agir); b) *habitar territórios existenciais*; c) *cartografar é acompanhar processos*, d) *a cartografia como método de pesquisa-intervenção*; e) *o coletivo de forças como plano de experiência cartográfica*; e f) *criação de uma zona de inter-esse*. No decorrer das narrativas emergidas pelas rodas de conversa, outras pistas foram surgindo, mas serão trabalhadas em outro momento.

Outro aporte teórico-metodológico importante também afetivamente nessa pesquisa é o da *interseccionalidade*, produzido por intelectuais do Feminismo Negro que insere o marcador racial como categoria de análise em busca da superação de estereótipos de gênero, privilégios de classe e cis-hetero-normatividades articuladas em nível global (AKOTIRENE, Carla, 2019, p. 22). Tal arcabouço contribui com a compreensão das múltiplas opressões a que uma pessoa negra é submetida e nos impele reposicionalidade visando a uma produção desracializada do conhecimento.

Intentamos alcançar o número de seis participantes, o que conseguimos adotando os **critérios de inclusão**: a) reconhecer-se negra; b) reconhecer-se do gênero feminino – o que inclui mulheres negras transexuais; c) ter acima de 18 anos; d) ter passado pela experiência de crime/ violência sexual infantil; e) ser residente em Recife ou Região Metropolitana desta Capital.

Contemplados os critérios de inclusão, os de **exclusão** foram os casos em que as participantes não se sentiram à vontade para participar da pesquisa, como foi o caso de Guiné e Benguê, ou não tivessem condições emocionais e psíquicas para iniciá-la, o que não houve.

Os recursos adotados para a produção de dados foram as rodas de conversa e o registro em diário de bordo.

A roda ou o círculo por ser um valor civilizatório afro-brasileiro que indica movimento, circularidade, renovação de sentidos, processualidade, uma comunidade. Fazemos roda para sambarmos, para contarmos histórias, para cantarmos em volta das fogueiras, para gingarmos na capoeira, para ouvirmos os conselhos das pessoas mais velhas (TRINDADE, Azoilda, 2005).

Na roda, ninguém está atrás ou à frente. Todas/os/es se posicionam de modo a ver todas/os/es e ser vista/o/e por todas/os/es, lado a lado, ombro a ombro. Daí se diz, como na epígrafe, que não se vê a sombra da/o/e próxima/o/e. Assim, adotamos a circularidade como

um recurso compreendendo-a como “um método de participação coletiva” não só “de debate”, mas para além dela, na qual é possível “dialogar com as/os/es sujeitas/os/es, que se expressam, escutam seus pares e si mesmas pelo exercício reflexivo” (MOURA, Adriana; LIMA, Maria Glória, 2014, p. 28).

Os encontros grupais se justificam por compreendermos que o trabalho em grupo pode potencializar processualidades subjetivas em que se experiencia a micropolítica - lugar de invenção/ reinvenção de si (ROLNIK, Suely; GUATTARI, Felix, 1996). Considera-se que a subjetividade é continuamente produzida por diferentes instâncias – coletivas, individuais e institucionais – e quando em grupo, dadas as intensidades incorporais, pode contribuir positivamente com a aceleração desse processo.

O diário de bordo que, apesar de ter nascedouro na etnografia como instrumento de *coleta* de dados de forma distanciada, foi utilizado a partir de uma postura cartográfica para a qual a implicação no habitar o território é condição para uma pesquisa-intervenção e produção daqueles (ROCHA, Marisa; AGUIAR, Katia, 2003).

Assim, de modo implicado, ele foi lugar de, não somente registro, mas sobretudo de produção de dados sem o qual essa escrita não seria possível, tornando-se um dispositivo de pesquisa e para o qual sempre retornei para dele me nutrir ou para nele deixar pegadas de caminhos percorridos ou, ainda, para construir outros.

Após tramitação e autorização do projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, foi feita divulgação da realização da pesquisa. Na ocasião, houve bastante procura de mulheres de diferentes partes do Brasil e mesmo do exterior que entrarem em contato, em sua grande maioria via *WhatsApp*. Com isto, ligações telefônicas foram realizadas com suas devidas autorizações, na tentativa de favorecer uma primeira aproximação que buscasse conhecer os objetivos do trabalho e convidá-las a compartilharem suas experiências nas rodas de conversa.

Isto feito, prosseguimos com a seleção de nossas colaboradoras e mais uma ligação foi realizada. Dessa vez, para mais um contato e uma aproximação mais efetiva e deliberativa quanto à realização das rodas de conversa: dia da semana, turno, tempo de duração, se presencial ou remoto.

Compreendemos que toda pesquisa requer a delimitação de um tempo e, nele circunscrito, esta pede um período de execução e finalização. No entanto, como modo de manter o compromisso ético de não revitimização de nossas colaboradoras e de, ao mesmo tempo, propiciar acolhimento e conforto, o tempo desta pesquisa precisou performar movimentos *pari passo* ao estado emocional delas/ nosso. Nesse sentido, para nós,

cartografar, para além de acompanhar processos, é cuidar. Cuidar de quem e do que se acompanha e, também, de nós mesmas. Assim, **cuidado e autocuidado, em reciprocidade, são forças que compõem uma mesma tecitura ética de um trabalho de pesquisa e clínico.**

Do mesmo modo, **a *escrivivência* pode configurar-se como uma tentativa de transposição e tradução da abordagem cartográfica, podendo, inclusive se constituir como mais uma pista,** além das já descritas (2014;2015), posto que se trata de um mergulho/imersão na escrita do vivido.

Por isto e, dada a sensibilidade da temática e das incursões em memórias traumáticas que demandam por cuidados e manejos processuais clínicos, um grupo foi criado no *WhatsApp* e permanece em atividade para acompanhamento delas pelo tempo que se fizer necessário até que, coletivamente, decidamos encerrá-lo.

Com vistas a esse tempo prescrito, mesmo que por vezes estendido – como no nosso caso - importante, ainda, é reconhecer os limites clínico-interventivos que uma pesquisa pode ofertar. Como dito, o tempo de realização por si já impõe obstacularizações concretas quanto ao acompanhamento dos desdobramentos que uma pesquisa suscita e opera. Por outro lado, há instâncias do cuidado que, em função de tais suscitações e suas especificidades, requerem mais tempo de atenção e que podem ser melhor atendidas em outro tempo-espço.

Em se tratando de uma pesquisa que extrapolou bordas – rodas mediadas por telas – e que pelo momento pandêmico exigiu que sua realização se desse de modo remoto, tornou-se imperativo a criação e utilização de um grupo em rede social como meio de produzir uma ambiência, mesmo que virtual. No entanto, *WhatsApp* é um aplicativo desbordado. Não há, *a priori*, horário de funcionamento nem cogitamos instituí-lo, uma vez que nos disponibilizamos para estarmos ao alcance de uma ligação em caso de necessidade. Não cheguei a receber nenhuma ligação no que poderíamos chamar “fora de hora” ou intercorrência no intervalo entre uma roda de conversa e outra.

Em comum acordo, dado o contexto pandêmico do país e, em observância às orientações da Organização Mundial da Saúde – OMS, naquele momento, de modo remoto via plataforma *Google Meet*, gravadas, foram realizadas quatro rodas de conversa, semanalmente, aos domingos, com duração de 2 a 3 horas cada.

A questão que nos serviu como guia foi: “*Falaremos sobre nossas experiências de violência sexual na infância. Quer contar a sua para a gente?*”. Antes, havíamos pensado, minha orientadora e eu, na seguinte questão: “- Vamos falar sobre nossas experiências de violência e de mulher negra”.

No entanto, após contatos com as possíveis colaboradoras que me buscavam já querendo relatarem, percebi que podia ser mais direta na questão. Além disso, após a escuta de cada relato, uma outra pergunta foi feita: - *Como é contar sua experiência para nós?* Ao me dar conta do caráter clínico de uma pesquisa, senti necessidade de acercar cada uma de cuidado para vislumbramos o próximo passo.

Na ocasião da primeira roda de conversa, os Termos de **Consentimento Livre e Esclarecido** (ou **Explicado**), o de **Compromisso e Confidencialidade** e o de **Autorização de Identificação** foram apresentados e lidos com nossas colaboradoras, bem como os objetivos foram reiterados. Foi aberto espaço para tirar dúvidas, mas afirmaram que estavam satisfeitas com as explicações e continuamos.

No que tange ao cuidado e proteção das participantes, foi garantido o sigilo de suas informações, o anonimato. Foi solicitado/orientado o uso de fones de ouvidos, a manutenção das câmeras abertas para melhor acompanhamento, a escolha de um lugar/ambiente em suas casas que lhes fosse confortável, bem como promovesse segurança e privacidade.

Tendo em vista a importância da autoria e da visibilidade das mulheres, nossas colaboradoras, coube a cada uma delas, em comum acordo conosco, escolherem revelar ou não suas identidades; e não a nós, pesquisadoras, de pronto, a determinarmos que elas não teriam suas identidades reveladas.

Partimos da compreensão que, por vezes, em nossos modos de realização de pesquisas acadêmicos acabamos por contribuir com os já existentes silenciamentos, ou ainda por conduzir todos eles, via de regra, tratando os sujeitos da pesquisa como objetos.

Daí a negociação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP e a feitura do **Termo de Autorização de Identificação** no caso de decidirem por terem suas identidades reveladas, mesmo após apresentadas as vantagens e desvantagens pessoais e sociais.

De início, algumas delas optaram por isto, como um ato de revolta, de grito e de uso da dissertação como espaço político para denúncia. Contudo, no decorrer das realizações das rodas de conversa e das intensidades produzidas, acabaram por não o fazer, o que acolhemos carinhosamente! E, embora não fazendo, elas sabem a potência de poder escolher e não fazer é a escolha por si mesmas, por cuidado para consigo. E não por uma determinação exterior a seus desejos.

Assim, como já sinalizado, esse trabalho está articulado em altiplanos. Nossa escrita ocorre na primeira pessoa do singular, em momentos específicos, quando eu falar em meu

próprio nome. Outras, na primeira pessoa do plural – quando o grupo e eu nos posicionarmos ou, ainda, quando formos minha orientadora e eu a falarmos.

Os dados que produzimos estão sendo analisados, ao longo de todo o trabalho, inicialmente à luz da cartografia e em consonância com os seus princípios por isso trabalharemos com planos de análise. Nesses planos de análise, procuramos mapear os jogos de força em questão na experiência da violência sexual perpetrada contra meninas negras, na infância, buscando reencontrar conexões, encontros, apoios e bloqueios para forjar a criação de realidade outras.

Tal procedimento não busca unificar o sentido e determinar sua causa, mas reencontrar uma multiplicidade que tende à proliferação de sentidos. "A análise da pesquisa deve informar a respeito do quão interessantes foram os efeitos produzidos e quais foram as articulações engendradas" (PASSOS KASTRUP; TEDESCO, 2014, p.197).

Por sua vez, a análise do campo de forças implicado nas experiências requereu uma abordagem teórico-metodológica interseccional para a qual o marcador racial como categoria de análise busca superar estereótipos de gênero, de privilégios de classe e práticas sociais calcadas no sistema cis-hetero-normativo articuladas em nível global (AKOTIRENE, 2019, p. 22).

Dado que na abordagem cartográfica a primazia recai sobre a experiência do caminhar (SOUZA, S; FRANCISCO, Ana, 2017, p. 125), é importante salientar que esta pesquisa é também interventiva, o que exige contínua postura de abertura ao que se apresenta, fazendo a necessária reversão da concepção tradicional de método (metá - hódos) para hódos – metá.

Nesta direção, foi também não perdendo de vista a filosofia iorubana que segui. Contado por meio dos *itan*, odu significa destino, caminhos. Por intermédio dos dezesseis búzios que representam os dezesseis odus, vislumbramos nossas travessias. Então, fechei os olhos e, sentindo a sonoridade das palavras hódos e odus, percebi uma aproximação entre o caminhar espiritual e caminhar cartográfico. Assim, pedi à Ancestralidade que todos os caminhos estivessem abertos no feitio deste trabalho.

6 MEXENDO COM ISSO - TOMANDO PELAS BORDAS, RETICÊNCIAS E MOVIMENTOS DO DESEJO

Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesm[a].
(SOUZA, Neusa, 1983, p.17)

Adentrar à temática da violência sexual com mulheres que a sofreram diretamente e que, negras como eu, compreendem a existência de opressões diversas que convergem contra elas/nós, foi um grande desafio. Incorremos em riscos e benefícios como o é o clinicar, o pesquisar, o pesquisar clinicando e mesmo, o existir.

- Por que com mulheres negras? As pessoas me perguntam. - Todas as mulheres passam por isso. – Dizem tantas outras mulheres não negras. Mas para mim e para todas as mulheres negras que me buscaram, fazia toda diferença ter um espaço de compartilhamento com aquelas que, por processos de identificação e busca de legitimação como humanos, se assemelham, posto que cotidianamente nossos sofrimentos são negligenciados, inclusive em nossa profissão – a Psicologia – e tratados como menos importantes, quando não, invalidados. É que:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUSA, Neusa, 1983, pp. 17/18).

A compreensão de identidade aqui é sustentada como lugar político, não como essência (COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma, 2021, p.191). Não é de essência que tratam as lutas travadas a partir do movimento anticolonialista de Frantz Fanon. Em seu estudo clínico – como assim o chama *Pele Negra Máscaras Brancas* –, ele busca levar a pessoa negra e a pessoa branca a sacudirem “energicamente o lamentável uniforme tecido durante séculos de incompreensão (1952; 2008, p 29), qual seja a desessencialização aprisionante a que o colonialismo nos afixou a todas/os/es.

Se assim não o fosse, os estudos como os do Pós-colonialismo, dos Feminismos, das Subalternidades, da Decolonialidade, da Branquitude e mesmo o Pós-estruturalismo, dentre outros, não fariam sentido algum, mas o fazem. Ora, para presumir que determinadas culturas dependiam das culturas “civilizadas” para seu processo “evolutivo” e de “desenvolvimento”,

é que tais culturas se julgaram essencialmente evoluídas e civilizadas. Com base em que determinados povos se autoafirmariam potencialmente conquistadores e não, saqueadores?

Contudo, este é assunto de outro trabalho e para outro momento. Aqui, vale a pena manter a atenção conceitual de identidade com vistas de que “os laços entre” esta “e interseccionalidade” - qual seja, considerar a tríade: racismo, cis-hetero-patriarcado e capitalismo na produção de opressões - “estão para além dos debates acadêmicos” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 189), mas trago-os para este espaço por convergirem intersecções de lugares políticos: uma mulher negra interiorana na academia quando a sociedade grita para mim: - *mantenha-se no seu lugar*. E todas nós, pessoas brancas e negras sabemos que lugar é esse que esperam que nós, pessoas negras, ocupemos.

Voltando à questão: - por que com mulheres negras? Para uma mulher assim se denominar é que houve um processo de “**descida aos infernos**” (FANON, 2008) para que a de-re-composição existencial do “**tornar-se negra**” (SOUSA, 1983) fosse possível. A esse processo estamos nomeando de Afrolescência. Afro – que advém de África; de origem africana. Oslescere – significa crescer. Portanto, Afrolescer significa deitar raízes e positivar a própria existência com base em sua ascendência africana abrindo-se aos elementos culturais, sociais e psicológicas dessa experiência.

Diferente da adolescência, não há idade cronológica prevista para que esse processo ocorra, uma vez que a histórica de negação de direitos das pessoas negras foi e continua ser impeditivo de acesso ao conhecimento positivado de sua ascendência recebida de África e trazida não somente no fenótipo, mas sobretudo nele. Assim, pode ocorrer em qualquer idade. Tanto ainda criança quanto somente na adultez ou mesmo na velhice.

Retomando, é importante ter como horizonte a compreensão do não essencialismo, mas assim como *No meio do caminho tinha uma pedra* (DRUMMOND DE ANDRADE), entre a compreensão essencialista e a não essencialista há o processo de negrificação pelo qual determinadas populações são subalternizadas e tornadas o/a/e Outro/Outra/Outre. (FANON, 2008; KILOMBA, 2019). Nesse processo, ao ser negrificada/e/o é também desumanizado/a/e, porém, fortuitamente lhe é atribuída alguma humanidade para comprovar quem é mais dignamente humano, logo, premente de manutenção de dignidade (FANON, 1968).

Voltando ao ponto do inaccessível ao conhecimento, adentrando na academia, em nossa linha, nenhuma novidade quanto aos autores e autoras. Todos e todas brancos/as - o masculino veio antes, pois assim estava posto - quando cheguei, exceto aquelas e aqueles que uma colega e eu levamos. Nesse espaço, meus estudos com os de minha orientadora se

felicitar e encontrei nela – mulher branca - a abertura suficiente para engendrarmos novas tecituras teóricas e, principalmente, apresentar Frantz Fanon e seu legado como precursor de estudos, inclusive de alguns dos aqui já citados.

A partir dela embarquei na cartografia como possibilidade de pesquisa para além do acompanhar a processualidade dos acontecimentos (SOUZA; FRANCISCO, 2017), mas como entrada para o lançar-se neles próprios, entrando e saindo em cada movimento. Pausando, pousando em cada galho correndo o risco de que ele quebre e só nos reste voar novamente ou sermos arrastadas/os/es para a queda.

Os encontros, por vezes, produzem verdadeiros abalos sísmicos existenciais e causam mal-estar, desenraizamentos, fazem solavancar inclusive aquilo que julgamos conhecer sobre nós mesmas/os/es. E com as mulheres acolhidas e com as quais construímos nossa *escrivência* não foi diferente.

A proposta inicial dos encontros era de que realizássemos quatro rodas de conversa, mas já nas primeiras ligações que recebi, do outro lado, eu ouvia as vozes nervosas, algumas trêmulas e até já ansiosas pela possibilidade de se disponibilizar a participarem das rodas de conversa. Outras, já queriam fazer seu relato na própria ligação. Então, para facilitar a comunicação, como também tentar propiciar algum conforto, sentimento de chegada e de experimentação da sensação de se estarem juntas, propus a criação de um grupo de *WhatsApp*. Conversei com minha orientadora e, de imediato, ela concordou.

Então, depois de escolhidas as seis mulheres, liguei novamente para cada uma pedindo autorização para nele inseri-las. Todas aceitaram. Cheguei a pensar em possíveis desistências, mas não se concretizou.

É pela experiência do *Desejo* que nos reconduzimos à dignidade (FANON, 1952; 2008) e sua produção ocorre por *agenciamentos* dos *acontecimentos* que são, por sua vez, produzidos nos encontros (DELEUZE; PARNET, 1998) e foi neles que apostei. Como doula, já acompanhei muitas mulheres em seus processos gestacionais, de lactação e puerperal. Mulheres de diferentes realidades financeiras. Desde as que não tinham nada ou muito pouco, às que nada faltavam material e afetiva para receberem suas crianças.

Acompanhar tais processos me influenciou a aprender a procurar o ritmo das danças sensoriais das relações a que Deleuze e Guattari (1996) nomearam *corpo sem órgãos*. Posto que este opera rizomaticamente; faz confluírem fluxos de intensidades por onde o desejo jorra e faz gestar o novo; convites à experimentação que esses autores nos lançam. Nesse sentido, lancei-me. Tudo que eu pedia às colaboradoras era: - Conta sua experiência para gente!

Andei com elas nas entradas e saídas da temática a partir de seus relatos. Acompanhei cada tatear de palavras que acrescido a respirações, tomadas de fôlego, cada “ai, ai, ai”, cada riso nervoso, eram como que tentativas de acercamento, gestão, digestão e gestação do que cada uma iria parir em palavras. Discursar sobre si não parecia fácil mesmo quando cada uma desejava fazê-lo.

Nessas tentativas, o coletivo de mulheres também sempre à espreita, até que Abayomi disse: - *Bom, é...é... Deixa eu ver por onde é que eu começo.* Ela para em silêncio, eleva o olhar para o canto superior direito e respira. Uma delas, *pelo Chat*, escreve: - *A gente tá contigo, irmã!* Outras reforçaram o acolhimento e incentivo: - *Tamos sim. Tamos juntas!* E foi, então, que ela suspirou e seguiu. Seguiu contando com detalhes suas experiências de dor, de revolta, de tristeza, de indignação, de desamparo, de solidão vivida até ali.

Nos encontros seguintes, a dificuldade em adentrar a temática parecia menos presente. Badu foi direto ao ponto, embora reticente: (...) *Uma situação que eu achava que tinha sido algo bobo, um desconforto que eu passei ... uma vergonha que eu passei ... quando eu era muito pequena. (...) Eu venho olhando com mais carinho pra essas, pra essas ... que não foi só uma, né, feridas.* Aisha, entre risos e olhares que vagavam de um lado para o outro em busca de um ponto de partida, disse: - *Ah meu deus! ... Ade, também reticente, decidiu “começar do fim pra depois ir pro começo”.* Aqui e ali, repetia: - *É... é...*

Meeça começou de forma direta: - *É, o meu caso foi envolvendo um padrasto meu.* De vez em quando, pausava, chorava. Onira que disse: - *Ai! Eu não sei nem por onde começar* e que até afirmou: - *É tão difícil pra mim falar sobre isso, mas eu vou falar,* narrou suas dores e volta e meia fechava a mão e batia contra a palma da outra num gesto de indignação e sede de justiça.

As rodas de conversa fizeram emergir agenciamentos que enredam confiança, suporte, cumplicidade, trocas de afetos, mas também de tensões, desestabilizações e caos de modo que cada uma foi/vai se pondo em movimento para construir seu próprio modo de narrar: - *Não sei se vou conseguir dizer com detalhes do jeito que as outras fizeram.* - Disse uma delas.

Eis a premissa do agenciar: não é substituir o próprio mundo pelo das outras, nem imitar nenhuma delas ou [somente] ter alguma identificação com elas e com seus mundos. É, sim, “criar algo que não está nem em você nem no[a] outro[a], mas entre os dois [ou mais mundos], neste espaço-tempo comum, impessoal e partilhável” (ESCOSSIA; KASTRUP, 2005, p. 303). Ali estava posta sua reposicionalidade diante do encontro com os mundos das outras e que ela estava disposta a dizer somente o que conseguisse e não aquilo que talvez

esperássemos dela. Ao tempo em que ela criava a seu modo o seu dizer de si, se coengendrava reciprocamente em coletividade.

Importante remarcar que, embora os relatos tenham se encaminhando, se é que assim podemos dizer, de maneira mais suave já nos primeiros momentos e a ambiência produzida em grupo propiciasse um conforto mínimo, o desconforto também era constante. As reticências presentes nas vinhetas de suas falas são registros dos tempos de silêncio, de busca por palavras que lhes coubessem, de escolhas mentais do percurso pelo qual se prosseguiria o narrar.

Enquanto isso, rostos atentos na tela. E, também, o meu. Ora tensos, ora suavizados pelas brincadeiras e sorrisos possíveis. Mas o desejo permaneceu em produção, inclusive e sobretudo em mim. Assim como elas, eu também tateava o passo seguinte. Não só na condução das rodas de conversa, mas também na minha vida e aqui na tentativa de transposição cartografada da experiência em palavras.

7 POR QUE COMIGO? – VSI NA PERSPECTIVA DA INTERSECCIONALIDADE: RAÇA, GÊNERO, GERAÇÃO, CLASSE E TERRITÓRIO

7.1 Abuso sexual ou Estupro de Vulnerável?

Por que comigo? – Perguntava-se Abayomi no início de seu relato. - *Por que essa situação ter acontecido comigo e no momento que foi?* Continuava ela em busca de alguma justificativa possível. Será que há alguma?

O crime de estupro de vulnerável – EV, também conhecido por Violência Sexual Infantil – VSI, é definido no Art. 217-A da Lei n. 12.015/2009 como sendo a conjunção carnal ou outro ato libidinoso praticado com menores de 14 anos. Dentre a literatura vigente, como podemos verificar no estado da arte, encontramos também a utilização do termo *abuso sexual*, e é, inclusive, uma das formas mais recorrentes de se referir a tais crimes.

De acordo com Houaiss (2010), abuso quer dizer: *uso exagerado, injusto ou errado; desaforo, desrespeito*; e, ainda, por último, *defloramento, estupro*. Já estupro, no mesmo dicionário, significa: *crime de obrigar alguém a ter relações sexuais por meio de violência ou ameaça; violação*. Notemos que a palavra “estupro” como sinônimo de “abuso” é apresentada em último lugar. Importa-nos refletir sobre a utilização social do termo “abuso”, uma vez que um crime tão grave como o de “estupro” tem seus efeitos de letalidade diluídos discursivamente.

Se tomamos o sentido literal e aplicamos o termo *abuso* em caso de crime sexual contra uma criança, podemos pensar: uso exagerado do corpo da criança? Ou, uso injusto do corpo da criança? Ou ainda, deflorar (fazer perder a virgindade, desvirginar) o corpo da criança? Será que é disso que estamos tratando?

Quando desmembramos etimologicamente a palavra ab-uso (abuso) compreendemos que o termo aponta um significado de sub-uso. Ora, todas essas possibilidades sinonímias não seriam aplicáveis somente para objetos, já que só destes é possível se fazer uso? Não se deveria fazer uso do corpo de alguém. Menos ainda, de uma criança da sua vulnerabilidade etária, psíquica, social, dentre outras, para decidir diante de um adulto. Portanto, se as palavras performam realidades (FOUCAULT, 1999), é imprescindível a utilização de termos mais adequados.

Nesse sentido, optamos pelo termo Violência Sexual Infantil – VSI e, ainda, Estupro de Vulnerável - EV, conforme versa a lei que se ajusta aos relatos de experiência escutados

nesta pesquisa na qual foram realizadas rodas de conversas com mulheres negras vítimas de crimes sexuais na infância, ou seja, à época consideradas crianças com base no Art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de Lei n. 8069, de julho de 1990.

7.2 Insterseccionalidade – contribuições afetivas para além do teórico-político

Compreendemos que, embora epistemicamente Fanon e Deleuze e Guattari partam de lugares distintos, sobretudo social e cultural, os modos: liano e rizomático - no primeiro e nos dois seguintes respectivamente, poderiam, dadas as possibilidades e os limites, nos acercar teoricamente em relação a alguns elementos da análise que aqui nos empenharemos em fazer. Vale remarcar que Fanon é o autor ao qual me alinho teórico-político e afetivamente. Já Deleuze e Guattari são os principais autores com os quais minha orientadora trabalha na linha de pesquisa que compomos: Psicologia Clínica e Demandas Sociais Contemporâneas.

Portanto, mesmo sendo esses últimos subversivos academicamente, são sujeitos produzidos no país que colonizou, não só Martinica – país do primeiro - mas também tantos outros e Argélia, onde Fanon viveu, trabalhou, lutou, clinicou e do qual precisou fugir por não concordar com a violência colonial francesa imposta àquele país pedindo, assim, demissão de seu posto de trabalho à frente da direção do Hospital Psiquiátrico de Blida-Joinville, em Blida, na Argélia (FAUSTINO, 2020). Para ele, “(...) o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É uma violência em estado bruto” (FANON, 1961: 1968, p. 46).

Ao modo liano, por seres acionais que somos e seguindo os fluxos de constância do nosso amor nos reinventarmos por nossas próprias mãos diante daquilo que nos foi decepado: a humanidade (FANON, 1952; 2008, p. 124). Rizomático por permitir colocarmo-nos a caminho em processualidade e conectividade, o que amplia o saber-fazer de práticas inventivas e interventivas junto aos fenômenos psicossociais para além da suposta neutralidade científica (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

No entanto, é por vias da interseccionalidade como ferramenta de análise que, nesse momento, escolhemos seguir. Para além da escolha prático-teórico-conceitual dessa proposição feita por mulheres intelectuais do Feminismo Negro, nossa escolha se faz, também, por afetividade. Sermos pensadas com e por elas, faz com que possamos compreender que, pela primeira vez, estamos sendo contempladas dignamente pela academia – embora os estudos da interseccionalidade não se restrinjam a esse espaço (COLLINS,

Patricia; BILGE, Sirma, 2021) - o que propicia que nos reposicionemos não só academicamente, mas subjetivamente.

Ao constatar até onde chegaram as intelectuais negras, os processos de resistência, avanço e ocupação de espaços outros, com todos os percalços enfrentados para adentrarem a academia, vislumbramos que nós também podemos chegar. E não desavisadamente sabemos o preço a ser pago posto que o acesso à educação não é igualitário e menos ainda, a entrada e permanência no ensino superior.

O termo interseccionalidade foi conceituado por Kimberlé Williams Crenshaw (1989), jurista norte-americana que concebe a inseparabilidade entre “cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo” (AKOTIRENE, Carla, 2019, p. 51), o que nos permite “enxergar a coalisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que este reproduz o racismo” (*Ibidem*, p. 19).

No Brasil, embora não com o termo cunhado por Kimberlé Crenshaw, nas pensadoras negras como Luiza Bairos (1991), Matilde Ribeiro (1995), e Sueli Carneiro (2003) encontramos a militância negra por equidade e atuação política: ombro a ombro com mulheres contra o sexismo assim como, lado a lado com os homens negros contra o racismo. (LOPES, Janai, 2020, p. 85). Lélia Gonzalez, considerada expoente desse movimento, é a autora que antecipa conceitual e politicamente a interseccionalidade (AKOTIRENE, Carla, 2019, p. 33).

7.3 VSI contra meninas negras: um olhar interseccional

Desse modo, ao analisarmos a VSI contra meninas negras precisamos situar estas no entrecruzamento para onde convergem e confluem opressões diversas considerando as *linhas de força* que a divisão social evidencia (FANON, 1961, p. 27). De saída, e não de modo estático, a menina negra está situada em uma quadrifurcação de opressões: de raça, de gênero, de geração e de classe e, portanto, também, de território.

Tomamos a última categoria para situarmos que nenhuma de nossas colaboradoras é moradora da zona sul de Recife. Nem as da região metropolitana moram em bairros “centrais” ou em bairros tidos como “principais”. Uma delas, inclusive, reside no mesmo bairro onde sofreu todas as violências sexuais e suas lembranças são continuamente atualizadas todas as vezes que precisa passar em frente ao imóvel construído no terreno onde ela era violentada.

Tal divisão – norte e sul – muito me intrigou quando, ao chegar a essa Capital advinda de Fortaleza, eu ser muitas vezes confrontada: - Você mora na zona norte ou zona sul? Raramente perguntavam o bairro primeiro.

Voltando à localização geográfica, compreendemos que nossas colaboradoras são advindas de território ou *configurações geográficas* das margens, o que vai nos informar a *divisão do trabalho* e a *repartição dos recursos*, portanto, dos acessos/ inacessos aos bens sociais e culturais produzidos em coletividade (SANTOS, Milton, 2006).

A compartimentalização territorial foi denunciada por Frantz Fanon (1961) ao dizer que “se penetrarmos” na sua “intimidade” poderemos evidenciar “as linhas de força” que essa cisão comporta: de um lado, a “sociedade do tipo capitalista” na qual se produz o soldado que é o porta-voz legal e institucional que opera o regime de opressão”; do outro, o “mundo colonizado” no qual não se dissimula a “violência”, a “opressão”, as “coronhadas”. A “cidade faminta”, “sem pão”, “acocorada”, “ajoelhada” e “acuada”. (p. 27-9).

A este par Lélia Gonzalez (1984) denominou “divisão racial do espaço” ao analisar o *Racismo e sexismo na cultura brasileira* e, também, em tom de denúncia afirma que o que se “constata”, no segundo, “são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias” (p. 233).

Nesse contexto, as crianças são expostas a diversas vulnerabilidades, por vezes, em obediência aos mandos de pessoas adultas. É a criança que vai comprar o pão como no caso de Abayomi: - ***Era um terror porque comprar pão, eu sabia que ele iria me chamar e iria me abraçar***; é quem dorme sozinha em um colchão na sala, como no caso de Onira: - ***Eu dormia no colchão na sala, no chão. Eles fechavam a porta e eu ficava sozinha na sala***; é quem é deixada sob os cuidados de irmãos mais velhos por faltas diversas, como no caso de Ade: - ***A gente tava sozinho em casa - minha mãe tinha saído e meu pai também***; é quem desde cedo aprende a voltar sozinha da escola; entre outras possibilidades como simplesmente confiar nas pessoas que a cercam sendo familiares consanguíneos ou não, como no caso de Badu, Aisha e Meeça: - ***Eu não tava com meu pai e minha mãe nesse final de semana***; - ***Pros meus pais era um lugar de muito conforto de eu estar, de segurança***; e, - ***Quando minha mãe precisava sair pra trabalhar e me deixava sozinha [com o padrasto] (...) e aí acontecia de ele me invadir***.

Importante lembrar que, por vezes, as crianças são entregues aos cuidados de outras pessoas adultas de confiança porque as creches e escolas não começam a funcionar antes do horário de suas mães entrarem em seus trabalhos e encerram as atividades antes que elas voltem. Ou o transporte público não atende a contento e, além da demora nos trajetos, a frota ofertada não comporta as/os/es usuárias/os/es. Ou, ainda, o salário dá basicamente para a manutenção da alimentação, água e luz, o que incide em inaccessos aos cuidados qualitativos e profissionais; dentre outras exposições.

Logo, pertencer a um território da margem é um d-enunciativo de classe que, por sua vez, é filtro distributivo de saúde e de doença, de riqueza e de miséria, de humanidade e de não-humanidade, portanto, de vida e de morte. Frantz Fanon (1961), ao falar da realidade antilhana, afirma que nesta zona “as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não logra nunca mascarar as realidades humanas” (p. 29).

No Brasil, dadas as diferenças culturais e socio-históricas, tais realidades também são experienciadas, visto que “racismo e sexismo se tornaram o alicerce do Estado” e sem implantação de “políticas de acolhimento e reparação social, política e econômica” voltadas para as pessoas negras (TELES, Maria Amélia, 2018, p. 162), elementos outros vão sendo acrescidos à rede de opressões que foi e continua a ser tecida e mantida sistematicamente desde o período colonial; elementos outros, porém forjados neste projeto e que produzem este estado de coisas.

O “mito da democracia racial” é um deles e tem “assegurado às gerações o lugar de conforto e domínio da população branca do país” (NOGUEIRA, Isildinha, 2017, p. 125) fazendo prevalecer a ideia de que há em nossa sociedade oportunidades equitativas – assunto que nos leva a tantas outras discussões, mas que iremos nos ater às obstacularizações de acessos às humanidades que esse mito produz.

Havia um “otimismo em relação a um ambiente social gestado durante a fase colonial brasileira” que favoreceria e propiciaria a “ascensão social do mulato” em conformidade com os estudos, válidos cientificamente à época, de Gilberto Freyre (BERNARDINO, 2002, p. 251). Mas, perguntamos, haveria harmonização racial possível e ambiente favorável à mobilidade e ascensão social em uma sociedade que sendo a última a “abolir a escravatura” ao fazê-lo, o faz ao modo de um despejo coletivo?

Para as intelectuais feministas negras que situam as pautas de, ao lado dos homens denunciarem os tentáculos do racismo institucionalizado e ao lado das mulheres, de mãos dadas ante o patriarcado capitalista (AKOTIRENE, 2019), é importante não desarticularmos em nossas análises essa rede de opressões que subsidia as ações desde as práticas sociais individuais e coletivas às políticas públicas, ou melhor dizendo, a ausência delas.

Como vimos, sem política pública alguma, da noite para o dia, as pessoas negras vagavam a esmo tendo como herança a miséria. Portanto, o mito da democracia racial é um insulto à inteligência e por meio dele justificam-se e reiteram-se lugares. O que está posto nele é que, comumente é-se branca/o e rica/o por herança e não somente por trabalho; quando se é pobre, o é exclusivamente por falta dele. E isto nos leva à concepção errônea de que é-se pobre e miserável por vontade, por desejo, por escolha.

Retomamos a discussão feita até aqui para fazermos mais uma entrada conceitual. Caracterizamos o que é VSI ou EV e nos posicionamos acerca da não utilização do termo “abuso sexual”. Fizemos um desvio e nos distanciamos de Fanon e de Deleuze e Guattari optando por trabalharmos com o conceito de interseccionalidade produzido por intelectuais do feminismo negro e situamos a menina negra na quadrifurcação de opressões: de raça, de gênero, de geração, de classe e, portanto, de território.

Começamos por este último para localizar os relatos de nossas colaboradoras apresentando como é pertencer a espaços geográficos sociais que produzem vulnerabilidades e que, portanto, o *lugar de fala* (RIBEIRO, Djamila, 2019) informa a que classe pertencem.

Nessa direção, tomando raça e gênero como basilares na estruturação do Estado (TELES, 2018), logo observamos seu *modus operandi* de produzir ou não as políticas públicas ou políticas sociais. Assim, falar de VS operada contra meninas negras requer lealdade social, histórica e política àquelas que, no Brasil, alardearam as opressões e abriram caminhos teóricos e políticos antes de nós como Lélia Gonzalez, Virgínia Bicudo, Neusa Sousa, Luiza Bairros, dentre tantas outras para compreendermos autoras e autores que na atualidade nos ajudam a continuar acendendo a tocha.

Com Jesus Moura (2009) compreendemos que o “racismo é ideologicamente imposto na sociedade” e que ele permeia as práticas cotidianas das pessoas “independente de sua raça” (p.74). Por isso, superá-lo passa a ser uma responsabilidade de todas/os/es, pois o racismo *individual* (ALMEIDA, 2019) ou *cotidiano* (KILOMBA, Grada, 2019) é sempre institucional e estrutural, posto que ele é performado dentro de uma estrutura social que conforma – forma com – e comporta – dá passagem com – às suas manifestações com pouco ou quase nenhum constrangimento ou penalidade para quem o perpetra, mesmo sendo considerado crime inafiançável e imprescritível desde a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 5º e regulamentado pela Lei N. 7.716/89, conhecida como Lei Caó.

Em Grada Kilomba (2019), compreendemos que no racismo há três características que de modo simultâneo se articulam e se sustentam: a) a “construção da diferença” em que, com base na branquitude, todas as demais raças são tornadas *Outras/os*; b) a hierarquização valorativa que enuncia “estigma”, “desonra” e “inferioridade”; e “poder: histórico, político, social e econômico” (pp. 75-76). Assim, “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2018, p. 16).

Portanto, compreendemos que, tendo como imagem provisória a da menina negra situada na quadrifurcação de opressões - de raça, gênero, geração e de classe - o que fazem

incorrer na ocupação de um território social específico – o da margem -, muitas são as linhas de força que produzem e manejam vulnerabilidades. Assim, tomando o quesito raça/cor como basilar de sua/nossa constituição subjetiva, suas/nossas experiências cotidianas de racismo a que são/somos submetidas é da ordem do traumático que, por sua vez, nos arrasta para a experiência de outros traumas.

Como acompanhamos em seus relatos, crianças à época, hoje adultas, Abayomi, Badu, Aisha, Ade, Meecca e Onira, expressam a vinculação da experiência traumática da violência sexual com o racismo - trauma colonial - e, ainda, com o trauma social qual seja, a recusa e deslegitimação de seus sofrimentos por parte das pessoas adultas de seu entorno, logo, uma trifurcação traumática, como veremos a seguir.

8 VSI CONTRA MENINAS NEGRAS – TRIPLO TRAUMA: COLONIAL, SEXUAL E SOCIAL

8.1 Contribuições de Frantz Fanon para a compreensão do trauma colonial

Para abordarmos o conceito de trauma e analisarmos a trifurcação da experiência traumática da menina negra – trauma colonial, sexual e social – recorreremos, antes, ao conceito de sociogenia proposto por Frantz Fanon (1952), ao traçar um sociodiagnóstico tomando a dimensão da violência colonial não só na produção do sofrimento/ adoecimento psíquico, mas também na visão de mundo e de si no mundo, ou seja, nos processos de subjetivação (FAUSTINO, 2020).

Em boa medida, podemos tomar por empréstimo tal conceito – o de sociogenia - para refletirmos sobre os efeitos do racismo como a violência racial e, no caso desse estudo, os da violência sexual na infância.

Também denominado de princípio sociogênico (WYNTER, Sylvia, 1999), ao buscar empreender sua análise psicológica, Fanon (1952; 2008) o propõe no entre “da filogenia e da ontogenia” (p. 28).

O autor afirmava, já naquele período, que não adiantava considerar apenas a dimensão morfo-fisiológica do comportamento humano - como o fazia a psiquiatria da época -, nem apenas a experiência individual - como na clínica psicanalítica de Freud -, nem apenas as duas dimensões, mesmo que juntas, atentando-nos para inseparabilidade das dimensões filo-socio-onto na compreensão dos “indivíduos e seus conflitos existenciais” contextualizando-os sócio e historicamente (FAUSTINO, 2020, p. 37).

Importa-nos retomá-lo, pois que, na atualidade, é condição sem a qual qualquer empreitada compreensivista voa raso, sobretudo nas ciências psicológicas e, mais ainda, nos processos psicoterapêuticos e nas práticas Clínicas, em geral, se as/os/es sujeitas/os/es forem vistas apartadas de sua realidade social, diríamos até que seria antiético.

Dito isto, vemos que a colonização só pôde ser operada pela violência e pela desumanização, assim, ela mesma – a colonização -, produzirá, mediará, manejará e distribuirá humanidade e não-humanidades (FANON, 2008; 1961; FAUSTINO, 2020); será pela compreensão sociogênica fanoniana que se constatará que às pessoas negras não foi, e continua a não ser, distribuída humanidade alguma, a não ser aquela que nos assemelham em espécie – as características físicas, por “analogia”/ “histologia” (FANON, 2008, p.11) –, e não

para acessar “dignidade e direitos” (DUDH, 1948), mas, ao contrário, sim como carimbo para assegurar a humanidade das pessoas brancas (FANON, 1961).

Para que a empreitada colonial lograsse sucesso racialização e racismo foram, e continuam a ser, imprescindivelmente articulados de modo a cindir o mundo entre quem pertence ou não a tal raça, mediante expropriação, despojamento e assassinio “que se desdobram em pilhagem” epidermizando lugares sociais, racializando as experiências das pessoas colonizadas e produzindo a “interiorização subjetiva da epidermização” tanto pelas pessoas colonizadas quanto pelas colonizadoras (FAUSTINO, 2020, p. 39-41).

Tal cisão reitera lugares, reifica pessoas não pertencentes a tal raça e mantém a lógica da colonialidade (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2020). Portanto, posto que a colonização deixa de fora do pacto social a existência e a humanidade das pessoas negras, “qualquer ontologia se torna irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada” (FANON, p. 103).

Como vão afirmar os pensadores decoloniais – também influenciados por Frantz Fanon, vivemos hoje sob os efeitos da colonialidade que é “a lógica global [colonial] de desumanização” “capaz de existir mesmo na ausência de colônias formais” (BERNARDINO-COSTA *et al.*, 2020, p. 36 – colchetes meus).

Crítico radical do colonialismo, Fanon produz uma obra proeminente, como vemos no livro *A disputa em torno de Frantz Fanon - a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos*, de Deivison Faustino (2020). Vasta em argumentos, dará suporte a vários estudos no mundo sobre colonialismo, anticolonialismo, panafricanismo e lutas por independência, pós-colonialismo, subalternidades, modernidade/colonialidade e decolonialidade, aos feminismos negros, entre outros, inclusive, muito fortemente no Brasil nos movimentos negros (*Ibidem*, 2020).

Fanon influenciou ainda pensadores do pós-estruturalismo como Foucault, Deleuze e Guattari. Embora citado muito timidamente, sobretudo por esses últimos, é possível encontrar compreensões sociais, clínicas e políticas compostas em diálogo com sua obra e com seus argumentos teóricos como, por exemplo, dentre tantos outros, no capítulo *Psicanálise e familismo: a santa família* de *O Anti-Édipo* (1972; 2010).

Os autores a ele recorrem ao tecerem críticas à suposta universalização do Édipo e afirmam ser Fanon “o revolucionário”, “de direito”, “o primeiro a poder dizer: não conheço Édipo” (p.133). Citam *Les Damnés de la terre* (1961), mas já em *Pele negra – máscaras brancas* (1952), Fanon denunciava: “nas Antilhas Francesas, 97% das famílias são incapazes

de produzir uma neurose edipiana. Incapacidade da qual nos felicitamos enormemente” (p.135).

Esse passeio teórico, ao tempo em que busca dar chão para nos colocarmos em andança na compreensão do trauma colonial, é também uma tentativa de fazerem suscitar questionamentos sobre como o que foi dito por Frantz Fanon, quase 20 anos antes, não obteve o alcance, a receptividade e as dimensões a que lograram quando dito por seus dois “conterrâneos europeus”.

Dito isto, nesse momento, nos ateremos à experiência traumática trazida no capítulo *O preto e a psicopatologia*, constante no livro PNMB. Ao questionar se os estudos psicanalíticos de Freud e Adler poderiam ser utilizados para tentar explicar o modo de ver o mundo do “homem de cor” (FANON, 2008, p.127) - ou seja, pessoas negras – o autor afirma:

Na Europa, e em todos os países ditos civilizados ou civilizadores, a família é um pedaço da nação. A criança que deixa o meio familiar reencontra as mesmas leis, os mesmos princípios, os mesmos valores. Uma criança normal, crescida em uma família normal, será um homem normal (p.128).

“Ora”, diz ele, “Uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contato com o mundo branco”, dado o modo brutal com que o “mundo branco” concebe e interage com o “mundo negro” (p.129). A pessoa negra esquece-se do “mito” de ser negra e o “ignora enquanto sua existência se desenvolve no meio dos seus”. No entanto, “ao primeiro olhar branco”, a pessoa negra sentirá “o peso da melanina”. (FANON, 2008, p.133).

Trazendo para os dias atuais, assim tem sido a experiência com o racismo. Realidade nada harmoniosa entre grupos e presença constante de “preconceito” e “discriminação” (MUNANGA, 2017, p. 39) e mesmo quando “pego em flagrante”, há sempre um “jeito para escapar, às vezes depositando a culpa na própria pessoa segregada, considerando-a complexada” (*Ibidem*, p. 37).

Portanto, a pergunta que Fanon se faz sobre em que medida o arcabouço da ciência ocidental pode dar conta da experiência traumática das pessoas negras em contato com a realidade branca, embora em outro contexto, para nós é pertinente e atual. Não só em relação às pessoas negras, mas também em relação a outros grupos – como os povos originários.

Historicamente, a Psicologia Brasileira posicionou-se como cúmplice do racismo, tendo produzido conhecimento que o legitimasse, validando cientificamente estereótipos infundados por meio de teorias eurocênicas

discriminatórias, inclusive por tomar por padrão uma realidade que não contempla a diversidade brasileira (CFP, 2017, p.75).

Na medida em que nos colocamos em via de construirmos uma Psicologia posicionada ante os fenômenos que produzem sofrimentos e adoecimentos, compreendemos que “as feridas” “coloniais” (KILOMBA, 2019) e “sociais” “diagnosticadas por Fanon, seguem abertas” (FAUTINO, 2020, p. 36) contínua e cotidianamente supurando. E nisto, ele também nos inspira: a vergarmos nossa clínica crítica, epistemológica e politicamente forçando-nos a confrontarmos os problemas de nosso tempo (SIBERTIN-BLANC, 2014, p. 49 – tradução livre).

8.2 O triplo trauma: colonial, sexual e social

Nessa direção, reconhecendo os efeitos deletérios do racismo, uma vez que ele produz humilhação e a humilhação opera sofrimentos, o Conselho Federal de Psicologia lançou em 2002 a Resolução 018 que estabelece normas de atuação para os psicólogos/os/es em relação ao preconceito e à discriminação racial com vistas à reflexão, enfrentamento e eliminação do racismo e todas as formas discriminação e preconceito de raça ou etnia.

O documento teve como base: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, o Art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988, nos dispositivos da lei 7.716, de 1989 - que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor - e os artigos VI e VII dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional dos Psicólogos.

Em face desse reconhecimento nos colocamos eticamente em movimento por uma psicologia posicionada ante o estado de coisas produzido pelo racismo, dentre outras forças, ocupando nosso *locus* de atuação e efetivação por transformações, fundamentando-nos, sempre que possível, em intelectuais negras/os.

Assim, a partir da obra de Frantz Fanon e do conceito de trauma definido por Laplanche e Pontalis (1988), Grada Kilomba (2019) nomeia o *racismo cotidiano* de trauma colonial – TC referindo-se à “ferida” ou “lesão” que se caracteriza pela exposição e experiência de um evento violento (p. 213).

Refletindo sobre a experiência traumática do racismo em Grada Kilomba (2019) e das origens sociais do sofrimento psíquico em Frantz Fanon, Fátima Lima (2020) afirma que:

() o que podemos chamar de eventos traumáticos precisa ser entendido no âmbito dos processos de colonização e da colonialidade ainda persistente nos imaginários e práticas sociais nas quais a invenção da/o negra/o se processa a partir de um olhar e de uma política de nomeação que têm na branquitude o lugar de formulação, bem como sua violência brutal, na medida em que, ao designar a/o negra/o enquanto tal, também se constituiu todo um movimento marcado pela subalternização, pela inferiorização, pela objetificação e pela coisificação dos modos de vidas e subjetividades negras (p. 89).

De um modo geral, tanto em minha experiência relatada no início desse trabalho quanto na fala de Taís Araújo, também já trazida - *nem mesmo o marcador de classe destituiu ou impede o racismo* -, assim como no que já apresentamos até aqui dos estudos de Fanon, o racismo – trauma colonial – desde sua instituição, articulada ao capitalismo e cis-hetero-patriarcado, produziu e continua a produzir efeitos negativos.

Uma vez reconhecido e pautado politicamente pelo Conselho máximo de nossa profissão, somos convocadas/os/es a colocarmos nosso saber-fazer a serviço das transformações das agruras de nosso tempo, mais incisivamente na vida das pessoas que demandam por nossas práticas profissionais, sejam elas remuneradas ou voluntárias.

Nos relatos de nossas colaboradoras, o **trauma colonial** também esteve presente. Mesmo que nem todas elas tenham chegado à compreensão da vinculação entre a violência racial e a violência sexual, realidade já apontada no Atlas da Violência (2019) dada a incidência da violência sexual infantil ser maior contra meninas negras que brancas.

Acompanhemos: - *É... acho que minha história vem muito com o atravessamento do racismo, né.* – Afirmou Aisha. - *Minha irmã que passa por branca, não aconteceu com ela, não que eu desejasse isso pra ela. Mas, por que comigo, pô?* - Disse Abayomi. - *O mundo é muito foda, véi... assim, com a gente, mulher preta. Sei lá.* Badu foi mais incisiva e disse:

- Essa cor da minha pele influenciou muito nas coisas que eu vivi na minha vida. Não é só fator de eu ser mulher. É o fator de eu ser mulher e eu ser mulher e negra. (...) Sou adotada por uma família de brancos. Eu pude perceber assim, o quanto que isso também pode ter influenciado o que aconteceu, entende? Inclusive eu tenho outras primas adotadas, né...mas elas são brancas. Eu sou a única negra. (...) o quanto que o fato de eu ser negra me expôs a várias coisas... a várias coisas, inclusive a esse “abuso” que sofri quando eu nova, eu tenho essa consciência hoje, entende?

A dimensão do trauma pode ser compreendida pela ocorrência de um evento violento na vida da pessoa e que pela sua intensidade, pela incapacidade da pessoa exposta à violência em responder de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos que tais eventos

provocam em sua organização psíquica, é que se compreenderá sua dimensão. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1988, p. 465).

Nessa direção, Grada Kilomba (2019) apresenta as características que fazem da experiência do racismo um trauma, quais sejam: 1) o evento é *violento* e a resposta é o estado de *choque*; 2) o choque provoca *retraimento* e afastamento da *vida social*; e 3), a *atemporalidade* da experiência, ou seja, toda vez que o evento é suscitado afeta de forma *dolorosa* a *organização psicológica* da pessoa envolvida (*Ibidem*, p. 216).

Como vimos, mesmo quando, aparentemente, a violência sexual é perpetrada contra elas/ nós na infância sob modos que compreendemos não serem “agressivos”, por vezes praticados como se fossem *brincadeira*, ainda assim, as marcas deixadas, as emoções mobilizadas ao pensar e falar sobre a experiência, o estado de ansiedade, de choro, de tristeza, de desamparo, mesmo décadas depois dos fatos, ainda geram sofrimento, mesmo que ambigualmente o narrar produza certo alívio.

Esse momento exige fôlego tomado e minhas vísceras são convocadas. Talvez as suas também. Falaremos indigestamente daquilo que seguimos fazendo de conta que não existe. Mas só fazendo de conta, pois sabemos. Todos os dias os noticiários produzem capital para quem já o tem, graças à banalização da violência.

Séculos a fio, história não contada oficialmente, nossos corpos negros – assim como os das mulheres indígenas - sangraram, por estupro e por resultado dele, nos partos. Antes de adentrar a essa parte da escrita, fui para mato abraçar árvores. Reflexiva, pergunta-me acerca da necessidade de escrutinar esse conteúdo que de modo amiúde já vem sendo desafiadoramente *escrevindo*, discutido e analisado.

A resposta a que cheguei foi: se não formos nós, mulheres negras, a dizermos das violências e agruras sociais que nos ferem e nos indignificam; quem? Quem o fará?

Além disso, esse é um trabalho clínico. Acompanhar clinicamente alguém ou grupo exige continuamente equilíbrio na corda-bamba do próprio processo de acompanhar, por isso, quem sabe, essa imersão possa nos ajudar a escutar melhor em nosso fazer clínico e possamos intervir nesse estado coisas, posto que, antes de se finalize essa leitura, conforme as estatísticas, poderá ter ocorrido com dezenas de meninas e meninos que se encaminhem para seus consultórios.

Retomamos o conceito de trauma em Laplanche e Pontalis (1998) e das características de uma experiência traumática em Grada Kilomba (2019) para conceituamos a experiência da violência sexual na infância, qual seja, o estupro de vulnerável, como trauma sexual na

medida em que, pelos relatos de nossas colaboradoras, tal experiência apresenta as características elencadas e até as extrapola.

A primeira característica elencada pela autora faz referência à exposição a evento *violento* e à resposta de *choque* em relação ao evento, é o estado. Vejamos os recortes de relatos que seguem:

Foi dos 8 aos 12 e não foi só com uma pessoa. (...) Ele me puxou pelo braço, mandou eu ficar calada e me levou pra casinha do cachorro. (...) Então além dos estupros, né, teve a zoofilia também. Eu sangrei de várias formas.

(...) acho que eu tinha uns 6 anos; (...) ele me pegou e me colocou no colo (...) e começou a fazer carinho nas minhas pernas (...). (...) Foi subindo, foi subindo até chegar na minha vagina. Ficou tocando na minha vagina.

(...) Sempre começa como um meio que “sem querer”, assim... eu tinha por volta de uns 8 ou 9 anos e se perpetuou até eu ter uns 13. (...) nós éramos só crianças que não queríamos dormir, né... E ele usava isso como um subsídio: - não, a gente vai brincar... vocês não queriam brincar? A gente vai brincar agora... de ele fazer como que fosse uma brincadeira. Sempre era um toque...(silêncio) na minha vagina... e estimulava que eu fizesse a mesma coisa com a minha prima.

(...) E aí eu lembro de ele só me deitando na areia e metendo em mim, sabe? [ela coçava a cabeça de modo impaciente]. Eu lembro de chegar em casa sangrando porque pra mim não aconteceu nada...assim... só lembro dele em cima de mim... eu não tava sentindo nada.

(...) ele tirou minha roupa, tirou a roupa dele e deitou em cima de mim.

(...) assim, consciência não, mas quando eu vim ter noção que eu tava sendo invadida e que tava acontecendo coisas que eu não gostava, eu tinha uns 5 anos, por aí. (...) quando minha mãe precisava sair pra trabalhar e me deixava sozinha (...) e aí acontecia de ele me invadir, de ele passar a mão em mim, de me obrigar a ficar beijando os órgãos dele (choro)... tudo isso. Sempre que minha mãe saía e eu ficava sozinha, eu já sabia que alguma coisa ia acontecer (choro). E mesmo às vezes quando eu não tava sozinha, quando eu tava dormindo ... assim...eu dormia junto com meu irmão, e aí ele chegava tarde da noite e acontecia.

(...) eu acho que eu tinha uns 10 anos. (...) Aí ele, no ano novo, me chamou pra assistir vídeo de sexo. Eu não entendi o porquê daquilo.

Eu fiquei super assustada. E eu dizendo a ele que não. (...) Eu dormia no colchão na sala, no chão. (...) e ele tocou na minha vagina me chamando. Aí eu dei um grito e tava todo mundo bêbado que ninguém escutou.

Acontecia muitas vezes também em brincadeira... isso que era pior... que eu tava lá brincando com meu irmão e aí ele chegava como que fosse brincar com a gente também e ele começava a me pegar no braço, me levantar e... não notavam, mas ali ele estava me invadindo, sabe (choro e voz embargada). E isso durou por muito tempo (pelo relato, durou dos 5 aos 8 anos de idade dela).

Nem alarme me acordava. E aí eu lembro que quando eu acordei, ele já tinha tirado minha roupa e ele tava atrás de mim. Eu acho que eu acordei no impulso, na tentativa porque pra eu acordar só sendo algo muito...sabe?...que me desse um: páá. Aí eu lembro que eu acordei e fui dizendo: sai, sai, sai. Eu vou dizer, eu vou dizer, eu vou dizer.

Em todos os relatos, a violência sexual infantil é o evento *violento* que, inclusive, foi praticado repetidas vezes. Em todos os relatos de experiências, elas/nós, mulheres vitimadas, choraram - como eu disse, eu chorei por dentro – ficaram entristecidas, bem como questionavam: - *Como pode? Como pode?* E questionaram a humanidade!

Nesse grupo, a violência foi perpetrada exclusivamente por homens e contra meninas negras, o que não significa dizer que mulheres não violentam nem que meninas brancas e meninos, brancos ou negros, também não sejam vulneráveis a esse tipo de violência.

Podemos entender os choros, as angústias, as tristezas e ansiedades como manifestação do ainda estado de choque, mesmo após décadas do ocorrido.

Dito isto, é importante lembrar que estamos apresentando somente a primeira parte dos relatos de experiência, posto que cada um se desdobrou, em média, por uma hora e meia de conversa. Nesse momento, trarei também elementos que estão em partes subsequentes ao primeiro momento dos relatos nos quais localizamos o que a autora identifica como sendo a segunda característica: o choque provoca *retraimento* e afastamento da *vida social*.

Nessas partes, recortei: - *Depois dessa situação, eu sinto que eu me afastei emocionalmente da minha família, sabe? Eu não queria mais viajar sem os meus pais.* Meca disse que só conseguiram se afastar por definitivo do padrasto quando sua mãe passou a se relacionar com outro companheiro. Até isso acontecer, as ameaças seguiram.

Abayomi – em outros recortes trazidos – disse que passou a se vestir de *maneira diferente*, a usar moletom continuamente na *tentativa de esconder o corpo* e *passar despercebida*. Recolhia-se em sua cama e passava dias sem se levantar. *Não queria contato*

com ninguém. Fechava[-se], isolava[-se] do mundo. Além disso, lamentava por, em sua fragilidade, (...) *não ter como [se] defender. (...) nem sabia o quê que tava acontecendo na época. Era um carinho diferente, era um tratar diferente. (...) não sabia o que fazer.*

Aisha relatou (...) *nunca mais fui pra casa dessa (...) tia* para passar suas férias, mesmo sendo um lugar que ela adorava ir.

Já Onira disse que foi *uma criança que t[e]ve que [s]e criar sozinha. Sabe?* – perguntou ela. E continuou: - *Eu sempre fui muito abandonada. Sempre fui muito deixada de lado pelas pessoas, mas a espiritualidade tava sempre comigo e me mantendo.* Ela, até a data do seu relato, não falava mais com a avó nem com a tia – esposa do tio perpetrador – nem com ele próprio.

Chegamos, então, até a terceira característica: a *atemporalidade* da experiência, qual seja, ao se suscitar o evento – experiência traumática – a pessoa vitimada tem sua *organização psicológica* afetada de forma *dolorosa*.

Como será mostrado adiante com mais detalhes em função de outra discussão – “Entre o vivido e o narrado” – Badu relata esse (...) *é um assunto que [lhe] mobiliza muita energia de raiva.* Que sente *“Como se tivesse uns quinze quilos de coisas pra falar. E tá (...) abafado.*

Abayomi *até hoje [sente] o cheiro do abraçar dele, [sente] a textura das mãos ásperas que ele tinha.* Tristemente ela constata: - *Eu ainda sinto tudo isso. Quando eu lembro do que acontecia, parece que a memória do corpo ela ativa de uma forma que não tem para onde correr.*

Com os olhos cheios de lágrimas e ombros alteados, Aisha afirma:

Num vou mexer nisso. (...) da última vez ele fez um comentário sobre o meu corpo que parece que ele pegou aquele paviozinho que tava alí bem curtinho, bem pequenininho e acendeu... foi aquela bomba de sentimentos que tavam dentro de mim. (...) Mas, quando ele fez o comentário, eu não falei nada... eu só travei. Fui pra casa, não falei nada pra ninguém e dei perpetuação a esse silenciamento que tanto eu vivo.

Apesar do *pavio* que é contínuo, mas *aceso* mais uma vez diante do violentador, ainda assim, Aisha se quedou fazendo o que conseguiu fazer naquele momento: *perpetuando o silêncio que [ela] já viv[e]. Não mexer com isso,* parece ser menos sofrido embora a *bomba de sentimentos* exploda.

Já Meeça, até então, não contava para ninguém. *Não contava de forma alguma.* Passou a contar *esse ano pra uma amiga* dela. Diz ela: - *E foi isso. Era bem horrível pra*

mim, pensar nisso até hoje porque eu tentava esquecer que isso tinha acontecido. Era algo que me machucava muito, sabe? E aí eu não queria lembrar.

Portanto, performando as características traumáticas da experiência da pessoa – no caso meninas negras – submetida à violência sexual, e retornando a Laplanche e Pontalis (1998) bem como a Grada Kilomba (2019), afirmamos que a **violência sexual infantil** ou **estupro de vulnerável**, é um **trauma sexual**, posto que é *um evento violento* que, *por sua intensidade*, produz *incapacidade* na pessoa violentada - *pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos* - *em responder de forma adequada* à violência sexual perpetrada geralmente por homem adulto. E, em função de sua *atemporalidade*, quando suscitado, *desorganiza psicologicamente* as, hoje, mulheres por ele vitimadas.

Importa-nos tal conceituação, não para produzirmos mais um conceito, mas para que, estratégica e interseccionalmente, não deixemos de fora o marcador raça/cor que, como visto, é lugar de convergência de múltiplas opressões sendo a VSI – talvez uma das mais graves, no caso de meninas negras.

Não querer lembrar foi umas das estratégias utilizadas mais recorrentes. Dizer que foram utilizadas não significa afirmar que foram as estratégias de sobrevivência escolhidas. Ao contrário, dadas as vulnerabilidades interpostas a uma criança é o que foi possível. Talvez, se descobrirmos outros modos de lidar com o que escutamos das crianças, possamos ser mais colo para elas em seus desamparos e desesperos e possamos evitar a produção de um outro trauma, o social.

Figueiredo (2003) conceitua o trauma social afirmando a dimensão traumática da “recusa” por parte da pessoa adulta que escuta a criança e que, conseqüentemente, desautoriza seu sofrimento.

O traumático não residirá apenas no abuso e na violência cometida contra a criança, mas na recusa (por incapacidade ou má-fé) por parte do mundo adulto em reconhecer e acolher o episódio, que é assim desautorizado. A vítima (para mim – pessoa vitimada), portanto, não só é atravessada por afetos intensos, produzidos pelo contato com a “língua adulta” (...) como tem essa experiência afetiva desmentida e desautorizada pelos adultos, em especial pelo agressor” (FIGUEIREDO, 2003, p. 20 – segundo parênteses meus).

A começarmos pela “especial desautorização” por parte do violentador, de modo direto e explícito foi dito para Abayomi - ***Ninguém vai acreditar em você se você falar pra alguém. As pessoas não vão acreditar;*** e para Onira: - ***Oh, num conta pra ninguém que***

ninguém vai acreditar em tu mesmo. No caso de Meeça, a afirmação foi feita em forma de ameaça: - *Se você contar, sua mãe vai morrer, sua avó vai morrer.*

Essa desautorização também foi vivida por elas em relação às suas famílias com as quais experienciaram e relataram chorosa e entristecidamente a sensação *profunda de falta de amparo*, de *acolhimento*, de uma pessoa *adulta que desse a mão*, de alguém que *acreditasse* nelas e que dissesse, *pode contar comigo*.

Uma cena que ecoou por dias em minha cabeça foi a de Onira, sustentando sozinha, ainda menina, a sua verdade diante das pessoas adultas que acusavam de estar *inventando histórias*. Chorando ela afirmava convictamente, cercada coagidamente pela avó, pelo violentador e sua esposa – tia de Onira: - *Né mentira não. Né mentira não.*

Muitos são os exemplos que poderíamos apresentar a partir dos relatos de experiência de nossas colaboradoras para mostrar o quão perverso e produtor de desamparo e desesperos é essa tripla articulação traumática: o colonial, o sexual e o social.

Abayomi não contava para ninguém, pois ela tinha *certeza* de que, como *ninguém via* o que acontecia, as pessoas *não acreditariam* nela; o que, para ela, confirmava o que o estuprador havia dito: - *Ninguém vai acreditar em você.*

Aisha até hoje *não quer mexer com isso*. Meeça não contava de forma alguma para ninguém, pois, diante das ameaças que recebia, temia *perder as únicas pessoas* que ela tinha – a *mãe* e a *avó*.

Ade segue em vias de descobrir, se é que há um modo, como lidar melhor com suas experiências traumáticas.

Badu tem *ressignificado* sua história diante das recentes reflexões sobre sua negritude por meio de caminhos espirituais.

Onira foi a que mais abertamente gritou, saiu *gritando, falando. E ninguém [lhe] escutava. E se escutaram, não quiseram ir* ao seu socorro. - *Eu não sei o que de fato aconteceu. Mas eu gritei, eu falei alto.* – Consternadamente, nos disse ela.

8.3 Triplo trauma e Subjetividades

Apresentamos no **altiplano** anterior, o trauma colonial em Grada Kilomba (2019) que fundamenta sua conceituação nos estudos de Frantz Fanon (1952; 2008), bem como no conceito de trauma em Laplanche e Pontalis (1988). Analisamos, ainda, o conceito de trauma social em Figueiredo (2003) que localiza na *recusa* por parte da pessoa adulta, ao escutar a criança, a deslegitimação de seu sofrimento; o que produz mais um trauma.

Vale lembrar que a ocorrência do trauma social pode estar para além da ocasião em que a pessoa adulta escuta uma criança, posto que também se dá em outras instâncias e idades tanto em relação ao trauma colonial – racismo – quanto em relação ao trauma sexual, quando, por exemplo, mulheres adultas denunciam assediadores, estupradores, abusadores e têm sua dignidade questionada pela roupa que vestia ou pelo horário no qual exerciam seu direito de ir e vir.

Citamos diferentes exemplos em que nossas colaboradoras foram responsabilizadas, mesmo quando ainda eram crianças, pelas violências sofridas. No caso de Guiné, além de ser responsabilizada quando já adulta, foi punida por seu próprio companheiro.

Com base em Grada Kilomba, Laplanche e Pontalis, conceituamos a experiência da violência sexual infantil contra crianças como trauma sexual, ao passo em que observamos sua articulação com os traumas colonial e social, nos casos de perpetração desse crime contra meninas negras.

Nesse momento, buscaremos alinhar possíveis ressonâncias do que estamos nomeando triplo trauma nas construções subjetivas de nossas colaboradoras, mulheres negras, tomando por guia flexível algumas argumentações conceituais da esquizoanálise.

Para adentrarmos nela, necessariamente damos um passo atrás e retomamos Frantz Fanon (1952; 2008, 1961) que, ao escrutinar a temática do *preto e a psicopatologia*, bem como a *guerra colonial* e as *perturbações mentais*, aponta para produção de sofrimento/adoecimento psíquico no contexto colonial e afirma:

(...) há uma constelação de dados, uma série de proposições que, lenta e sutilmente, graças às obras literárias, aos jornais, à educação, aos livros escolares, aos cartazes, ao cinema, à rádio, penetram no indivíduo [na pessoa] – constituindo a visão do mundo da coletividade à qual ele [ela] pertence (p.135 – colchetes meus).

Podemos compreender que ao se referir a tal *constelação de dados*, Fanon retoma o conceito de sociogenia, mesmo que não explicitamente, para acompanhar intimamente, assim como já dito em outro momento, as múltiplas *linhas de forças* que pelas práticas e instituições sociais atravessam, compõem e produzem modos de ser ao tempo que, reciprocamente, produzem realidades sociais.

Notemos que, para o autor que tinha como horizonte, em sua análise, a experiência vivida da pessoa negra e o sistema econômico que produz e mantém os lugares sociais, os processos de subjetivação são continuamente uma produção relacional e em composição com diferentes instâncias. Buscaremos evidenciar tais *linhas de força* - essas que *lenta e sutilmente*

penetram nas pessoas constituindo a visão de si no/do mundo –, qual seja: produzir-se subjetivamente.

Nessa direção, chegando à esquizoanálise e ao seu modo de compreensão que parece seguir em consonância com a do autor supracitado, a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação cuja produção é sempre em reciprocidade com os campos de força que a forjam e formam-com, contínua e dinamicamente (GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely, 1996, p. 31), pois que se trata de território performado por linhas e, ainda, processos e movimentos.

Destarte, é por linhas que, assim como Fanon (1961), Deleuze e Guattari (1996) vão compreender o modo pelo qual os processos de subjetivação acontecem, indicando três tipos, afirmando sua coexistência em tais processos, embora se sobreponham umas às outras de modo que, por seu funcionamento em composição, umas se evidenciam mais que outras, quais sejam:

“(...) as de segmentaridade dura, características dos grandes conjuntos molares ou estratos, como as classes sociais e os gêneros; as de segmentaridade maleável, caracterizadas por relações moleculares de desestratificações relativas, com velocidades acima ou abaixo dos limites da percepção, e que, ao contrário dos grandes movimentos e cortes que definem os estratos, compõem-se de elementos rizomáticos, esquizos, sempre em devir, fluxos sempre em movimento que retiram o homem da rigidez dos estratos; e as linhas de fuga, que se caracterizam por uma ruptura com os estratos ou sua desestratificação absoluta” (CASSIANO; FURLAN, 2013, p. 373).

Dito de um outro modo, por se tratar de uma processualidade, as subjetividades são rizomaticamente produzidas na relação com os campos “sociais, políticos, tecnológicos, ecológicos, culturais etc” em que “formas e forças constituem duas dimensões ontológicas e se distinguem pelos efeitos que produzem” (KASTRUP, 2008, p. 472).

Os processos de subjetivação ocorrem em constante movimento do dentro-fora-dentro por vias de agenciamento que, pelas *linhas flexíveis*, nossa capacidade de afetar e sermos afetadas/os/es continuamente vai captando o fora que, por sua vez, nos de-re-compõe, sendo possível capturar imagens provisórias subjetivas pelos efeitos produzidos e manifestados nos modos de ser.

Vale dizer que a tecitura dos processos de subjetivação acima pode ser compreendida tanto em uma análise sociogenética de Fanon como em uma análise esquizoanalítica deleuze-guattariana, resguardando os campos de visão diferentes: o primeiro abarcava o colonialismo, enquanto Deleuze e Guattari, o capitalismo.

Para Fanon, racismo e racialização é que tornam possível o processo de colonização por meio da violência, do assassinio, da expropriação, da rapta e que tudo isso é parte “de um processo maior de dominação: a violenta e desigual expansão das relações capitalistas de produção para o mundo não europeu” (FAUSTINO, 2020, p. 39).

Fanon (1961) analisava a *guerra colonial* e a produção dos *transtornos mentais* e Deleuze e Guattari (1972), o *capitalismo* e a *esquizofrenia*.

Não é intenção nossa darmos conta de cartografarmos todos os impactos subjetivos do triplo trauma a partir do que escutados de nossas colaboradoras. Reconhecemos nossa limitação. Portanto, neste altiplano, traremos recortes de relatos para, de algum modo, contemplarmos aquele que passou a ser um de nossos objetivos específicos: cartografar a experiência de mulheres negras vítimas de violência sexual na infância e suas ressonâncias em suas construções subjetivas.

Ao propormos tal objetivo, havíamos nos perguntado: - *A violência sexual incide na construção de subjetividades da Mulher Negra?* Se sim, - *Como?*

Ao fazemo-nos tais perguntas, estávamos olhando para a VSI – trauma sexual – perpetrada contra meninas negras, ou seja, tínhamos em vista a violência sexual e o racismo. No entanto, a partir das rodas de conversa, fomos sendo convocadas a nos implicarmos com a imbricação de mais um trauma – o social; para o qual, até então, não nos havíamos atentado.

Doravante, pretendemos, na medida do possível, examinar elementos desse processo – o de subjetivação – a partir de recortes de relatos com vistas no que denominamos triplo trauma por compreendermos que, como já explicitado, a experiência de violação sexual na infância de meninas negras incide em uma tríade articulada de traumas: o colonial, o sexual e social, além de outros impactos que aqui não daremos conta de trazê-los.

Como visto, no Brasil, embora não haja estrutura colonial formal, é por sua “lógica global de desumanização”, ou seja, pela colonialidade (BERNARDINO-COSTA *et al.*, 2020, p. 36) que o trauma colonial – racismo – é continuamente mantido e cotidianamente experienciado por pessoas negras, mesmo sendo considerado crime inafiançável e imprescritível.

Acompanhamos nos relatos de nossas colaboradoras as suas constatações e compreensões acerca do entrelaçamento entre trauma colonial e sexual, suas possíveis ressonâncias em seus modos de ser tal como inferidos elas mesmas, embora algumas delas não tenham ainda assentado tais reflexões:

*É... acho que minha história vem muito com o **atravessamento do racismo**, né. - Disse-nos, Aisha. Mais adiante, ela refletia: - Por mais que o meu relato **tenha mais cara de racismo do que de abuso sexual em si**, acho que **as duas coisas se misturam** muito. Essa **mulher negra que eu sou**. E são demandas da sociedade. Somos pessoas que estamos na base, são questões que vão atravessar a gente... algumas mais e outras menos.*

O fato de eu ser negra me expôs a várias coisas... várias coisas. Inclusive esse abuso que sofri quando eu era nova, eu tenho essa consciência hoje, entende? – Disse, Badu. Em outro momento, afirmou: Agora, recentemente, é que vim entender que eu era desse jeito [em suas palavras, parecia abestalhada] por toda uma construção que me roubou a voz e me roubou um monte de coisa...a minha visão sobre mim mesma, do meu poder. Isso começou lá atrás, lá atrás. Então, não é que sou fraca, não é que sou... não é nada disso! Não é nada disso!

Abayomi havia refletido antes sobre sua *irmã branca* não ter sofrido violência sexual e fez referência tanto ao estupro quanto ao nosso grupo composto por mulheres negras:

*(...) não é um particular meu... é uma coisa que é nossa. É uma situação que cada aqui vivenciou da sua forma, sua maneira... E não é que isso me traga um alívio, mas me faz pensar que **esse sofrimento não é individual. Ele é um sofrimento coletivo**.*

Disse lembrar de *Dandara* [a guerreira negra, companheira de Zumbi dos Palmares] que se matou pra não passar mais por isso. E admitiu: foi o que tentei fazer comigo, tirar minha vida pra não passar mais por isso.

Hoje, afirma não mais recorrer a essa suposta saída e que outra *forma que* [encontrou] de [se] defender, é escrevendo. Aos prantos e soluços contava que, por um tempo, a saída que havia encontrado era transformando sua dor em dor física, pois, desse modo, daria para cuidar:

Eu achei uma maneira pra mim que foi o da automutilação pra poder transformar essa dor que eu sinto por dentro numa dor física que eu possa cuidar. Essa dor interna é muito difícil de ser cuidada. É muito difícil de ser acessada. Então é como se fosse uma transição de lugares. E eu vou me reinventando dia após dia.

Meeça, de seu lado, disse *ainda não* [saber] *dizer* [d]as *marcas disso* [em sua] *vida*. Para ela, até então, *não existia*. - *Mas de fato existiu. Aconteceu*. - Constatava ela, ao tempo em que relatava sua experiência para nós.

Badu que busca em seu caminho espiritual e em seu estilo de vida um modo de viver melhor, examinava sua vida e dizia para nós:

- Bem, é...eu acho que eu criei um mundo de fantasia, né. E tive muitos problemas com drogas. Problemas sérios. Muito sérios. Muito muito sérios assim de abuso de álcool que culminou num internamento anos depois quando eu já tava casada. Minha filha já tava com 7 anos me internei pra tratar do vício da cocaína.

Aisha, que se questionava: - *Como assim nunca ninguém nunca percebeu? Eu era uma criança que tava com medo de ir pra o lugar que eu mais gostava de ir antes e que, do nada agora não quer ir mais;* nos dizia:

esse episódio da infância [referindo-se à violência sexual], eu acho que ele se concluiu aí, mas eu carreguei ele pro resto da minha vida que é vivenciar esse silenciamento todos os dias.

No meu caso, como no miniconto que apresentei, durante anos, décadas – da meninice à adultez - fui vista pelas outras pessoas e por mim mesma – não sei o que aconteceu primeiro - como uma pessoa amarga. Pela minha tristeza disfarçada de mau humor, eu era tida como mal-educada. A visão errônea que conseguir construir de mim só começou a ser diluída quando, pelos cuidados que fui recebendo, pude ir me descobrindo uma pessoa alegre, sensível, entre outros adjetivos.

Lembro-me de, no auge de minha adolescência, ter recorrido em demasia à agressividade como reação a qualquer contato físico. Quando alguém tocava meu no ombro ou segurava em meu braço para falar comigo, eu respondia com olhar furioso: - Eu escuto com os ouvidos. Não precisa tocar em mim.

Isso figurou como um problema sério na medida em que minhas e meus colegas passaram a tocar meu corpo como forma de me afrontar. Com isso, eu passei a oferecer agressões físicas que me renderam muitas suspensões da escola. Passei a diminuir a agressividade ao passo que fui me refazendo emocional-psíquica e informacionalmente. Acercada de potência, de pessoas e de palavras, diante do que me machuca, calada não morro mais.

Desse modo, acompanhamos processos de desterritorializações e reterritorializações movendo e fazendo mover mediando de-re-composições existenciais. Há impactos que ainda estão por ser, se é que um dia serão, nomeados.

Para Deleuze e Guattari (1996), desterritorialização e reterritorialização são inseparáveis na medida em que no precipitar de movimentos produzidos pelo primeiro processo de abandono de um território, um outro é simultaneamente criado.

Ou autores (1995) afirmam:

Temos que pensar a desterritorialização como uma potência perfeitamente positiva, que possui seus graus e seus limiares (epistratos) e que é sempre relativa, tendo um reverso, uma complementaridade na reterritorialização. Um organismo desterritorializado em relação ao exterior se reterritorializa necessariamente nos meios interiores (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 68).

Por certo, concordamos que uma desterritorialização pode, por seus efeitos, ser uma *potência perfeitamente positiva* e produzir diferentes e múltiplos estados de intensos fluxos ao tempo da processual reterritorialização quando a de-re-composição tece vida.

Contudo, ao ter acompanhado os recortes de relatos de experiência acima e por considerarmos as violências contra uma criança produtoras de desterritorialização subjetiva, muita atenção é exigida. Posto que uma desterritorialização produz linhas de fuga e, ao seu modo, sacam-se-nos para fora de nós impingindo-nos uma outra realidade, nesses casos, a realidade outra é de desamparo; o que é da ordem do traumático.

E mais, que, ao contrário, produziu nos territórios existenciais infantis traumatizados, linhas de segmentaridade dura, aquela que se caracteriza por “grandes conjuntos molares ou estratos” (CASSIANO; FURLAN, 2013, p. 373) que, de certo, também não podem ser desconsideradas e descartadas, pois que talvez tenham sido elas – as linhas duras em evidência - que tenham produzido salvaguarda mínima de um *quantum* de potência necessário para que uma criança não levasse a cabo o seu desejo de pôr fim à vida.

Por essa via, compreendemos que nem toda desterritorialização é uma *potência perfeita positiva*, uma vez que, nesses casos, as reterritorializações possíveis foram, nas palavras de nossas colaboradoras: o *silenciar*, o criar uma *persona alegre*, o assumir a responsabilidade por se achar *abestalhada*, o *fazer de conta que não aconteceu*, o parecer ser *mal-humorada* a ponto de confundir-se e acreditar ser, a *tentativa de suicídio*, as *crises ansiosas*, os contínuos *pesadelos*, o *medo de confiar*, o medo de ser *desacreditada*, o temer ter

de *levar para o túmulo*, o *não ter contado nem ao padre* e, ainda hoje, apesar do passar dos anos, o *urinar-se* enquanto dorme.

Desterritorializar para uma criança, sobretudo por meio da violência nos modos de trauma colonial e sexual, pode ser um caminho só de ida. Por certo, outras reterritorializações são simultaneamente engendradas. Entretanto, nem sempre ao modo ativador de potência e potencializador da vida. **Por vezes, elas amputam ou soterram potências de vida, ainda em vida, promovendo verdadeiras mortes em vida.**

Continuando, Guiné, *tinha nove para dez anos quando o marido da mulher da casa onde [ela] vivia, fez [dela] mulher desde a primeira noite que cheg[ou]*. Por suas palavras, podemos compreender o “*fazer mulher*” como a perpetração da violação sexual contra o corpo de uma menina, no caso, negra.

Somente aos 74 anos, passados mais 60, ou seja, a maior parte da sua vida, vivendo *como alguém em quem se amarra uma pedra muito pesada junto ao pé e é jogada em um lago fundo*, é que, ao contar para alguém, temendo *ter de levar [o assunto] pro caixão*.

Se refletirmos nas sensações que nos atravessam ao nos pensarmos como sujeitas de uma experiência como esta – ser jogada ao fundo de um lago com uma pedra amarrada em nosso pé -, notamos que um de nossos primeiros impulsos seria: tentar se desatar e tocar com o pé no fundo do lago para, no impulso, subirmos, lançarmos nosso rosto para fora do lago e, enfim, retomarmos o ar para, mais uma vez, respirarmos.

Ao que nos parece, Guiné falava da sensação de ainda lá permanecer, impedida de respirar, por todos esses anos, amarrada na grande pedra jogada ao fundo do lago. A divulgação de nossa pesquisa chegou até ela que, pela maleabilidade das **linhas flexíveis**, embora engendradas às linhas duras que o trauma sexual fez erigir, produziu junto com ela desejos. E um deles foi o de compartilhar sua dor com alguém.

Antes mesmo de haver um conceito, ela já havia operado **linhas de fuga** em suas experiências como quando, ao se fazer *mulher por [si] mesma e ter arrum[ado] um companheiro do qual passou muitos anos de [sua] vida apanhando pra pagar o preço dele não ter se casado com [ela] virgem, (...) um dia, t[e]ve coragem e larg[ou] [d]ele*. Contou isto com entusiasmo. Só ela sabia o valor de sua ação e o quanto isto lhe potencializava a vida.

Seguimos em mais algumas análises de fragmentos e frases com palavras que apresentam um fechamento em determinada realidade, que são, repetidas vezes, enunciadas, como as que seguem:

- *Eu acho que a violência, né, foi física, só que a violência psicológica também pesou muito pra mim porque **reverbera muito no que eu sou hoje**. Eu não sei deixar **ninguém me tocar**, eu não sei deixar **ninguém** conhecer o meu corpo.*

- (...) ***ninguém me notou...** Ainda hoje ainda penso: quem é que me nota? Quem me percebe?*

- *Eu fiquei sozinha. **Ninguém me explicou** o que tinha acontecido.*

(...) ***ninguém me escutava.***

(...) ***Eu não tinha acolhimento de ninguém.***

Notemos que o pronome indefinido “ninguém” que aparece em diferentes falas e contextos e enunciado por diferentes colaboradoras, produz diferentes significados para cada uma. De certo modo, esse pronome diz da produção de uma *linha dura* (ROLNIK, 1989), qual seja, aquela na qual organizam seu modo de ser, mesmo que provisório.

O primeiro diz da ressonância da violência em sua vida que se manifesta em seu modo de ser e que *reverbera muito no que [ela é] hoje*. Diz ainda sobre a sua dificuldade em permitir que alguém a *toque* e *conheça* seu *corpo*. Portanto, diz, também, de seu fechamento em receber afetos de alguém, do experienciar emoções e compartilhar carinhos e carícias. Diz de alguém que se fecha aos afetos de outros alguéns.

Ao olharmos para o questionamento que faz a si mesma: - ***Quem me percebe?*** e ao olharmos para o contexto em que ela o expressou, compreendemos como desabafo de mais uma constatação de sua sensação de desamparo, da dor de não ter sido vista. ***Como assim ninguém viu?*** – Lamentava ela em outro momento.

Sendo a mesma colaboradora dos dois primeiros recortes, pergunto-me: **Como pode viver alguém que se fecha para o toque de outros alguéns e se recolhe no registro emocional de ter sido tornada invisível em meio a tanta dor?**

A colaboradora seguinte afirma quase sem acreditar no desamparo produzido pelas pessoas adultas a seu redor, já que, na ocasião da violência sexual sofrida por parte de um primo, suas tias e tios ficaram sem falar com ela. Para ela, ninguém a explicou o que tinha acontecido e agiram como se ela é que tivesse feito algo *errado*.

Nesse caso, o pronome indefinido também reclama a falta de ação de cuidado e acolhimento por parte de pessoas adultas e expressa, assim como para a colaboradora anterior, a sensação de desamparo. – *Eu não tava com meus pais naquele dia*, disse ela. É quase que

um rogativo: - tem alguém aí? Ou: - Alguém pode me ajudar? Alguém pode me explicar o que aconteceu?

No caso seguinte, ela alardeou. Ela alardeou, lembram? Onira saiu gritando. Mas *ninguém a escutou*. Como vimos, não é tarefa fácil para uma criança reconhecer e nomear o desconforto diante da violência sexual. Assim como não o é, ao reconhecer, expressar e romper com o silêncio. Mas ela, uma criança de 10 anos, o fez. Repito: ninguém a escutou. Como ela mesma disse, em outro momento, ela passou a confiar muito pouco e em poucas pessoas, pois *não tinha acolhimento de ninguém*.

Posto que é pelos efeitos que capturamos temporariamente os modos de ser, os fragmentos acima descritos nos conduzem a compreendermos que linhas de segmentaridade dura é que, nesses casos, preponderam e **modos enrijecidos de existir vão sendo performados**.

Ao arremetarem forças contrárias à expansão da vida, as *linhas duras*, por serem linhas que codificam, nos fazem cindir de nossa potência, embora saibamos que *formas* – campo do qual as linhas duras “pertencem” – e *foças* se compõem (KASTRUP, 2008).

O aviso inicial de Guiné me volta à cabeça: - *Ninguém sabe que eu tô querendo falar com você*. Reflito sobre o medo da exposição que se repetiu nos relatos seguintes. Por muitos anos, também vivi sob esse medo, posto que, nas vezes em que houve a tentativa de falar, a experiência foi o da **traumatização social**.

Nesse sentido, o desejo pelo anonimato, de fato, pode nos salvaguardar de mais um trauma. Em contraponto, mas simultaneamente em composição, o ato de se nomearem, também produziu algo que passou a compor com elas, suas existências.

Observamos na relação do *dentro* com o *fora* e do *fora* com o *dentro* de nossas colaboradoras, há em dizeres de si certos assentados subjetivos que apontam ora para a fixidez e enrijecimento que a **tripla experiência traumática** produziu e produz e que foram internalizadas agenciando modos de existência cindidos temporariamente de potência. Ora, para linhas de fuga agenciadas pelas precipitações de fluxos que produzem rupturas e invenções de outros modos existenciais, o que não significa dizer que são sempre potencializadores de vida.

Isto posto, as ressonâncias do triplo trauma nas construções subjetivas de mulheres negras não podem ser delineadas, senão, por seus efeitos, os quais apresentamos suscintamente, sendo quase impossível desalinhar e desatar os nós para indicar quais efeitos correspondem a qual trauma.

O que posso dizer é que, em mim, dos caminhos internos que percorri em companhia dessas mulheres, verdadeira curetagem foi operada. E as rodas, para além do espaço de conversa, de relatos, de desabafo, de deságue, de reflexão, de produção de dados, o que não é ínfimo, tornaram-se também lugar-ninho, de conforto, de acolhimento, de reconhecimento e cuidados recíprocos.

Essa experiência, inclusive, pode nos ajudar a pensar a roda de conversa como dispositivo de clínico e transformativo em nossas em nossas práticas, pois que, ao criarmos uma zona de *interesse* (PASSOS; EIRADO, 2015), ou zona de habitação coletiva de ínterim que é provisória, produzimos fluxos de intensidades que, por sua vez, podem produzir reposicionalidades existenciais (FANON, 1952, 2008; AKOTIRENE, 2019).

9 ENTRE O VIVIDO E O NARRADO

Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso algo se acrescenta.
(Conceição Evaristo, 2016, p.7)

Dos relatos escutados, fui observando que quase todas nós fomos violentadas mais de uma vez ou pelo mesmo homem ou por homens diferentes; ou, pelo mesmo homem bem como por homens diferentes; ou, ainda, pelo mesmo homem junto a outros, como no caso de um estupro coletivo infanto-juvenil que ocorreu com Abayomi. Nas diferentes conjecturas, quase sempre, o primeiro violentador reincidiu o crime.

Como elas mesmas disseram, *não é assunto fácil de falar*, assim como *não é fácil ouvir*, contudo à processualidade entre o vivido e o narrado (EVARISTO, Conceição, 2016) acrescentamos o escutado que juntos – vivido, narrado e escutado - fazem “sacudir” por ressonâncias certas “estruturas” (FANON, 1952), ou seja, as *linhas de segmentaridade dura*, produzindo desestabilidade e, por vezes, inventividade e recomposições.

Fui me dando conta da interpelação intersticial que o campo solavancou em mim: a dimensão clínica que uma pesquisa deve suscitar. A cada passo delas e meu, eu era convocada a ir caminhando junto, fazendo as paradas necessárias, manejando riscos e cercando de cuidados possíveis por meio de uma tela para, só então, arriscar o passo seguinte. Eis que, então, uma pista se mostra: pesquisar é clinicar sob a prerrogativa de incidirmos em menor risco possível. Mas trataremos disso em outro momento.

Nesse sentido, compreendendo clínica não como o lugar de efetuação – não somente o espacial - mas como o processo em que se busca realizar o “fazer sentido”; o “dar passagem” e atribuir sentido. Aquele em “que os afetos *passem* às linguagens, que as linguagens *passem* aos corpos, que os corpos *passem* aos afetos, que cada um *dê passagem* aos demais e assim por diante” (FIGUEIREDO, L. C, 2003, p. 36 – itálico do autor).

Na medida do que me foi possível, tentei acompanhar o que havia sido sacudido, o que estava em suspensão e aquilo que ia se assentando e suplicando por *passagem*. Após cada uma finalizar seu relato suscitado pelo pedido feito de que nos contasse a sua experiência de violência sexual sofrida na infância, tentei me acercar do estado emocional delas, sobretudo daquela que havia acabado de narrar.

Então, à primeira delas, perguntei: - Como é contar sua experiência para nós? Abayomi respondeu:

- *Tá sendo bem confuso. Tá sendo confuso. Uma coisa é saber que essa temática existe. Outra coisa é verbalizar e trazer ela pro real. Não tá sendo fácil, não tá sendo bom, não tá sendo leve, mas eu fico pensando ao mesmo tempo de que é uma pesquisa que é necessária porque pode ajudar outras pessoas e eu não quero pensar que eu passei por isso em vão (choro)... tem que ter um propósito, tem que ter um motivo, tem que ter uma causa eu ter passado por isso... não quero pensar que foi em vão. (...) Só queria agradecer pelo espaço, pelas escutas de cada uma aqui. E que, eu sei que não é fácil falar, eu sei que também não é fácil ouvir e que toca em lugares que só a gente entende... E a gente escuta muito: - ah, não denunciou porque não quis. Não falou porque não quis. Por que só vem falar agora depois de tanto tempo? Só a gente sabe por que a gente fica em silêncio. Essas violências, elas não são só físicas. Elas nunca foram só físicas. Elas têm um peso no psicológico que é muito grande. E eu tô tentando entender que ele é que tava errado. Que eles que erraram comigo. Obrigada!*

Trazer para o real. Nas palavras de Abayomi, o que ela *deu passagem* foi: ao narrar, o vivido tornou *real*. Não que antes não o fosse, mas estava na esfera do não dito, do não confrontado e nem espelhado em composição com outras mulheres de experiências semelhantes. Com isso, algo parecia ter se movido.

Em se tornando *real*, diante dos desconfortos, ela buscava se assentar na esperança e no desejo de que sua experiência *não* tenha sido *em vão* e que, com sua participação conosco, possa *ajudar outras pessoas*.

Ela exprime uma máxima consensualizada socialmente que todas nós que já passamos por essa experiência, ouviu: - *Não denunciou porque não quis*. O vilipêndio a que essa afirmação tenta nos encurralar é da ordem da amputação de qualquer resquício de dignidade como se denunciar fosse somente da ordem da vontade.

As perguntas mais inquietantes com as quais já me deparei na vida foram as da intelectual feminista negra Audre Lorde (2019) em seu livro *Irmã Outsider*: - **“Quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio?”** (pp. 50-51).

Para quem aprendeu e acreditou no silêncio como modo de sobrevivência, como nossas colaboradoras e eu, essas perguntas fazem disparar o olhar de rastreio interno em busca do que se quer dizer, do que não tem nome e dos silêncios mortíferos.

Nessa direção, Abayomi sabe do peso que é suportar o seu silêncio. Só ela sabe o que é suportar em silêncio as *violências físicas e psicológicas*. Mas diante de tudo isso, ela segue

tentando entender que ele [o estuprador] é que tava errado. Que eles é que erraram com ela/ conosco. Ouvi-la encerrar sua fala assim, me deu ânimo, confiança e certeza, como ela, de que nada disso é em vão.

Pela tela, eu acompanhava as demais. Havia uma cumplicidade nos olhares, nas cabeças que balançavam seus sins. As lágrimas de algumas saltavam, por vezes, quase que sem alteração do semblante. Foi aí que fiz circular a palavra e foram muitos, mas muitos, mesmo, os aconchegos trocados, os pactos de cuidado firmados, os colos ofertados. E esse acarinhamento ocorreu com todas elas.

Cada uma, ao seu modo acercando Abayomi de afetos, fez com que eu ficasse comovida e lembrasse da *abota* – a experiência de mulheres negras no Continente Africano de se reunirem para se cuidar, cuidarem umas das outras, trocar produtos e fazer contribuições financeiras para que a quantia arrecadada circulasse alternadamente, entre elas, em tempos difíceis (REGIS, Mariana, 2020).

Naquele momento, eu suspirava e pensava, dizendo-me: atravessamos a primeira onda. Em meio a uma enxurrada de sentimentos eu lembrava que pouco ou nada eu sabia das entrâncias que aquele primeiro encontro me faria experienciar. Foi a primeira vez que compus uma roda, mesmo que virtual, só de Mulheres Negras para falarmos especificamente dessa temática.

Foi a primeira vez que presenciei e vivenciei uma roda exclusivamente composta de Mulheres Negras se cuidando e cuidando umas das outras. Percebi que, na escala piramidal social, somos as últimas a receber cuidados.

Sendo nós a maioria nas relações de trabalho precarizadas (RIBEIRO, Djamila, 2019), somos as que cuidamos das casas e das famílias de outras mulheres. Nossas crianças ficam nas creches, quando têm, e/ou com pessoas as quais não podemos pagar. Ao retornar a nossos lares, é hora de cuidar de nossas casas, maridos, filhos e, no dia seguinte, mais uma vez, madrugar.

E foi então que, umedecidas das intensidades vivenciadas naquela manhã, nos despedimos, mas os cuidados continuaram, ao longo da semana, pelo grupo de *WhatsApp*.

Na semana seguinte, quando da vez de Badu, após seu relato, respondeu sobre como se sentia ao compartilhar conosco sua experiência:

(...) ainda é um assunto que mobiliza muita energia de raiva, né... assim, ao mesmo tempo que fico emocionada (choro), eu sinto uma energia muito forte aqui (com as mãos na garganta ela faz movimentos as pontas dos dedos). Como se tivesse uns quinze quilos

de coisas pra falar. E tá aqui assim, abafado, né...eu sinto uma pressão muito grande nessa região e uma raiva. Apesar da emoção e do carinho que eu sinto de tá falando, de tá sendo ouvida por vocês, mas lá dentro eu sinto essa raiva e fico um pouco trêmula...uma raiva. Ao mesmo tempo eu me sinto muito agradecida por ter vocês aqui me ouvindo. É um momento muito especial. Muito especial...assim... é a primeira vez que eu falo sobre isso com semelhantes, entende? Isso é muito marcante. E com um sorriso no rosto, ao tempo em que fechava os olhos, colocou as duas mãos junto à altura do coração, afirmou: - *Não vou esquecer disso nunca!*

Embora tendo narrado sua experiência, Badu ainda sentia *os quinze quilos de coisas para falar pesando em sua garganta*. Existiam palavras que ela ainda não tinha (LORDE, Audre, 2019), *sufocando, pressionando* e produzindo *raiva*, fazendo-a tremer. Ao mesmo tempo, ela dava passagem ao conforto de ter sido *ouvida* por suas *semelhantes*. Além disso, passageou um sorriso. Ela assegurava: - *Não vou esquecer disso nunca!* Acredito que nenhuma de nós.

O sorriso de Badu foi o primeiro dos muitos sorrisos possíveis manifestados em meio a tantas dores relatadas. Quando eles surgiam aqui e ali, ao longo dos encontros, era feito brisa leve no rosto sob um sol de rachar e o grupo o acompanhava fazendo suavizar as trepidações emocionais geradas pelo dito e pelo escutado. A delicadeza, o cuidado, a gentileza e o aninhamento tornaram-se presentes e constantes.

No domingo seguinte, escutamos Aisha e Ade.

Aisha, para expressar como se sentia após sua partilha, nos disse:

É estranho (risos). *É um lugar que eu não ocupo tanto. Sinto que é um passo gigante* (ao afirmar isso, ela sorriu, fechou os olhos e balançou a cabeça várias vezes como que constatando e registrando em si, tal constatação). (...) *Ao mesmo tempo que eu tiro um peso das costas* (choro), *parece que eu vou estar no lugar daquela primeira partilha que a gente teve, da senhora de não sei quantos anos, mas que ela vai levar pro túmulo.... porque eu vou levar* (choro). *Não vai ser algo que eu vou resolver.* (ela ficou um tempo em silêncio) *É, é isso. Em luta. Em luta com o silenciamento.*

Aisha se sentia *estranha*. O seu modo de dar passagem ia na direção de reconhecer que esteve em *um lugar que não costuma ocupar*: o de *quebrar o silêncio*. Ouvi-la reconhecer o tamanho e a importância do *passo* que deu para estar conosco ocupando seu lugar na roda, falando sobre si diante de nós e constatando seu alívio em *tirar um peso das costas*, é mais que gratificante.

E embora ela se dê conta da importância de estar na roda, naquele momento, ela também se dava conta que diante de sua família, talvez, levasse o assunto para o *túmulo*. Ainda assim, celebrava por ter conseguido partilhar. Cabe somente a cada uma escolher o que fazer para que se reconstitua em dignidade e com integridade. Ela segue *em luta*. E nós também. Mas algo ali, também, se moveu. E por menor que pareça ser esse movimento, ainda assim ele exige reposicionamento, mesmo que interno. Se é possível realizá-lo, cada uma saberá. Ao que parece, ela bem sabe: continua *em luta*, apesar do *silenciamento*.

Ade naquela mesma manhã compartilhou conosco a sua experiência e respondeu como se sentia, dizendo:

Rapaz, é muito complicado porque são coisas que, tipo... não sei...foram coisas que foram acontecendo e eu não tive, né... e aí tem coisas que eu tento não me culpar, mas eu me culpo (durante o seu relato, foi a primeira vez que ela chorou e ficou em silêncio). (...) *E isso pra mim hoje é muito confuso, foram muitas coisas que foram acontecendo e parece que eu nem respirei, sabe...nesses momentos todinhos da minha vida. Desde os meus 15 pra cá foram acontecendo tanta coisa que eu não me sinto...num sei, não respirei. Foram tantas pequenas coisas que aconteceram na minha vida... não sei nem se é uma pequena coisa, mas eu vejo dessa forma, e é isso* (silêncio).

Para ela, tanto as experiências quanto o próprio narrar e mesmo, o dizer como se sentia após ter narrado, parecia confuso. Percebemos o desconforto dela e de todas as demais fizeram um movimento de aninhá-la com palavras de carinho e de incentivo, como:

- *Parabéns Ade, você é mais uma inspiração pra mim!*

- *Como é importante ver você falar sobre isso já nessa idade, Ade!* (Ela era uma das mais novas do grupo).

- *Esse grupo vem pra mostrar pra gente que não estamos sós. A gente tá aqui pra você, Ade!*

- *Agradeço muito por você ter compartilhado, Ade. Fico feliz em te ouvir e fazer parte dessa história!*

- *É importante a gente agora firmar os dois pezinhos no chão e perceber, se validar.*

A partir desse conforto proporcionado pelo grupo, Ade pôde ir mais fundo para dizer:

Assim, tem sido complicado chegar aqui, né. Acho que desde os 14 eu tenho depressão e na época e me cortava e tal (choro). E eu achava que não ia passar dos 15, né. (choro)...que teve uma tentativa de suicídio, já... mas, tamo aí!

Foi, então, que fiz uma intervenção: - Você pensa em suicídio hoje, Ade?

E ela respondeu:

Não. Não de me matar, mas é um processo de tudo que acontece, né, desde 2018. Em 2018 eu pensei bastante. Foi um ano muito desesperador, sabe. Mas esse ano eu tô mais... é... tô tentando lidar com isso, né. (...) Mas de me cortar, às vezes vem.

E continuei:

- Olhe, se isso vier novamente à sua cabeça: de se machucar, de fazer algo com você, contra você, a qualquer hora do dia ou da noite, chama a gente. Chama quem você se sentir mais à vontade porque, como já dissemos, você não está sozinha, Ade. Às vezes fica difícil dar vazão ao que está se sentindo, mas esse também pode ser um momento de você se conhecer melhor, de se reconhecer, de legitimar sofrimentos, de receber afetos e de possibilidade de sonhar outras realidades. Então, se você duvidar que vale a pena viver, chama a gente. Tá? Não fique sozinha. Não se sinta sozinha. E falar sobre isso, sobre a vontade de não existir e de pôr fim à vida, é muito importante. E só falando para que o assunto deixe de ser considerado tabu. Então, nisso você também não está só (ela balançava a cabeça afirmando que sim enquanto as lágrimas caíam). E não há nenhum problema em falar sobre isso. Tá, bem?

Entre muitas trocas de carinho do grupo com ela e dela com o grupo, ela encerrou dizendo: - *Tá bem, Lilian. Tá bem. Pode deixar que eu chamo sim. Eu agradeço muito por esse movimento, por essa roda (choro) e por ter tido esse lugar. É importante pra mim.* E, então, secou os olhos e silenciou.

O movimento de Ade propiciou que a maioria das outras colaboradoras compartilhassem também tanto suas incursões em depressões, como também ideação suicida, a automutilação, estratégias de cuidado e ali, mais fortemente ainda, eu vi uma rede de afetos e de suporte sendo tecida.

Cada uma ofertava o que lhe era possível disponibilizando sua companhia, amizade e atenção para além das rodas de conversa. E Ade, que havia iniciado a temática do suicídio, também ofertou colo e conforto às demais.

No grupo de *WhatsApp*, elas já vinham cuidando umas das outras, trocando mensagens, músicas, textos. Após esse momento, as trocas de afeto se intensificaram. Como havíamos acordado, reforcei a importância do processo terapêutico e disponibilizei atendimentos gratuitos ofertados por colegas profissionais para aquelas que não estavam em atendimento.

Finalizamos aquele encontro com muitos suspiros e durante a semana acompanhei mais de perto ainda cada uma. Não só no grupo, mas também individualmente. Escutando mais, quando necessário, trocando mensagens, lendo as escritas que, individualmente, algumas produziram conversando a respeito. Como pude, estive lá para elas.

A semana se passou até que chegou o dia da nossa última roda de conversa.

Mais uma vez, no domingo, lá estávamos nós para ouvirmos Meeça e Onira. Após o relato de Meeça, repeti a pergunta: - Como é contar sua experiência para nós? Ela, então, responde:

Então, eu não gosto de lembrar isso. Não gosto. Eu só queria esquecer. Fingia que não existia (choro). Como eu não falava pra ninguém, então ninguém ia saber. Eu ainda não sei dizer as marcas disso na minha vida. Pra mim, não existia. Mas de fato existiu. Aconteceu. (...) Hoje eu sei que é importante eu olhar pra tudo isso.

Meeça, em sua resposta sucinta assim como foi o seu relato, mas entre lágrimas, trazia o que a maioria trouxe: o *fingir que não existia*. Mesmo que ela ainda não consiga *dizer* sobre as *marcas* dessa violência em sua *vida*, naquele momento ela dava passagem à importância de *olhar* e ter olhado para o que aconteceu, de legitimar a experiência da violência sexual e do seu sofrimento e que o fazer de conta não dá conta. E assim como todas as demais colaboradoras, Meeça também foi ninada de várias maneiras! E só então, seguimos.

Depois dela, ouvimos Onira. Ao final de seu relato, repeti a questão: Como você se sente ao nos relatar? Ela estava bem emocionada. Nós também. E nos respondeu:

- É triste. Não em relação a vocês, mas é que eu não queria ter passado por isso. Não queria que nenhuma mulher tivesse passado por isso. Eu fico feliz por ter esse acolhimento, mas, ao mesmo tempo, triste por saber que essas coisas acontecem muitas e muitas vezes. Fazia muito tempo que eu não falo sobre isso pra ninguém. É

um assunto que eu tento evitar. Mexe num lugar meu que eu escondi, sabe? E que aparece nos meus sonhos. Eu tenho muito pesadelo e eu acabo urinando na cama, muitas vezes. Nos meus sonhos eu sinto muita coisa que ele poderia ter feito comigo.

Onira dá passagem a um desejo dela, mas que é também coletivo: não queríamos *ter passado por isso* e nem queríamos que nenhuma a mais chegasse a passar o mesmo. Nas suas palavras e nas da maioria de nós, o intensivo de ambíguos se presentifica: catar, criar palavras e palavrear o trauma, ou seja: “transformar o silêncio em linguagem” (LORDE, 2019) produz o mal-estar dos sentidos conflitantes.

Conflitante também é lidar com as dores e tristezas que o trauma leva a reviver, de olhar para aquilo que se buscou *esconder* e que se tenta *evitar*, mas, por outro lado, ficar bem por encontrar acolhimento.

Entre o vivido, o narrado e escutado, eu também ia dando *passagem*. Surfamos a última onda embebecidas das enxurradas de emoções. A cada encontro que finalizávamos aos domingos, meu corpo pedia repouso. Recolhimento. Descanso. Ninho.

O que faço com tudo isso? – pergunta-me sem resposta alguma. Mas seguíamos.

Enquanto escutava Onira e constatava que ela era última colaboradora a escutarmos, eu me sentia como que em pós-processo de curetagem física e emocional. E a “anestesia” era o *colo coletivo*, como elas mesmas disseram.

Acolhimento é o nome mais próximo que conseguimos chegar para dizer dos cuidados amorosos, que acompanhei em multiplicidade e reciprocidade, como também conseguir compartilhar a experiência com essas Mulheres incríveis.

Ao finalizarmos com Onira, o clima já era de despedida: - *Puxa, quando é que a gente vai se encontrar?* – disse uma delas. - *A gente precisa desse encontro de carne e osso!* – disse outra. - *A gente tem que marcar!* – convocou-nos, ainda, outra.

Havia um misto de emoções: alegria, sorrisos, olhos marejados, alívio. Foi quando uma delas disse: - *Nossa, como passou rápido. Um dia desses a gente fazia o primeiro contato.* Realmente, olhando para trás, parecia ter passado rápido. Contudo, ao acontecer de cada roda de conversa, três horas parecia um sem-fim.

Antes que nos despedíssemos, mais um momento tão importante quanto todo o caminho percorrido até ali, estava à nossa espera. Era chegada a hora: identifiquem-se ou não.

9.1 Um nome para si

*A esperança é o pilar do mundo.
Provérbio Africano*

Como dito em outra ocasião, no início, algumas mulheres manifestaram o desejo de serem identificadas como um ato político e por virem nesse trabalho, um espaço de amplificação de suas denúncias. – *Eu vou dizer que eu sou eu. Isso tudo não pode ser em vão.*
- Afirmou-me uma delas.

Essa discussão foi realizada no primeiro encontro, quando da apresentação e discussão dos documentos, dentre eles, o Termo de Autorização de Identificação, uma conquista junto ao Comitê de Ética pelo qual esta pesquisa está avalizada. Este é um posicionamento político nosso com vistas à autonomia de nossas colaboradoras, vozes silenciadas.

No entanto, no decorrer de nossos encontros e realizações das rodas de conversa, essa questão foi se tornando um tanto quanto mais delicada ainda e mais sensível, posto que, ao estarem frente a frente com a possibilidade de afirmarem publicamente que foram vitimadas pela violência sexual na infância perpetrada por homens, muitas outras possibilidades internas precisavam ser consideradas, cuidadas, manejadas e, sobretudo, salvaguardado o *quantum* de bem-estar possível.

Por terem escolhido não serem identificadas, dada a delicadeza da situação, o processo de automeação foi pensado a partir de uma decisão conjunta. Uma vez que nos posicionamos lado a lado com elas, nossas colaboradoras, então, que fossem elas também a decidirem o modo como gostariam de ser chamadas e, poderem, ao nos lerem posteriormente, ver a si mesmas no que escrevemos sobre elas e com elas.

Também por inspiração em Conceição Evaristo (2020), que ancestraliza vividamente o cuidado com nosso povo por meio de sua arte: a *escrevivência*. Com suas personagens que bem poderiam ser qualquer uma de nós, mulheres negras, fala daquilo que nos abre a sangue frio, que nos revira as vísceras, que nos arranca sangue.

Mas, também, nos avivece em nossos sonhos cotidianos, rotineiros, desde os mais básicos: direito à água potável, à moradia digna, a conta de luz paga, ao pão para o café da tarde. Uma mulher negra que adentra um conto de Conceição Evaristo para lê-lo, não sai ilesa.

A autora ancestraliza, pois, seus saberes e ensinamentos já hoje são considerados dispositivos transformativos abrindo vias de reinvenção existencial em nosso tempo.

Nessa direção, a partir do conto *Fios de Ouro*, de sua autoria, que compõe o livro *Histórias de leves enganos e parecenças*, propus a elas que escolhessem um nome para si.

O conto fala do pouco dito por Halima – menina tornada mercadoria - sobre sua travessia do Continente Africano para cá, Brasil; da experiência de *memória esgarçada*; e de *lugar de origem impreciso* a que suas e seus descendentes teriam de rejuntar para comporem suas *histórias de família*.

Conceição Evaristo (2017) conta que a menina, *com sua vasta cabeleira* trançada enfeitada por *pequenas conchinhas*, o que indicava sua condição púbere, foi embarcada para o Brasil em um navio negreiro. *Ao ser desembarcada, apesar de sua magreza foi logo posta à venda, mas, antes, sua cabeça foi raspada indicando sua nova condição: a de peça para ser vendida no comércio da escravidão* (pp. 49-50).

Conta que assim foi a vida dela, escravizada: *como brinquedo das crianças da casa-grande, como corpo para o trabalho, para o prazer e para a reprodução de novos corpos escravos, como mãe preta*.

Eis a inspiração: enquanto população negra, de tudo que historicamente perdemos, aliás, de tudo que nos foi historicamente arrancado, a memória é preciosidade irrestituível embora a realinhavemos ao nosso modo.

Ao raspar a cabeça da menina - lugar de guarnição de seu/nosso Ori, parte sagrada do corpo em que poucas pessoas têm autorização para tocar - toda uma memória lhe era arrancada. E mais, antes, já havia lhe arrancada de seus amores, de sua terra, de seu povo, de seus costumes.

Com os cabelos de Halima, muita coisa caía junto, inclusive, as histórias de suas e seus ancestrais, os nomes e sobrenomes de suas e seus antepassados que hoje herdamos um tanto de sem-nomes e sem-sobrenomes.

Se perguntarmos a alguma pessoa descendente de famílias europeias a qual delas pertence e de quais sobrenomes descendem, poucos não saberão a resposta. No nosso caso, pessoas negras, nenhuma e nenhum de nós saberá responder.

Dada nossa herdada *memória esgarçada*, apesar das recentes Leis de nº 10.639 de 2003 – que estabelece as diretrizes para inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" – e de nº 11.645 de 2008 – que, além de assegurar a anterior, estabelece também a inclusão da "História e Cultura Indígena" – e sendo nós um grupo de mulheres negras, talvez, sugerir uma lista com nomes africanos, fizesse algum sentido.

Ao fazê-lo, todas elas, sem exceção e sorridentes, sentiram que haviam sido contempladas. – *Que massa! Gostei, oh!* – Disse uma delas em relação à ideia. Outra afirmou que *já paquerava com um nome desses*, fazia tempo. Outra disse ainda que, por seu processo iniciático em seu Ilê, havia recebido um o qual usava como nome artístico.

Uma lista composta só por nomes africanos e seus significados foi passada. Elas, de seu lado, também trataram de buscar outros e em outras fontes. E, afinal, escolheram.

Cada uma falou do nome escolhido:

*Escolhi **Meeca**, que significa **será forte e valente**. Não é como eu me sinto muito ainda, mas era isso que eu me dizia: seja forte. Isso vai passar.*

*Escolhi **Badu**, que significa **poderosa**. Pra mim, esse nome vibrou forte porque eu percebo que isso tudo que aconteceu comigo no passado mexeu muito com a minha autoconfiança. Muito. E até hoje é uma luta diária de eu me reconhecer no lugar de uma mulher que tem poder, que tem força, que pode fazer. Então ele caiu como uma luva pra esse momento. (...) E aí resolvi assumir o nome Badu (em risos) que ao mesmo tempo **me conforta e fortalece isso que eu preciso**.*

*Eu escolhi **Onira**, que é uma qualidade de Iansã com Oxum que são duas yabás e são minhas mães, que cuidam do meu Ori. Eu escolhi esse nome porque eu sou ventania, sou tempestade, sou borboleta, sou búfala, sou rio, sou peixe e tudo isso me traz a energia dessas duas yabás. Aliás, eu não escolhi. Esse nome que me escolheu (risos).*

*Escolhi **Abayomi** e o significado dele é **trazer paz, trazer alegria** e acho que tem muito a ver comigo. Tem muito a ver com a persona que eu criei. Eu vi outros que tavam relacionados com tristeza, pensativa, reservada e não queria isso, sabe? Eu lutei tanto esses anos pra manter essa alegria que acho que agora eu não poderia ir por outro caminho.*

*Escolhi **Aisha** – **ela é vida**, por eu ser muito cética e eu vejo na vida, na simplicidade da vida um simbolismo muito forte e não em algo sobrenatural. Eu não consigo acessar esse lugar do Axé, por mais que eu quisesse muito. E acho que na vida eu consigo acessar isso.*

Ade, apesar de avisar e haver lamentado, não pôde estar presente em nossa última roda de conversa, motivo pelo qual nos falamos via telefone sobre sua decisão por não ser identificada e o nome que escolheu.

- Ade quer dizer homem afeminado ou homem com trejeitos afeminados. Mirei o olho nesse nome e amei. Me identifiquei com ele. Não foi eu que escolhi, ele que me escolheu. - Disse-me com alegria.

Sobre não ser identificada, disse *ainda* [ser] *tudo muito confuso para ela*.

Meeça, pensativa, ao tempo que alternava seu olhar entre o extremo superior e outro, constava para nós e para si mesma:

Eu não me sinto à vontade...isso é uma boa pergunta. Vejo muito pelo lado de eu não querer enxergar isso em mim, de ver meu nome ali e de ver que aquilo aconteceu mesmo comigo. É algo que eu sempre tento esquecer e apagar...Tornar mais concreto.

Badu, emocionada, aqui e ali sorria. Afirmava com certa convicção enquanto fechava sua mão direita e a fazia assentar no encontro com a mão esquerda:

*No começo eu pensei: eu vou botar meu nome! Super! Claro! Eu vou fazer diferente. E no transcorrer eu fui acessando uma fragilidade que diz respeito à exposição. Eu percebo que eu não tenho coragem de expor isso. No caso, pra minha família, sabe? Eu passei por uma **exposição** por conta de um abuso que sofri do meu pai, mais velha já, e foi muito difícil pra mim todo esse processo. E só de pensar na possibilidade de passar por isso de novo, mesmo achando difícil eles acessarem esse material [a dissertação], eu me assombro.*

Onira, a menina que não se calou, a que é menina de Iansã e Oxum deu de ombro se perguntando:

- Será que tem jeito? **A minha família**, pô; a minha família, a não ser minha mãe, não acreditou em mim. **Ainda bem que eu sempre tive a Espiritualidade comigo. Ainda bem que minha mãe fechou comigo! Ela fechou comigo.**

Abayomi, que é alegre, que é brincalhona, que ri com facilidade, com semblante visivelmente entristecido, assegurava:

*Eu tinha pensado: eu vou dar meu nome, vou bater de frente, eu vou contar minha história, né? Mas quando a gente começou os trabalhos, quando eu comecei a acessar a situação... porque, assim, o local onde eu vivi isso, a pessoa com quem aconteceu isso, é tudo aqui de perto de casa. Então seria muita **exposição** pra mim, falar e... Pensei muito em quem está a minha volta porque **infelizmente a gente***

acaba querendo não dar trabalho, querendo carregar isso só. E aí eu fiquei: - bicho, se eu falar vão saber que aconteceu comigo e vão saber quem foi e tem minha família e aí eu não tenho coragem. E isso me dói. Isso é uma frustração. É uma frustração porque eu queria falar. E nada que a gente viveu aqui, do que a gente falou aqui das nossas histórias, foi em vão. Não pode ter sido em vão.

Aisha, que já no início de nossos encontros anunciava sua constatação de que não iria mexer com isso, pelo menos publicamente, afirmou:

Eu escolhi não colocar meu nome por questões de família, também. Não me sinto confortável ainda. Acho que ainda não é o momento pra mim, de trazer isso pra minha família.

Por diferentes motivações: medo do julgamento das pessoas; medo de ser desacreditada; medo do violentador; medo da exposição; vergonha; por ainda lhe ser confuso; por querer esquecer; por evitar concluir que de fato aconteceu; entre outras; como já apresentadas nos altiplanos anteriores.

Acolhemos com reverência, carinho e honradez a decisão de cada uma!

Pergunto-me: de fato, seria por falta de coragem? **Seria por uma coragem faltante à Guiné, Benguê, Abayomi, Adê, Onira, Badu, Meeça e Aisha que elas recorrem a não identificação? Aliás, que nada mais lhe resta, a não ser o silêncio?**

A escolha por chegarem a essa pesquisa e de permanecerem do início ao fim, seria sinal de falta de coragem?

Como vimos, por muitas práticas sociais de deslegitimação, de julgamento, de incredibilidade, de culpabilização, de responsabilização e, até, de punição, elas optaram por não se identificarem. Mas, menos por falta de desejo. Elas sabem os que lhe esperam.

Nessa direção, foi importante manejar a possibilidade de identificação, pois que, ao impormos o sigilo irreflexivamente, podemos produzir uma mordada a mais em realidades já tão desumanizadoras. Com isto, abrimos para a invenção de nomearem a si mesmas.

De algum modo, ao escolherem os nomes para dizerem de si e ao discorrerem com alegria e esperança sobre seus significados, um *quantum* deles era levado com elas e mesmo, reavivavam em algumas delas, as alegrias possíveis e mesmo o desejo por transformação como a exemplo de Badu quando diz que o nome a *conforta* e lhe *fortalece no que precisa*; quando Meeça diz que o significado do nome que escolheu, apesar de *ainda não* ser, de veras, como ela se *sente*, ele o relembra de como ela conseguia cuidar de si diante da violência sexual.

Ademais, quando Onira e Ade, ao expressam que se sentirem como que escolhidas por seus nomes e não o contrário, diziam, também, da potência de tornarem o olhar para si e se sentirem ditas por meio deles. Assim como, quando Abayomi disse do desejo de manter acesa a chama da *alegria* da qual não quer abrir mão.

E ainda, quando Aisha escolhe a *vida* e seu *simbolismo* para dizer da sua própria que tenta dia após dia, apesar dos silêncios, reconstruir.

Chegamos em um ponto a partir do qual compreendemos que nomearem a si mesmas, para elas, pode ter sido um *quantum* de nutrição mais potente que mesmo o ato de se identificarem pelo re-tecimento de significações a que os nomes podem levá-las a vislumbrarem.

9.2 Cuidando das meninas – circulando afetos

O amor é o que o amor faz.
(bell hooks, 2020, p.72).

Após esse momento, íamos realmente nos dando conta da proximidade do término de nossa última roda de conversa. Uma delas disse: - *Nem acredito que hoje é o último dia.* Outra: - *Como passou rápido. A gente precisa marcar nosso encontro pessoalmente.*

Então, propus uma atividade para ensaiarmos um fechamento. Cada uma havia expressado ter registrado, ao longo de sua vida, uma imagem de si mesma enquanto criança que guardava *muitas dores*, que era *tristonha, calada, desconfiada, sem espontaneidade*, entre outros, e que, apesar de saberem que precisavam de cuidados, não sabiam como lidar com elas.

Perguntei, então, o que achavam de encerrarmos com uma atividade voltada para suas crianças. Esta foi uma ideia-lembrança de quando, em 2007, ao ler *Volta ao Lar – como resgatar e defender sua criança interior*, de John Bradshaw (1993), também entrei em contato com a imagem que guardei de meu desamparo na infância e, na ocasião, escrevi para minha menina.

Ao concordarem, pedi para que fechassem os olhos em busca do contato com a imagem de suas meninas. E que, ao entrarem em contato, observassem como elas estavam, como aparentava se sentir. Após uns cinco ou dez minutos, cada uma havia resgatado a imagem. Algumas até a descreveram. Pedi que cada uma escrevesse um bilhete para sua criança expressando o que se sentisse à vontade, sem censura.

Quando cada uma terminou seu bilhete, dada a confiança tecida ao longo dos encontros, pedi para que os redigissem no *chat* e propus fazer um sorteio para vermos quem seria a primeira a ouvir. No entanto, uma pessoa deveria se autoindicar como voluntária para, então, darmos início.

Foi quando Meeça se autoindicou e, feito o sorteio, Aisha seria a primeira a ouvir. Pedi que ela fechasse os olhos enquanto ouvia o que estava escrito em seu bilhete. E ela, de olhos fechados, ficou a escutar sua própria mensagem na voz outra pessoa:

Aisha, te abraço, te escuto, te olho. Te dou atenção. Eu estou aqui e sei o que aconteceu. Sinto o que tu sentiu. Hoje estou aqui pra fazer o que você quiser. Que possamos ser leves. Que você possa ser criança e brincar sem fim, mas ao descansar, velarei teu sono. Te dou acalanto. Me dou acalanto.

Ao terminar de ouvir, com lágrimas nos olhos, Aisha disse: - *É um abraço quentinho. Acho que era o que eu esperava.*

Após uns suspiros coletivos e feito sorteio novamente, foi a vez de Badu que, de olhos cerrados, ouviu de Aisha:

Badu, sinto dificuldade de falar com você. Não dificuldade de falar contigo, mas dificuldade de mandar uma mensagem de direcionamento, um acolhimento, uma mensagem de fortalecimento. Em breve, chegarei.

Ao abrir os olhos, Badu percebeu: - *Interessante que agora eu me sinto no lugar da criança que eu tava olhando e a sensação é do mesmo isolamento na dor que eu vivi. E confiante, ela dizia: - Vai chegar o momento de eu ficar mais pertinho e cuidar melhor dela, eu sei. Eu não sabia que eu me sentia distante dela.*

Na sequência, foi a vez de Onira que, tomando respirações profundas e de olhos fechados, ouviu de Badu:

Onira, quero te agradecer pela tua coragem e força. E as sementes que você plantou lá atrás estão se tornando uma linda árvore.

Ao abrir os olhos cheios de lágrimas, Onira dizia: - *Eu acho que tô cuidando dessa árvore, regando, podendo. Essa árvore me representa, sabe? Eu cuido do meu jeito (choro e risos), mas eu cuido. E agora, eu leio pra quem? – Perguntou.*

Na tela, semblantes suaves, serenos, suspiros e certa leveza. Abayomi, logo ao ser citada, já tratou de fechar os olhos enquanto aguardava pela voz de Onira:

Abayomi me desculpa por não ter cuidado de você e por não deixar tu confiar nas pessoas. Eu cresci e te digo que nunca te esqueci. Te trago em mim com dores e sabores sem esquecer do quanto você sofreu para eu chegar até aqui.

Abayomi, ao tempo que sorria e franzia a testa, dizia: - *É estranho. É estranho eu ouvir. É estranho ser acolhida e aconchegada hoje, depois de tanto tempo. Pra mim, é mexer na criança que eu só consigo olhar pra ela agora, mas que eu nunca esqueci dela. Nunca esqueci.*

De suspiros em suspiros, seguíamos e, após mais um, Abayomi leu para Meeça que, como as demais, de olhos fechados, escutava:

Meeça, você com esse tamainho, infelizmente não tem o poder de intervir nisso. Você quer proteger sua mãe, mas Deus vai tirar você dessa situação. Deus vai proteger sua mãe, sua única companheira. Você e sua família não merece essa maldade. Seja forte!

Meeça, entre surpresa e satisfeita, dizia: - *É estranho, mas ao mesmo tempo traz um acolhimento de que tem uma pessoa que sabe. Na época, ninguém sabia e agora tem gente que sabe e que me apoia, me acolhe.*

Cada palavra delas dita a si mesmas pela voz de uma outra pessoa, ressoava e se assentava em mim como um manto de cuidado com aquela menina-imagem que eu também guardei por tanto tempo dentro de mim. Ao escutá-las, eu escutava a mim mesma e foi suaviza-dor. Assim mesmo. Muitas dores foram suavizadas em companhia delas.

E então encerrávamos aquele que seria o último encontro remoto de nossa última roda de conversa para falarmos de nossas experiências de dor.

Tomei a palavra para dizer de minha gratidão e honradez às presenças, existências e caminho de cada uma! Qualquer palavra, desde a mais simples até a mais rebuscada, perde-se na imensidão do que vivemos juntas.

Para irmos nos reconduzindo, fui alinhavando constatações. Não foi fácil chegar até onde chegamos. Nem foi fácil fazermo-nos, reciprocamente, chegar ao modo como chegamos. Pelo caminho, qualquer uma de nós poderia ter ficado, ter evitado continuar, ter desistido. Mas seguimos e foi um ato de coragem! Emocionada, muito emocionada, agradei a cada

uma, a cada história, cada dor revivida e compartilhada e aos sonhos por transformações comungados.

Abayomi, uma escritora-poetisa talentosa, foi costurando o que cada uma foi deixando em forma de frase e com a participação de todas, compusemos a poesia:

O Meu lugar na Ciranda!
O tempo passou e você não saiu daqui,
Porém consegui encontrar meu lugar
Fico feliz em estar aqui
Aqui me sinto acolhida
Me sinto protegida e quero acolher
Me reconheci em cada uma
Descobri irmãs para a vida
Com crianças parecidas com a minha
Encontrei o meu lugar
Habitando em ambientes dolorosos
De mãos dadas, fazendo uma ciranda.

Finalmente, após lida essa poesia por uma de nós e conforme cada uma foi dizendo, mais uma vez, como estava e se sentia, íamos nos despedindo umas das outras e de nosso último encontro virtual de nossas rodas de conversa.

Cada uma delas foi deixando a sala e eu fui ficando, acompanhando cada saída. Quando restei sozinha, fui recolher as trocas de mensagem no *Chat*. Mais uma vez, constatei o acarinhamento entre si. Então, salvei meus escritos, encerrei a sala e, de novo, fiz minhas anotações em meu diário de bordo.

As lágrimas já caíam nele e borravam o que havia registrado!

Essa é a imagem que guardo dessa experiência que se torna texto e me/ nos traz Conceição Evaristo (2020) a nos ensinar que, com nossa *escrita*, podemos *borrar* e desfazer a “imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão” controlada (p. 30).

Este texto tenta condensar tempo, espaço e experiência em palavras e, apesar de não comportá-los, com ele, borramos a imagem de indignidade! Borramos a imagem da desumanidade!

Depois daquele encerramento, precisei de um resguardo. Descansei durante um mês, por prescrição de minha orientadora que me dizia: - *Largue isso por um tempo. Descanse. Vá fazer outras coisas!* Assim o fiz, embora aqui e ali as imagens, os rostos, os relatos me inundassem de emoções e lembranças. Não deixei de acompanhá-las pelo *WhatsApp*. No começo de agosto, após meu aniversário, retomei as gravações, escritos, diário e de bordo e me pus a transcrever, escrever, ler e produzir esse trabalho.

Como dito na poesia, o tempo realmente passou, mas as marcas permanecem, como disseram, também, nossas mais velhas, Guiné e Benguê na abertura desta escrita. Uma, ao relatar por telefone, disse se sentir como que tirando *um saco de cimento das minhas costas*. A outra, por jamais tê-lo dito *nem ao padre*, também se dizia aliviada.

Vemos que essas violências nos obrigam a engolir, caladas, anos a fio de sofrimentos e afastam para bem longe as experiências de amor individual, familiar e social. E eis que chegamos ao nosso último objetivo específico: *Delinear o lugar da mulher negra na sociedade e as formas de violência a elas dirigidas - especificamente a violência sexual, historicamente constituídas e legitimadas*. Trouxemo-lo para esse momento, propositalmente.

Pelo que apresentamos até aqui, não precisamos ir longe para falarmos de que lugar social nos é reservado. Poderíamos falar de nós, mulheres negras adultas, mas ao chegarmos a essa fase da vida, teremos acumulado toda a bagagem de dor aqui descrita.

Portanto, o modo como a sociedade trata a nós mulheres, e secular e especificamente a nós negras, é uma prática de manutenção do modo indignificante com que nossas crianças são tratadas e as violências contra ela/ nós, perpetradas. O que dizer de uma sociedade que pune suas vítimas por denunciarem as opressões? O que dizer de uma sociedade que exige que gritos de dor sejam abafados sob pena de uma reincidência traumática?

Repito a pergunta: Seria por falta de coragem a não identificação de Guiné, Abayomi, Benguê, Onira, Aisha, Ade, Badu e Meeça?

Com base nessa pesquisa, dos lugares sociais que podemos delinear, nenhum deles é de cuidado mínimo. Ao contrário, é de desamparo. O que ouvimos de nossas colaboradas sobre suas infâncias? Que desamparos continuam a experienciar, ainda adultas? Em que espaços o amor-cuidado está presente?

O crime de estupro de vulnerável, por exemplo, é prescritível, embora a Lei 12.650, de 17 de maio de 2012, conhecida como Lei Joana Maranhão, tenha alterado o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal. Observemos: mais de setenta anos para uma alteração de lei e, ainda assim, é mantida uma prescritibilidade de 20 anos. Na prática,

significa que se Guiné e Benguê decidissem hoje denunciar seus violentadores, já não o poderiam, assim como não pude há alguns anos.

Nos perguntamos: É permitido que nós, grupos subalternizados, falemos (SPIVAK, 2020)? Ou há uma máscara construída socialmente, como a que cerrou a boca da escravizada Anastácia (KILOMBA, 2019)? Portanto, esse tem sido o lugar a nós destinado: o lugar do não-amor e, por que não dizer, o lugar do ódio.

Para bell hooks, o amor não é apenas um sentimento, mas, antes, uma postura ética pela potencialização da vida. Como mulheres negras, desde muito cedo, aprendemos que o amor em forma de cuidado não é para nós. *O amor é ação*, diz a autora, é aquilo que ele faz (2020, p. 55). Nessas rodas, a princípio pensadas para serem de conversa, pudemos experienciá-la ao modo de uma *abota*.

Esse é um termo usado em Guiné Bissau para as práticas associativas de mulheres. Segundo o Dicionário *on-line*, *abota* é nome feminino que significa subscrição, peditório, cotização. Do crioulo guineense, *abota*; do *uolof mbootay*, associação. Assim, o termo pode significar tanto a **ação de cotizar** quanto a **atividade de associação**.

Inventamos lugares outros, diferentes daqueles que socialmente nos destinam, e naqueles – uma *abota* ou um quilombo virtual - cotizamos, compartilhamos e comungamos afetos, acolhimento, desejos, choros, risos, dores, esperanças, temores, carinho, tremores, colos e tudo o quanto não é possível dar nome. Cotizamos, ainda, essa escrita que não é só minha nem só delas. É por nós, uma escrita de nós.

Para Deleuze e Guattari (1996), é pelas **linhas de fuga** que inauguramos novos modos existenciais; no entanto, como visto, sonhamos com não termos de fugir para vivermos nossa dignidade e humanidade, assim como foi para nossas e nossos antepassados durante a formação de quilombos e, ainda assim, foram perseguidas/os/es e mortas/os/es.

Em se tratando de uma pesquisa que extrapolou bordas – rodas mediadas por telas – e que pelo momento pandêmico exigiu que sua realização se desse de modo remoto, tornou-se imperativa a criação e utilização de um grupo em rede social como meio de produzir uma ambiência, mesmo que virtual. Por meio dele, também foi possível cotizarmos afetos.

No entanto, *WhatsApp* é um aplicativo desbordado. Não há, *a priori*, horário de funcionamento nem cogitamos instituí-lo, uma vez que nos disponibilizamos para estarmos ao alcance de uma ligação em caso de necessidade. Não cheguei a receber nenhuma ligação no que poderíamos chamar “fora de hora” ou intercorrência no intervalo entre uma roda de conversa e outra.

Mesmo assim, se por um lado o grupo de *WhatsApp* produziu uma ambiência, por outro exigiu um tempo a mais de dedicação, de preocupação e de estado de alerta aos mínimos sinais de sofrimento. Sofri junto. Precisei ora estar mais próxima, ora me afastar, o que, na maioria do tempo, não foi possível, pois, mesmo criando intervalos de acesso às mensagens, os conteúdos das rodas de conversa me rondavam e se faziam presentes em minhas atividades cotidianas. E assim como estava atenta a elas, estive atenta a mim contando, inclusive, não só com acompanhamento psicoterápico, como com uma forte rede de apoio. E mais, assim como há limite da pesquisa e da clínica nos manejos do que foi suscitado, há também o meu limite como pessoa e como pesquisadora.

Ao ficar deparar-me com as experiências dilacerantes de nossas colaboradoras e as ditas limitações – da pesquisa, clínica e minhas – precisei tomar muitos fôlegos e reconhecer a ambígua grandiosidade que este pequeno trabalho pode ofertar frente ao histórico estado de coisas que sonhamos transformar, mas que não será hoje. **Afinal, o que pode uma pesquisa? O que ela faz suscitar e operar, não só em nossa área, mas socialmente, e que de modo direto incide na produção de realidades mais dignas? A quem interessa não olhar para as realidades aqui explicitadas?**

10 VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA DE MENINAS NEGRAS - UMA ESCREVIVÊNCIA DE NÓS

Historicamente, fomos/somos submetidas a sucessivas e diversas experiências compartilhadas de dor e opressões, dada a afixação de nossas identidades a lugares subalternizados. Por isso, comecei a introdução deste trabalho passando um pouco por minha história de vida, na medida em que se trata de um estudo implicado e de uma tentativa de deslocamento e desvinculação desses lugares.

Gayatri Spivak (2010) indaga em sua obra: *Pode o subalterno falar?* A autora profere, de forma crítica, que não o podemos e explica que não, “não há valor algum atribuído à mulher-negra pobre”. Dizemos que nem à mulher-negra rica, como comentado anteriormente na experiência de Taís Araújo. Mesmo não sendo “autorizadas” a falarmos (SPIVAK, p. 67), falamos. Quem legitima o que falamos? A quem convém nos ouvir?

Neste mesmo sentido, o de questionar lugares sociais, Sueli Carneiro (2003) nos instiga a pensarmos e nos posicionarmos politicamente:

(...) quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis (p. 51).

Nem como frágeis são vistas nossas meninas. Como vimos na experiência de Guiné – nossa colaboradora - além das violências sexuais sofridas pelo *homem da casa* onde foi trabalhar quando ainda menina, *tudo da casa* era com ela: *lavar, passar, varrer, limpar*.

Essa não fragilidade, Sojourner Truth (*apud* RIBEIRO, 2019) manifestou em seu discurso *E não sou uma mulher?*, durante o movimento sufragista na primeira metade do séc. XIX, tal como denunciado por Sueli Carneiro:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar. E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para os meus braços! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas!

E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?

A autora denuncia a necessidade de se fazer um movimento anterior à reivindicação do direito ao voto e ao trabalho, qual seja, o de reconhecer que *mulher* não é uma categoria universal e que demanda por especificidades compreensivas, caso desejemos efetivar transformações das desigualdades sociais. Confluindo com essa compreensão, Djamila Ribeiro (2019) afirma que mulheres brancas e negras experienciam a sociedade de lugares diferentes.

Em se tratando da violência sexual e racial, assim como dessas diferenças de experiências entre mulheres brancas e negras, e de outros grupos subalternizados, os trabalhos por nós analisados no estado arte, embora não tenham tratado da violência sexual na infância e, em certa medida, não tenham considerado o quesito raça/cor em seus resultados, apresentam importantes contribuições que complementam e dialogam com o que produzimos.

Reunimos e abordaremos sucintamente, dos sete trabalhos analisados, cinco deles: a) a **mulher cis ou trans** são as maiores vítimas de violência sexual e muitas vezes são violentadas por seus próprios parceiros; b) **a maioria dos crimes são perpetrados por homens cis-hetero**; c) há uma **intangibilidade dos impactos físicos e psicológicos da violência sexual** para as pessoas vitimadas; d) a violência sexual se dá **tanto em atos quanto em discurso**; e) a **dificuldade das mulheres em denunciar e a manutenção da experiência traumática em “segredo”**; f) a violência sexual é ainda **menos comunicada** quando acontece **na relação conjugal**; g) a **necessidade de atenção política, social e econômica para a temática para que transformações aconteçam** (KATAGUIRI, 2017; TAMBORIL, 2017; CAPUTO, 2018; CHAGAS, 2014; OLIVEIRA, 2018).

Dentre essas contribuições, enfatizamos que, exceto a alínea *f*), todas as demais mantêm diálogo com o nosso trabalho, mesmo que aqueles tenham versado sobre mulheres e não sobre crianças. Contudo, a essas acrescentamos as nossas.

Como acompanhado, em todos os relatos de nossas colaboradoras, **os crimes foram perpetrados por homens, adultos, parentes ou amigos e de confiança da família**, sendo as **meninas negras** as pessoas **mais vitimadas por tais crimes**, quando realizamos uma análise racial dessa violência. Além disso, esse crime – o **sexual** –, quando contra meninas negras, é compreendido como articulado com outros dois: **o colonial e o social**, sendo difícil o delineamento dos **impactos - físicos, psicológicos e sociais-**, muito **embora existentes**, diante da experiência traumática, bem como dessa tripla articulação.

Ademais, tais impactos contribuem para inacessos aos cuidados devidos na mesma medida - *físicos, psicológicos e sociais* – e, ainda, para o silenciamento das pessoas vitimadas. De todas as experiências relatadas por nossas colaboradoras, nenhuma chegou a ser denunciada formalmente e judicializada. Isso mais diz de uma sociedade que produz sujeitos violentadores, da manutenção das convenções sociais opressoras estabelecidas e do desinvestimento em proteção e da culpabilização de nossas crianças por atos de pessoas adultas; e menos, muito menos, das **mulheres** que, por um resguardo social, **precisam proteger-se sozinhas**.

Quanto à *necessidade de atenção política, social e econômica*, em se tratando de poder público, acrescentamos a importância da **articulação dessas atenções entre si**, bem como ações mais diretas de **atenção e proteção à infância**, por exemplo, fazendo valer direitos preconizados no ECA. E, ainda, a importância de instituir como ação preventiva, a **educação sexual na infância** como modo de **instrumentalizar a criança** para que, dentre outras precauções, ela consiga reportar às pessoas adultas de sua confiança, aquilo que ela **distinguir entre afeto e “invasão” de seu corpo**, como relataram nossas colaboradoras.

Quanto à nossa área – as ciências psicológicas - e em nossa instituição, sugerimos a criação de **especialização em relações étnico-raciais transdisciplinar: educação, psicologia, direito e saúde** buscando garantir que nossas/es/os **pacientes não sejam (re)vitimadas/es/os em nosso fazer clínico**. E mais, que esse **olhar sistêmico, estrutural e interseccional das violências**, seja trabalhado ainda na **graduação**.

Sugerimos, também, a realização de **atendimentos em grupos na Clínica-Escola** e a utilização de **rodas de conversa como dispositivo clínico** no cuidado a mulheres vítimas de violência sexual.

E, ainda, em futuro próximo, a **implantação de uma Clínica-Escola itinerante** que leve às comunidades os serviços psicológicos **ofertados gratuitamente, mas, ainda assim, inacessíveis do ponto de vista de quem não dispõe financeiramente para se deslocar**, compreendendo essas ações como autorresponsabilidade no processo de transformar a realidade que nos circunda.

Retomando as cinco produções citadas, importa-nos relacionar as metodologias utilizadas: nas realizações das pesquisas: Lidieine Kataguirí (2017) usou como metodologia a **estatística descritiva, cálculos das taxas incidência de violência sexual e razão de sexo e coeficiente de correlação de Spearman** para descrever o perfil epidemiológico dos casos de violência sexual notificados em Minas Gerais, no ano de 2016.

Já Bruna Tamboril (2017), realizou **pesquisa-intervenção** e coleta de dados março a outubro de 2016 mediante **entrevista semiestruturada** cujos dados foram analisados a partir da técnica de **análise de conteúdo** e discutindo-os à luz da **representação social**.

Luciana Chagas (2014) utilizou a **metapsicologia** para investigar em estudos teóricos a violência sexual e o conceito de segredo em **Freud** e **Lacan**. Juliana de Oliveira (2018), também, utilizou a **pesquisa-intervenção** realizando entrevistas individuais tanto com perpetradores de violência contra mulheres como com a equipe profissional analisando-as a partir do **modelo bioecológico** e da literatura de gênero. E Ubirajara Caputo (2018) empreendeu uma pesquisa de caráter **quanti-quali** à luz do conceito de humilhação social.

Como podemos observar, a nossa produção científica fundamentalmente se baseia em modelos eurocentrados criados por homens, como denunciam as intelectuais feministas negras e, embora enfrentando as “interpretações dos homens brancos sobre o mundo”, estas seguem tendo suas produções subjugadas (COLLINS, 2020). Ainda assim, assentamo-nos na decolonialidade como possibilidade epistêmica de produção de saberes ancorando-nos em Conceição Evaristo e Frantz Fanon.

Importante ressaltar que, das **cinco autorias, quatro são mulheres** e as pesquisas foram realizadas: duas em **Minas Gerais** – Leidiane Kataguirí e Juliana de Oliveira; duas em **São Paulo** – Ubirajara Caputo e Luciana Chagas e; uma no **Ceará** – Bruna Tamboril. Também vale questionarmos: a que gênero interessa a realização de pesquisas sobre essa temática? Em quem essa temática gera inquietação? A quem interessa a mudança dessa realidade? Em que região há mais incidência dessas produções e da ciência comprometida com a realidade social?

Como vimos, por vias de fazermos ver-ler-ouvir-sentir neste trabalho, em direção aos corpos negros confluem historicamente opressões diversas, desde a infância. No caso das mulheres negras, há ainda uma luta contínua por reconhecimento e por acessos aos direitos universalmente propostos como garantias humanamente inalienáveis, mas impedidos interseccional e estruturalmente.

Já aos corpos femininos infantis negros, como foi o caso da composição de nossas rodas de conversa com nossas colaboradoras, alardeamos: essas violências diversas, articuladas às sexuais, ocorrem desde a mais tenra idade e muitas vezes são deslegitimadas, o que faz incorrer em mais violências.

Posto que **a palavra, por si, não sustenta um ato político e antirracista decolonial, pois que é preciso performar ações**, e para **não termos de nos cuidarmos sozinhas**, produzimos antes, durante e depois da pesquisa um espaço de chegada e de conforto no qual

podemos ir alimentando as rodas de fogo com narrativas-lenhas fazendo acontecer uma combustão inquisitória de desfazimentos de memórias de dor, a partir de um pacto de confiança selado.

Um dos “princípios”-verves na cartografia é acompanhar processos (SOUZA; FRANCISCO, 2017), e isto só é possível quando permanecemos atentas aos movimentos de quem e do que estamos a acompanhar, bem como o de nós mesmas mantendo como fio condutor relacional o compromisso ético de não (re)vitimizarmos umas às outras. E, ao contrário, fazermo-nos redes – como as nordestinas nas quais nos deitamos – para sermos colo e amparo que nutre e potencializa existências. Assim, é do entrelaçamento desses movimentos que a invenção (FANON, 1952; 2008) de si e de outras realidades pode ser produzida e vivida.

A herança colonial – leia-se o Estado a defender os interesses econômicos de determinados grupos – continua a inscrever tanto coletiva quanto individualmente a maneira como o nosso “corpo negro deve ser tratado” (DAVIS, Angela, 2016, p. 26).

Sendo que nós não acessamos os direitos que asseguram nossas humanidades, estamos cada vez mais expostas às vulnerabilidades diversas e mais próximas da linha de morte para a qual “a política da raça” segue engendrada e quando não mata deixa morrer (MBEMBE, 2016, p. 128).

Segundo o Atlas da Violência (2018), as categorias de “gênero” e “raça” estão diretamente relacionadas com os homicídios de mulheres no Brasil. Ao desagregar a população feminina pelo marcador raça/cor, a taxa de homicídios é 71% maior entre as mulheres negras.

Com isso, somos maioria nos baixos salários. Somos a maioria das trabalhadoras dos serviços domésticos. Somos maioria das vítimas nas violências domésticas. Na contramão, somos minoria no acesso aos Direitos Universais: alimentação, saúde, educação, moradia, bem-estar, vida digna. Morremos de morte matada todos os dias (RIBEIRO, 2019).

Assim, encontramos na pergunta de Gayatri Spivak uma brecha para a constante inquietação: como ocuparmos com nossas identidades marginalizadas, dentre outros espaços, o acadêmico embranquecido em seu saber?

Uma das respostas possíveis é a que aqui estamos em vias de praticarmos: munirmo-nos de Conceição Evaristo (2020) e sua *escrevivência*, para fazermos *borrar* as *imagens* inventadas sobre nós; e de Frantz Fanon (1952) com sua compreensão *sociogênica* do processo de produção de adoecimento e de subjetivação pelas realidades/ desigualdades sociais desde o período colonial. Deste autor, tratamos em altiplanos anteriores.

Neste, tomamos por empréstimo do conceito de *escrevivência* de Conceição Evaristo (2020) para afirmamos que esta é uma experiência coletiva, desde o primeiro encontro até aqui, passando pela partilha de relatos e sonhos, pela produção de desejos, pela escuta, pela produção de dados e pela reciprocidade de cuidados e reinvenções que deságuam nessa escrita. Como dito na dedicatória, sou coautora de nossas colaboradoras.

O conceito *escrevivido* por Conceição Evaristo se realiza originalmente como uma insurgência na medida em que o concebe como sendo:

(...) um ato de **escrita das mulheres negras**, como uma **ação** que pretende **borrar, desfazer uma imagem** do passado, em que o **corpo-voz** de mulheres negras escravizadas tinha sua **potência** de emissão também **sob o controle** dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças (EVARISTO, 2020, p. 30).

Insurgir tem sido coisa de quem ainda acredita que tem jeito, que põe em andança o sonhar-fazendo. Retomar a potência de nossas vozes significa retomar as nossas próprias potências, pois que

(...) se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, **hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais.** Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não (*Ibidem*, 2020, p.30).

Portanto, nossa escrita não se “limita a uma história de um eu sozinho” “que se perde na solidão” (EVARISTO, 2020, p. 38). Nem se trata somente delas apartada das ressonâncias em mim, o que se espera de uma produção científica acadêmica.

Esta é uma escrita-vivência **enósada**; de nós; de muitos nós. De nós – pronomes pessoais do caso reto, de nós - mulheres negras; e de nós – substantivo no plural, os quais aguardam desfeituas socio-histórico-culturais e políticas.

Além de ter se tornado uma *escrevivência* de pesquisa, tornou-se, como visto, um espaço clínico de escuta, de acolhimento, de cuidado, de legitimação, de reconhecimentos recíprocos, de encaminhamentos e de produção de desejo por uma vida mais potencializada.

Nessa direção, como nossa Ancestral em vida - Conceição Evaristo - afirmamos: “A nossa *escrevivência* não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (*Ibidem*, 2020, p. 30).

Que um dia, nenhuma menina a mais passe pelas violências que aqui trazemos, tal como é desejado e foi expressado por Guiné, Aisha, Onira, Benguê, Ade, Badu, Meeca, Abayomi e eu. Que as crianças possam ser acolhidas, escutadas e legitimadas em seus sofrimentos, ao invés de desmentidas. Que mulheres não sejam impedidas de falar; que todos os bauzinhos de guardar dores, como os de Aisha, sejam quebrados - aqueles que ela foi tratando de *guardar um dentro de outro e dentro de outro e, a cada nova experiência, todos eles se abriam*.

Aqui nos restituirmos em dignidade diante de nós mesmas e dizemos, ao modo de Frantz Fanon (1952; 2008):

Sempre em termos de consciência, a consciência negra é imanente a si própria. Não sou uma potencialidade de algo, sou plenamente o que sou. (...) Minha consciência negra não se assume como a falta de algo. Ela é. Ela é aderente a si própria (p.122).

Somos plenamente o que somos. O que nos falta não é por incapacidade, mas por uma infundável lista de impedimentos e obstacularizações sociais e contínuo processo de desumanização; uma herança colonial que produz, maneja, mantém e distribui humanidades (FANON, 2008). Menos a nós.

“Viver é uma sinceridade” (FANON, 2020, p. 264). Assim, “tom[amos] nossa negritude e, com lágrimas nos olhos, reconstitu[imos] seu mecanismo. Aquilo que foi decepado é, pelas minhas [nossas] mãos, lianas intuitivas, reconstruído, edificado” (*Ibidem*, 2008, 124).

Ao modo de Beatriz Nascimento, compomo-nos e nos tornamos *pirata de boa pirataria*. A partir do nosso *impulso pelo prazer*, deciframos nossa *cartografia* que, de tão *antiga*, continua a nos apontar a direção. *Contra todas as correntes em uma só correnteza* contornamos a *dor* e a *dilaceração* e de *escudo* em punho, bradamos o grito de *libertação*.

Que nós, *piratas de boa pirataria*, sigamos os passos de nossas Yalodês e *arranquemo-nos da selvageria* que nos foi imposta e *mais uma vez, nos coloquemos diante do mundo: Mulheres*. Mesmo que vivamos em vias de luta para sermos reconhecidas como tais (RIBEIRO, 2019).

Pedimos bênção à Conceição Evaristo, que é fio ancestral a nos alimentar o espírito e a nos inspirar; para que possamos sair das areias movediças em que o processo de escravização nos enterrou.

Pedimos sua bênção, você que nos faz cuspir fogo pela tinta azul sobre o papel construindo a nossa contra-autoridade e nos ensinando a autorizarmo-nos autoras. Sim, todas nós, autoras de uma escrevivência de dor. Mas que ainda possamos tecer felizes escrevivências. Eis um sonho! Meu! Nosso!

Com as mais velhas, que aqui já citei, de quem recebo e aprendo muito do que sei sobre os saberes na condução de rodas de mulheres, aprendi uma prática considerada sagrada: a feitura da fogueira antes de qualquer encontro e a manutenção da chama acesa até que o encontro termine. Nela – na fogueira -, não se joga para queimar absolutamente nada além da lenha como um ato de rendição, de entrega e de abertura à transformação daquilo que não conseguimos sozinhas.

Quando da finalização, recolhem-se as cinzas das fogueiras para compartilhar entre quem esteve presente para que cada pessoa possa, também, ir acrescentando mais cinzas de novas fogueiras produzidas em novos encontros. Recebi de uma dessas mais velhas, um potinho de cinzas das fogueiras em que estive com ela. Disse-me que vinha recolhendo há muitos anos, décadas, ao longo de suas andanças e que nelas continham cinzas de fogueiras realizadas na Índia, Argentina, Estados Unidos, Peru, São Paulo, Brasília, Acre, entre outros lugares.

Cada tanto de cinza garante de religação com o sagrado aquela/e que dela fizer uso. Nessa perspectiva, as cinzas são utilizadas de várias maneiras: para problemas digestivos; para massagear os chackras lanríngéo e o terceiro olho; e para os processos iniciáticos e ritos de passagem como a unção do batismo. Às que recebi, desde 2014, já acrescentei muitas outras.

Em nossas rodas de conversa mediadas por tela, não fiz fogueira, mas a cada encontro, acendi uma pequena vela na intenção e na lembrança de honrar esse saber aprendido. E embora não havendo a fogueira, de fato, por vezes as rodas de conversa se tornaram as próprias fogueiras a transmutarem os ditos, os chorados, os não-ditos, os rememorados, os sentidos, as erupções de sentimentos chorados pelos poros da pele em lágrimas-suor.

Havia momentos em que éramos as próprias lenhas serpenteadas pelas labaredas que transmutavam memórias indizivelmente guardadas, os silenciamentos coloniais-atuais impostos aos corpos de crianças negras, os emudecimentos ante os crimes sexuais e surdez social e clínica das repercussões destes.

As cinzas? As experiências colhidas, as palavras catadas, recolhidas e reajuntadas que em composição, ungem nossas travessias de, em circularidade, nos refazemos. E a escrita dissertativa é o próprio pote que a elas entrego para que nele, cada uma possa ir crescendo o

que a elas crescer em dignidade e reparação. Um tanto o fizemos ali reunidas. Em ato de reparação, renascemos. Outros tantos, cada uma bordará!

Pelas *Escrevivências* - que tornamos **Clínicas** - feitas de pistas por onde seguimos os passos de nossas mães velhas, adentramos e caminhamos sobre nossos solos sagrados existenciais produzindo juntas os saberes vividos na carne pela imposição **da violência sexual contra meninas negras** e pudemos tecer juntas a compreensão coletiva do **triplo trauma**: o colonial, o sexual e o social.

De cada colaboradora, eu levo um tanto: de Abayomi, a alegria e o estado de poesia com que exprime o que dói; de Ade, a sinceridade e o desejo de seguir adiante; de Aisha, a beleza que enxerga nas coisas simples da vida; de Badu, a reverência e respeito à própria sexualidade e ao feminino; de Meeça, a fé que sustenta seu caminho; de Onira, o respeito à intuição e à espiritualidade e a arte como vias de reinvenção.

A mim, agradeço por não ter desistido!

À Abayomi, Ade, Aisha, Badu, Meeça e Onira, afirmo: sim, iremos nos abraçar, em um abraço encarnado e potencializador de vida e de sonhos, assim como foi a nossa experiência de *abota* afetiva.

Assim, em consonância e seguindo os passos de Conceição Evaristo e sua engenhosidade, de Frantz Fanon e suas invenções lianas e da esquizoanálise, assentamos este trabalho no chão da Clínica-Política.

Encerro-o acrescida em dignidade e humanidade.

Por fim, parafraseando Frantz Fanon, uma prece: Ó meu corpo, faça sempre de mim uma Mulher que questiona!

11 REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVARES, Johnny.; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. *In*: PASSOS, E., Kastrup Virgínia.; Escóssia, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa e intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

ARAÚJO, Taís. **Como criar crianças doces num país ácido**. *In*: *TEDxSaoPaulo (18''-1'53'')*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H2Io3y98FV4>. Acesso em: 21 set. 2020.

BENTO, Aparecida. **Pactos narcísicos no racismo - branquitude e o poder nas organizações empresariais e no poder público**. USP, São Paulo, 2002. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf. Acesso em: 26 set. 2020.

BERNARDINO, Joase. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, n. 2, 2002. pp. 247-273. Disponível em: Acesso em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/3xQ6wKrtF8nn4vWy3wprpp/?format=pdf&lang=pt> 21 set. 2021.

BERNARDINO-COSTA, Joase.; GROSFUGUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00015.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joase.; MALDONADO-TORRES, Nelson.; GROSFUGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BERNARDINO, Joaze. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. **Revista Estudos Afro-Asiáticos** 1ª Revisão: 04.10.2002 2ª Revisão: 15.10.2002 Cliente: Beth Cobra – Produção: Textos & Formas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/3xQ6wKrtF8nn4vWy3wprpp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRADSHAW, John. **Volta ao lar – como resgatar e defender sua criança interior**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BRASIL. **Atlas da violência 2018**. Realização: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

BRASIL registrou um estupro a cada 8 minutos em 2019. **Redação Observatório 3º setor**. São Paulo, 21/10/2020. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-registrou-um-estupro-a-cada-8-minutos-em-2019/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

CAPUTO, Ubirajara de None. **Geni e os direitos humanos: um retrato da violência contra pessoas trans no Brasil do século XXI**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14112018-111830/pt-br.php>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. [Coleção valores e atitudes, série Valores; n. 1. Não Discriminação].

CASSIANO, Marcella.; FURLAN, Reinaldo. O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, 2013. p. 372-378.

CHAGAS, Luciana Ferreira. **Afinal, segredo de quê? Uma leitura metapsicológica da função do segredo na violência sexual e o atendimento em instituição de saúde**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-07012015-092611/pt-br.php>. Acesso em: 6 dez. 2021.

COLLINS, Patricia Hill.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Epistemologia feminista negra**. *In*.: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução N.º 018/2002**. Brasília: CFP, 2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/uploads/resolucao2002_18. Acesso em: 13 out. 2021.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine. **Feminist Theory and Antiracist Politics**, University Chicago League Forum, n.1, 1989. p. 139-167. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 14 set. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. [Recurso eletrônico] Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

DE JESUS MOURA, Maria.; Medrado-Dantas, Benedito. **A produção de sentidos sobre violência racial no atendimento psicológico a mulheres que denunciam violência de**

gênero. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2009.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Felix. **O Anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1972/2020.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v.2.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. v.3.

DELEUZE, Gilles.; PARNET, Claire. **Diálogos** (E. A. Ribeiro, Trad.) São Paulo: Escuta, 1998. (Originalmente publicado em 1977).

DUARTE, Constância.; NUNES, Isabella (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Ilustrações Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

ESCÓSSIA, Liliana da.; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, 2005. p. 295-304.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: UFBA, 1952, 2008.

FAUSTINO, Deivison. **A disputa em torno de Frantz Fanon – a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos**. São Paulo: Intermeios, 2020. (Coleção Africamundi).

FIGUEIREDO, Luís. C. **Psicanálise: elementos para uma clínica contemporânea**. São Paulo: Editora Escuta, 2003.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 50. ed. São Paulo, Global Editora, 2005.

GUATTARI, Felix. **Caosmose**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, Felix.; ROLNIK, Suely. **Micropolítica – Cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, Petrópolis, 1996.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, 1984. p. 223-244.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020.

HOUAISS. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. 4. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

KASTRUP, Virgínia. O método da cartografia e os quatro níveis de pesquisa intervenção. **Pesquisa-intervenção na infância e juventude 1**, 2008. pp. 465-489.

KATAGUIRI, Lidieine Gonçalves. **Violência sexual e a correlação com iniquidades sociais e sanitárias, 2016**. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Atenção à Saúde, Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. Uberaba, MG. 2017. Disponível em: <http://bdtd.uftm.edu.br/handle/tede/709>. Acesso em: 6 dez. 2021.

KHALFA, Jean. Reler Fanon. **Revista XIX**, v. 3, 2016. pp. 88-116. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaXIX/article/view/21610/19927>. Acesso em: 15 out. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LAPLANCHE, Jean.; PONTALIS, Jean-Bertrand. **The language of Psycho-analysis**. London: Polestar Wheatons Ltd., 1988.

LIMA, Fátima. **Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos de subjetividade na encruzilhada-** em Arquivos Brasileiros de Psicologia; 2020. Rio de Janeiro, 72 (no.spe.): 80-93.

LOPES, Janai Harin. Interseccionalidade como categoria de análise na Revista Estudos Feministas (1992-2019), 2020. **Revista Eletrônica Trilhas da História**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>. Acervo do IEG/UFSC/Florianópolis. Acesso em: 30 set. 2021.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Rev. Arte & Ensaio**, 32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 16 out. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Lei Nº 12.650 de 17 de maio de 2012**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12650-17-maio-2012-613004-norma-pl.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Lei Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>. Acesso em: 13 out. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Lei Nº 11.645 de março de 2008**. Disponível em: <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/lei-no-11645-de-10-marco-de-2008-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-indigena>. Acesso em: 13 out. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Lei Nº 0.069 13 de julho de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 13 out. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Lei Nº 12.015 de agosto de 2009**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12015-7-agosto-2009-590268-exposicaodemotivos-149280-pl.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico**. Secretaria de Vigilância em Saúde, n. 27, v. 49, 2018. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Estatísticas - Três crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora**. Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/2020/03/231/ESTATISTICAS-Tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-Brasil-a-cada-hora.html#:~:text=O%20Brasil%20registrou%20ao%20menos,segundo%20levantamento%20obtido%20pelo%20GLOBO>. Acesso em: 22 set. 2020.

MOURA, Adriana.; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/448/414>. Acesso em: 26 jan. 2021.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. *In.*: **O racismo e negro no Brasil – questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. **Todas (as) distâncias**: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Salvador: Editora Ogum's Toque Negros, 2015.

NOGUEIRA, Isildinha. Cor e inconsciente. *In.*: **O racismo e negro no Brasil – questões para a psicanálise**. Noemi Moritz Kon, Cristiane Curi Abud, Maria Lucia da Silva (orgs.). São Paulo: Perspectiva, 2017.

OLIVEIRA, Juliana de. **Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres: retrato de um serviço**. 2018. 124f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018. Disponível em: <http://bdtd.ufm.edu.br/handle/tede/804>. Acesso em: 6 dez. 2021.

PASSOS, Eduardo.; EIRADO, André. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. *In: Pistas do Método da Cartografia*. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade, 2015.

PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia.; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa e intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia.; TEDESCO, Silvia. (orgs.). **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum, v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PFEIFFER, Luci.; SALVAGNI, Edila P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, 2005.

REGIS, Mariana Fernandes Rodrigues Barreto. **200 Anos não são 200 Dias**: história, protagonismo e estratégia de mulheres negras na Irmandade da Boa Morte (1820 - 2020). **Revista Calundu**, v. 4, n. 2, p. 21, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ROCHA, Marisa.; AGUIAR, Katia. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. **Rev. Psicologia Ciência e Profissão**, v. 23, n. 4, 2003. pp. 64-73. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v23n4/v23n4a10.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.

SADE, Christian.; FERRAZ, Gustavo.; ROCHA Jerusa. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 25, n. 2, 2003. p. 281-298. Disponível: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/pm6rLHrJTTbbFk7fPXnTZ7F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1º ago. 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SIBERTIN-BLANC, Guillaume. **Décolonisation du sujet et résistance du symptôme - clinique et politique dans Les Damnés de la terre**, 2014.

Disponível em:

https://www.academia.edu/12145812/D%C3%A9colonisation_du_sujet_et_r%C3%A9sistance_e_du_sympt%C3%B4me_chez_Fanon. Acesso em: 13 out. 2021.

SOUSA, Leticia S.; RAMAGNOLI, Roberta C. Considerações acerca da articulação clínica, rizoma e transdisciplinaridade. **Mnemosine**, v. 8, n. 1, 2012. p. 72-89. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41575/pdf_227. Acesso em: 23 set. 2020.

SOUZA, Neusa S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Severino.; FRANCISCO, Ana L. Aproximações entre a fenomenologia e o método da cartografia em pesquisa qualitativa. **Atas CIAIQ2017 Investigação Qualitativa em Saúde**, v. 2. Disponível em:
<https://www.proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1201/1162>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1942.

TAMBORIL, Bruna C. Rodrigues. **Concepções dos profissionais da perícia forense do estado do Ceará sobre a violência sexual contra a mulher**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE. 2017. Disponível em:
<https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=104624#>. Acesso em: 6 dez. 2021.

TELLES, Maria Amélia. Violência do Estado e Racismo. *In*: Maria Luca da Silva, Marcio Farias, Maria Cristina Ocariz, Augusto Stiel Neto (orgs.). **Violência e Sociedade – o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018.

TRINDADE, Azoilda. **Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Educação Infantil**. 2005. Disponível em:
<http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/Valores%20civilizat%C3%B3rios%20afrobrasileiros%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil%20-%20Azoilda%20Trindade.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em:
<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 13 ago. 2021.

WYNTER, Sylvia. Towards the Sociogenic Principle: Fanon, The Puzzle of Conscious Experience, of “Identity” and What it’s Like to be “Black”. **Collection of Essays National Identity and Socialpolitical Change: Latin America Between Marginalization and Integration**. University of Minnesota Press, 1999.